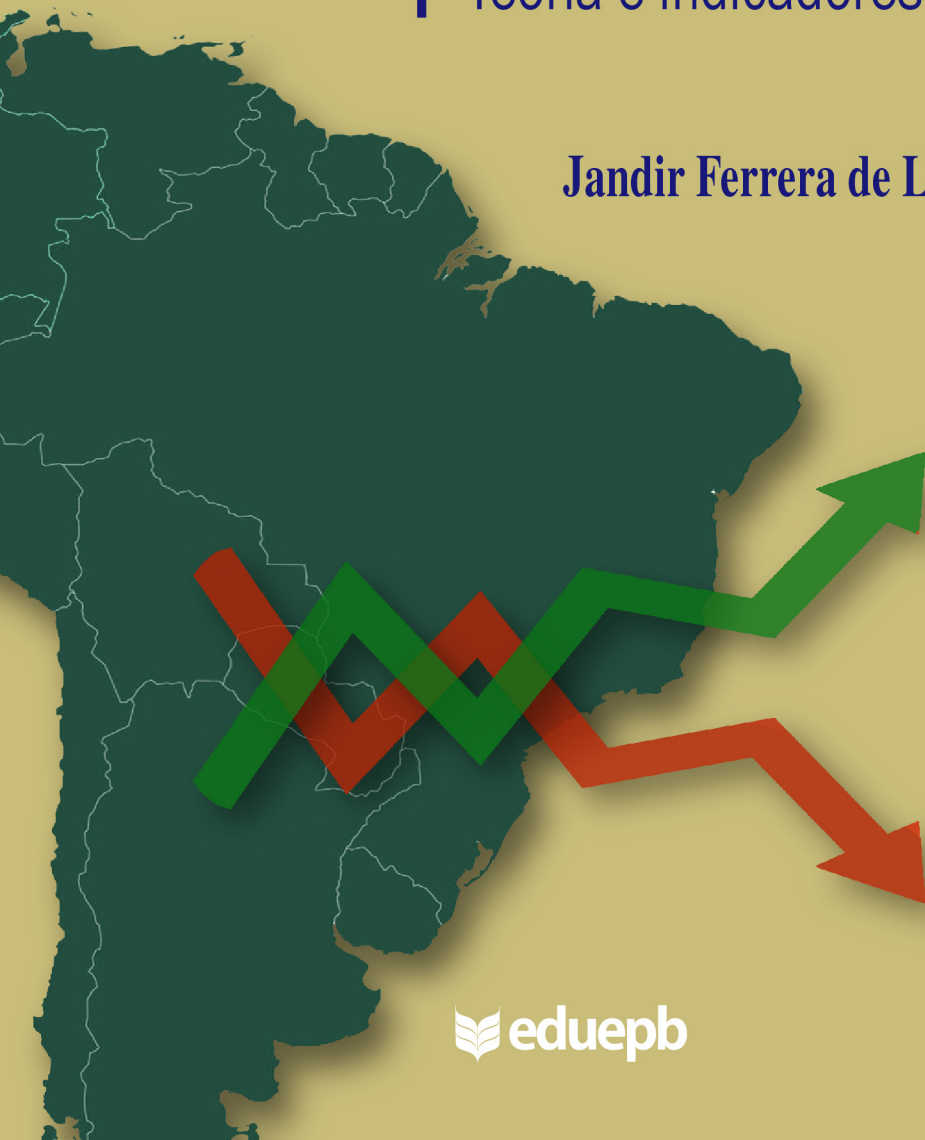


Economia Territorial

Teoria e indicadores

Jandir Ferrera de Lima



Jandir Ferrera de Lima

ECONOMIA TERRITORIAL

Teoria e Indicadores



Campina Grande-PB | 2022



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br



Estado da Paraíba

João Azevêdo Lins Filho | *Governador*

Ana Lígia Costa Feliciano | *Vice-governadora*

Nonato Bandeira | *Secretário da Comunicação Institucional*

Claudio Benedito Silva Furtado | *Secretário da Educação e da Ciência e Tecnologia*

Damião Ramos Cavalcanti | *Secretário da Cultura*

EPC - Empresa Paraibana de Comunicação

Naná Garcez | *Diretora Presidente*

William Costa | *Diretor de Mídia Impressa*

Rui Leitão | *Diretora de Rádio e TV*

Alexandre Macedo | *Gerente da Editora A União*



BR 101 - KM 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP: 58.082-010

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

L732e Lima, Jandir Ferrera de.
Economia territorial : teoria e indicadores / Jandir Ferrera
de Lima. – Campina Grande : EDUEPB, 2022.
158 p. : il. ; 15 x 21 cm ; 1 MB.

ISBN: 978-85-7879-757-7 (Impresso)

ISBN: 978-85-7879-758-8 (E-book)

1. Informação territorial. 2. Indicadores econômicos. 3.
Desenvolvimento territorial. I. Título.

21. ed. CDD 330

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Ao meu filho, Afonso.

“Na medida em que a condição econômica das nações depende do estado do conhecimento físico, ela é matéria das ciências físicas e das artes que nelas se fundamentam. Mas, na medida em que as causas são morais ou psicológicas, dependendo de instituições e relações sociais ou dos princípios da natureza humana, sua investigação não cabe à ciência física, mas à ciência moral e à social, sendo objeto do que se denomina Economia Política”.

John Stuart Mill
in: *Princípios de Economia Política ...*, vol. I.

SUMÁRIO

9		Apresentação
13		Prefácio
17		CAPÍTULO I - O objeto e a metodologia da economia territorial
29		CAPÍTULO II - Economia e escala territorial
37		CAPÍTULO III - A dinâmica econômica do território
71		CAPÍTULO IV - A vitalidade dos territórios
91		CAPÍTULO V - Interações no espaço territorial
113		CAPÍTULO VI - Economia do desenvolvimento territorial
145		Bibliografia
157		Sobre o autor

APRESENTAÇÃO

A obra aqui apresentada aos (as) leitores (as) é fruto de duas reflexões: a primeira, oriunda da economia política de John Stuart Mill e do institucionalismo, que me influenciaram no posicionamento sobre a importância da liberdade e o papel do ambiente institucional no processo de crescimento e desenvolvimento econômico; a segunda, oriunda de um conjunto de textos empíricos, que foram produzidos ao longo de alguns anos de docência e pesquisa na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), cuja linha mestra foi o desenvolvimento e a economia regional. Por isso, uma boa parte da bibliografia referenciada e listada ao final do livro é autoral ou em parceria com discentes e/ou colegas pesquisadores (as).

No conjunto dos textos que produzi ao longo dos anos, em termos quantitativos não foram muitos que versaram sobre território ou territorialidade. Na realidade, os poucos textos que produzi sobre a temática “economia territorial”, “território” ou “desenvolvimento territorial” surgiram de demandas de algumas organizações ou colegas para comporem ou delinearem falas em eventos ou textos em periódicos e coletâneas. Meus textos, em sua maioria, versam sobre o desenvolvimento regional e a economia regional. Assim, após dez anos de publicação do meu último livro autoral, *Géoeconomie et Développement Régional*, me

senti estimulado em trazer à luz uma reflexão sobre a economia do território. Porém, acredito que surgiu uma obra diferenciada frente à necessidade de se avançar para além do pensamento convencional sobre a produção e a distribuição da riqueza no território. Assim “Economia territorial: teoria e indicadores” é uma obra fora das discussões tradicionais sobre o território, pois está embasada em apontamentos originais que refletem meu posicionamento pessoal sobre a dinâmica, a vitalidade e o desenvolvimento dos territórios econômicos.

O papel dessa obra é instigar, por isso ela não é e nem busca ser definitiva ou conclusiva. Ela insere apontamentos no debate sobre a economia territorial, alguns novos e outros repaginados, tanto nos conceitos quanto nas suas interpretações. Além da abstração teórica, ao longo desse livro também se propõe metodologia e indicadores de análise. Assim, se apresentam ferramentas metodológicas para confrontar o concreto abstrato com o concreto real e verificar as afirmações que ocorrem ao longo do texto e trazer à luz uma discussão mais empírica sobre a economia territorial. Ou seja, se evitaram discussões flutuantes e etéreas e se ofereceu uma teorização *a priori* passível, em seus pressupostos, de confronto com a realidade. Com esse intuito, se buscaram indicadores já utilizados e referenciados na literatura e que são fáceis de serem testados em diferentes territórios. Esse confronto entre o abstrato e o concreto trará novas para percepções sobre os territórios econômicos.

Ao longo desse livro, uma parcela das referências surgiu para demonstrar que o conhecimento e os apontamentos aqui apresentados já foram resultado de alguma investigação empírica anterior. Ou seja, em algum momento ocorreu o confronto empírico das proposições abstratas apontadas no manuscrito. Isso reforça os elementos explicativos sobre a dinâmica, a vitalidade, a interação e o desenvolvimento na economia territorial.

Por isso, ao longo das suas páginas se sistematiza um conhecimento que referenda as afirmações e os indicadores.

Por fim, mas não menos importante, Eu quero registrar três agradecimentos: o primeiro, à minha professora do primeiro ano do ensino primário na Escola Estadual Carimela Bastos de Palmeira das Missões (RS), a senhora Juçara Damer, que me alfabetizou e me abriu as portas para outro nível de conhecimento; o segundo, à Fundação Araucária de Amparo a Pesquisa do Estado do Paraná e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que me subsidiaram com recursos de pesquisa básica e aplicada, por meio dos seus editais ao longo dos anos; o terceiro, à Magueda Thomaz Villas Boas (UNIOESTE), Lucir Reinaldo Alves (UNIOESTE) e Augusta Pelinski Raiher (UEPG), pela generosidade com a leitura, comentários e revisões na versão preliminar do manuscrito. Cabe lembrar que todos os erros ou equívocos que ainda persistam são de exclusiva responsabilidade do autor.

Toledo (PR), Brasil, maio de 2022.

Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.
UNIOESTE/Toledo – PR, Brasil.

PREFÁCIO

A presente obra, *ECONOMIA TERRITORIAL: TEORIA E INDICADORES*, é um exemplo de um ‘produto’ de qualidade que a ciência desenvolvida na universidade pode acrescentar à sociedade.

Os estudos e pesquisas cujos objetos são os territórios são, naturalmente, complexos e instigantes.

Complexos, pois o conceito de território não é unânime. E não deve ser, pois nenhum território é igual ao outro. O território pode ser visto sob diferentes prismas, analisado sob diferentes perspectivas, pois ele é resultado histórico de distintos elementos e processos: as suas particularidades edafoclimáticas; a sua história de ocupação e colonização; as relações sociais e de poder; as relações culturais, de identidade e pertencimento; a influência da jurisdição político-administrativa; os usos e estruturas econômicas e institucionais; dentre vários outros elementos e características.

São instigantes pois possibilitam conhecer comportamentos e dinâmismos territoriais distintos, no decorrer do tempo, que revelam os resultados das escolhas e estratégias de desenvolvimento, positivas ou negativas, que vão subsidiar debates, revisão de estratégias, ou criação de novas propostas de intervenção, e podem, inclusive, serem exemplos para outros territórios na construção do seu processo de desenvolvimento futuro. E, principalmente, vão impactar na qualidade de vida das pessoas e na

organização da coletividade, especialmente quando se analisa territórios historicamente espacialmente desiguais, como o brasileiro ou de outros países.

A despeito da temática da economia territorial não ser necessariamente nova, ela continua a ser muito necessária. O mundo tem passado por diferentes crises internacionais, revoluções tecnológicas significativas, em que os territórios têm materializado os impactos de diferentes formas, onde os agentes endógenos e exógenos assumem importantes e distintos papéis. Estamos na segunda década do século XXI e ainda procuramos, nas teorias e metodologias da economia regional e territorial, contribuições, ideias e estratégias para planejar o processo de desenvolvimento dos nossos territórios. Conhecer e valorizar as competências territoriais e fomentar as iniciativas endógenas são condições necessárias no processo do planejamento do desenvolvimento de qualquer escala geográfica.

Assim, os cinco capítulos aqui apresentados, representam contribuições teóricas e metodológicas significativas, na utilização de métodos, técnicas e indicadores de tratamento da informação territorial, viabilizando o conhecimento e a análise das relações de produção e de trocas socioeconômicas. Utilizam-se, por exemplo, critérios para se definirem fenômenos a serem analisados e estudados; suas escalas territoriais; a temporalidade; aplicando-se interpretações dedutivas e indutivas, a partir de variáveis tangíveis e intangíveis, de métodos quantitativos e qualitativos, ou seja, uma análise interdisciplinar dos fenômenos. Com isso, se torna possível ‘entender’ o território e como o mesmo produz e distribui a sua riqueza, entre suas regiões e sua população.

É ressaltada a importância de se entender os processos de mudança dos territórios, seja em relação a sua grandeza ou dimensão, representação, localização, distância ou na sua

hierarquia, pois os mesmos podem resultar em processos de territorialização e de reterritorialização, que alterarão o perfil e a dinâmica territorial.

Entretanto, apesar dos territórios serem influenciados por fatores exógenos e endógenos, são os endógenos os mais mobilizáveis dentro do território, que podem se utilizar da riqueza territorial gerada e retida internamente, ou daquelas que serão objetos de fomentos e estímulos, para melhorar as condições econômicas e a interação com outros territórios e, especialmente, a qualidade de vida da sua população. Ou seja, o dinamismo territorial é afetado por diversas forças e fatores internos e externos ao território. As contribuições relacionadas ao Índice de Vitalidade dos Territórios e ao Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável são dois exemplos que podem ajudar a conhecer melhor o território sob análise, a sua base econômica e o seu perfil multidimensional, a partir das variáveis sugeridas e suas justificativas de utilização.

Assim, a partir de uma leitura agradável, didática e acompanhada de contribuições substanciais o leitor será capaz de ampliar o seu entendimento em relação às análises territoriais e subsidiar intervenções, seja com políticas públicas exógenas ou com ações endógenas, de diferentes escalas e magnitudes, de forma a construir melhores condições de vida para a sua população, com distribuição de riqueza, justiça social, mudanças de mentalidade e com sentimento de pertencimento local, com uma governança territorial de mentalidade inovadora, visionária, proativa e empreendedora num processo evolucionário, sinérgico e de melhoria qualitativa.

Boa leitura a todos e a todas!

Lucir Reinaldo Alves
Colegiado de Economia e PGDRA - Unioeste/Toledo

CAPÍTULO I



O OBJETO E A METODOLOGIA DA ECONOMIA TERRITORIAL

Os estudos ligados ao desenvolvimento territorial ganharam ampla relevância nas universidades e centros de pesquisa nas últimas décadas, com a criação de vários grupos de estudos e programas de pós-graduação na área de desenvolvimento regional, com enfoque territorial.

Porém, até o final do século XIX, as teorizações sobre a produção, as trocas e a distribuição da riqueza desconsideravam o espaço e a localização das atividades produtivas como elementos de análise. Em outras palavras: as abordagens que tratavam da oferta e da demanda de bens e serviços não consideravam o lugar no qual se produzia ou a distância dos mercados nos quais se faziam as trocas. A teoria econômica se utilizava de uma análise puntiforme, na qual a produção e boa parte das relações econômicas eram situadas sempre sobre um único lugar, sem qualquer

interação com outros lugares dentro do país, com exceção das primeiras teorizações do comércio exterior.

A ideia e os conceitos de localização e distância foram propostos nos estudos pioneiros de Johann Heinrich Von Thünen¹ e Alfred Marshall², no final do século XIX. O pioneirismo de Von Thünen e Alfred Marshall mudou a percepção puntiforme ao introduzirem a noção de espaço, tempo, distância, localização e aglomeração como elementos ativos na dinâmica do mercado e do sistema produtivo.

Apesar dos estudos de Von Thünen e Alfred Marshall, os conceitos Keynesianos³ propostos na primeira metade do século XX, como demanda efetiva, poupança, investimentos e gastos do governo eram tratados como variáveis e grandezas sem localização precisa. Assim como as abordagens neoclássicas convencionais, a abordagem Keynesiana pioneira foi estruturada sem o postulado da mobilidade e das particularidades do lugar, no qual ocorre a produção, a distribuição ou o consumo.

Os conceitos de espaço, localização e distância não faziam parte das variáveis da interpretação macroeconômica proposta pela economia Keynesiana, foi no século XX que a noção de espaço ganhou um lugar importante na interpretação da dinâmica das regiões e dos mercados. Na primeira metade do século

-
- 1 Johann Heinrich Von Thünen (1783-1850), economista alemão que formulou as primeiras teorizações sobre a relação entre transporte, distância dos mercados e localização da produção.
 - 2 Alfred Marshall (1842- 1924), economista inglês que sistematizou conceitos neoclássicos, inseriu o elemento tempo e externalidades na teoria econômica e propôs teorizações sobre o papel das aglomerações e da proximidade na localização das atividades produtivas.
 - 3 Conceitos e abordagens Keynesianas remetem a obra de John Maynard Keynes (1883-1946), economista inglês que fundou a macroeconomia e propôs uma nova interpretação sobre a política econômica e o papel dos governos.

XX, em paralelo com a revolução Keynesiana, as teorias da localização ganharam ênfase e lançaram as bases para o surgimento das teorias do desenvolvimento regional e territorial, a partir de 1950. Isso não significa que os conceitos de região e território eram de pouca importância ou inexistentes até o século XX, mas no caso específico da Ciência Econômica esses conceitos se tornaram um prisma, ou seja, um modo de ver ou considerar uma realidade, um enfoque, a perspectiva focal de um tema peculiar.

Ao incorporar definitivamente a teoria da localização, a economia incorporou os elementos do espaço geográfico e seus atributos específicos para determinar o “melhor” local para a transformação produtiva e as relações de troca. Não podia ser diferente, pois no espaço geográfico se constrói o espaço econômico, enquanto lugar de extração e transformação dos fatores de produção (trabalho, capital, recursos naturais, tecnologia) para as trocas.

No espaço econômico, as famílias, enquanto agentes econômicos, conjunto de indivíduos ou núcleo social agem, se estabelecem, se aglomeram e constroem comunidades e áreas de mercado; no espaço econômico, as comunidades delimitam suas fronteiras, formam as nações, criam raízes culturais e condições para a mobilidade dos fatores de produção; no espaço econômico, os indivíduos produzem um conjunto de formas, criam e transformam paisagens; no espaço econômico se refletem as relações entre os objetos e as ações, que permitem analisar as categorias internas dos seus mercados; no espaço econômico, as características físicas da geografia, tais como: clima, relevo, recursos naturais, sejam elas produtivas ou não, geram ao longo do tempo novos atributos ao lugar; no espaço econômico se delimitam (ou localizam) os territórios econômicos.

No caso do território econômico, ele apresenta um conjunto de elementos que o definem, quais sejam:

- Uma imagem, um reflexo da ação endógena e da forma de produzir de um grupo social num lugar e num período do tempo.
- O resultado da forma como o grupo social produz, se reproduz e se relaciona com o mercado no qual está assentado e seu entorno.
- O lugar no qual os grupos sociais agem e impõem seus objetivos e suas práticas cotidianas, tanto na criação de riqueza quanto na sua distribuição, tanto na formação das atividades produtivas quanto no relacionamento entre os indivíduos e sua coletividade.

Os elementos que definem o território econômico demonstram a sua implicação nas condições de vida material e no uso dos recursos. As características físicas do território e as relações de produção que são construídas e reconstruídas ao longo do tempo são o resultado e resultam de decisões que influenciam a dinâmica do sistema produtivo e a organização das coletividades. Isso explica o porquê do território econômico não se relacionar apenas com a forma de produção, mas também com as relações e o exercício do poder entre os indivíduos e os grupos sociais, que se formam no decorrer da história. Por isso, a análise do território econômico exige um enfoque particular sobre a forma sua vitalidade, como se dinamiza e como interage com outros territórios.

No enfoque do território econômico, os territórios representam mais que um lugar, pois eles também representam um conjunto de comportamentos e esquemas mentais para buscar a melhor forma de produzir e distribuir bens materiais e serviços. Essa busca se condensa em ações coletivas, compromissos institucionais, ações empreendedoras, redes de cooperação e informação, num espaço específico. O que reforça a necessidade de

instrumentais de análise econômica para compreender a economia do território ou economia territorial.

Para John Stuart Mill⁴ a economia “trata da produção e distribuição da riqueza na medida em que elas dependam das leis da natureza humana”⁵. A partir dessa definição de economia já se percebe que a análise econômica territorial tem como seu objeto a produção e distribuição da riqueza no território.

Além do conceito de economia, o conceito de riqueza utilizado no estudo da economia territorial é também o proposto por John Stuart Mill, qual seja: “(...) todas as coisas úteis ou agradáveis que possuem valor de troca (...), excetuadas as que se pode conseguir, na quantidade desejada, sem trabalho ou sacrifício”⁶. Nesse caso, o trabalho tangível ou intangível assume um papel central em transformar fatores de produção (recursos naturais, trabalho, capital, tecnologia) em bens úteis e aptos à troca, que atendem às necessidades dos indivíduos e se inserem no sistema mercantil e, conseqüentemente, geram e acumulam riqueza. Além disso, os indivíduos e as famílias, com algumas exceções, preferem mais a menos riqueza.

John Stuart Mill lembra que a definição de riqueza vai além de um mero conceito, pois nas leis que a determinam, sejam elas secundárias ou derivativas, “(...) deve residir a explicação das diversidades de riqueza e pobreza (...)”. Ou seja, cada território tem uma forma de gerar riqueza ou pelo menos aquilo que considera riqueza mercantil, apta a troca. Porém, nem todos os

4 John Stuart Mill (1806-1873) foi filósofo e economista inglês. Sua obra trata de lógica, método, economia política e liberalismo político.

5 MILL, J. S. (1974a). Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. *Coleção Os Pensadores*, vol. XXXIV, p. 289- 315.

6 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 30-31.

territórios o conseguem fazer de tal forma que gere um benefício amplo e conforto para o conjunto da comunidade, o que resulta na pobreza e estagnação de alguns ou da própria coletividade. Então, cabe afirmar que os territórios econômicos tem uma natureza desigual, se diferem na forma de produzir e acumular riqueza, tanto internamente quanto externamente.

A distribuição da riqueza produzida não é automática, pois se relaciona com o papel desempenhado pela natureza humana, pelos governos e ao funcionamento das instituições. John Stuart Mill é enfático ao afirmar que “a maneira de se distribuir a riqueza em qualquer sociedade específica depende das leis e usos nela vigentes”⁷ e complementa que “todos os fenômenos da sociedade são fenômenos da natureza humana gerados pela ação de circunstâncias externas sobre massas de seres humanos (...)”⁸. O que implica afirmar que no território econômico, a ação humana e a vida em sociedade estão sujeitas a elementos tangíveis e intangíveis que influenciam a produção e a distribuição da riqueza.

Aspectos metodológicos da economia territorial

A análise econômica territorial é o instrumento para se estudar e perceber as relações de produção, troca e distribuição na economia territorial. Ela usa como instrumento e método a abstração para deduzir e gerar teorias, gerar explicações plausíveis a partir de premissas assumidas de forma objetiva e baseadas em evidências palpáveis, segue parâmetros factuais conhecidos, que

7 MILL, J. S. (1986a). *Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social*. Vol. I. Coleção Os Economistas. Nova Cultural: São Paulo, p. 30-31.

8 MILL, J. S. A (2020). *A Lógica das ciências morais*. São Paulo: Iluminuras, p. 85.

podem ser previamente percebidos e descritos para dizer o que é e o que ocorre na economia territorial.

A partir da “lógica das ciências morais” John Stuart Mill propõe etapas⁹ para se avançar da pura abstração para o real. No caso da economia territorial, a adaptação dessas etapas leva a “passos” metodológicos, quais sejam:

O primeiro passo metodológico para perceber e inferir sobre o movimento da economia territorial é a definição do fenômeno que se quer analisar. Definido o fenômeno se determina a escala territorial do mesmo e a temporalidade no qual ele ocorre. No caso do período temporal, a análise econômica territorial pode ser estática, enfocando um período no tempo em particular, como se fosse uma “foto” de um momento preciso no processo histórico. Mas, a análise pode avançar para uma estática comparativa, observando e inferindo sobre diversos momentos, tratando do fenômeno em estudo em diferentes períodos e comparando-os como forma de perceber o grau de mudanças ou dinamismo ao longo do tempo. Em geral, períodos ou séries históricas mais longas permitem controlar os efeitos não observáveis do território.

Na questão da escala, ela deriva da área geográfica de estudo, a localização na qual o fenômeno estudado ocorre ou ocorreu. Essa escala é delimitação espacial do território ou dos territórios, pois a escala pode ser intraterritorial ou interterritorial. Em ambos os casos, deve-se tomar cuidado com espaços, lugares muito díspares, ou seja, nos estudos comparativos de lugares muito heterogêneos, os procedimentos metodológicos devem trabalhar com ferramentas que eliminem as distorções de tamanho geográfico e das grandezas das variáveis. Por isso, deve se ter cuidado com as interpretações e se possível, afunilar

9 MILL, J. S. (2020). *A lógica das ciências morais*. São Paulo: Iluminuras, p. 111.

a análise para elementos mais similares ou com grandezas e padrões relativos comparáveis. As variáveis devem ser trazidas para o mesmo grau de comparação, senão se produzem distorções nas análises que podem não representar tão bem o fenômeno estudado.

Definido o fenômeno, sua temporalidade e a escala, o segundo passo é a abstração da interpretação, com a qual se busca as causas e elementos que concorrem para produzir ou influenciar o fenômeno. Em geral, nessa fase se usa induções diretas para se deduzir teorias e as hipóteses para as explicações causais a partir da sua generalização e totalidade. É a aplicação do método dedutivo ou as explicações que se fundam numa grande lógica, chamada por John Stuart Mill de “ciência e arte do raciocínio”, baseada em inferências e não em intuição, que vão do geral para o particular¹⁰. Porém, em algum momento o concreto pensado deve ser confrontado com o concreto real. Isso implica em decompor na dimensão território econômico os elementos que contribuem para a explicação do fenômeno, conforme as suas particularidades e as premissas assumidas. Nesse momento se aplica a indução, que para Alfred Marshall é o principal, pois tem a tarefa de “(...) coletar, peneirar e manipular os fatos de sorte a testar e ‘verificar’ a nova lei”¹¹. Por exemplo: o crescimento ou retração da riqueza podem ser notados pelo movimento das variáveis que a compõe. Se o objetivo é explicar a dinâmica da produção da riqueza, devem-se descobrir essas variáveis que estimulam o movimento da economia para uma maior ou menor produção e, na sequência, perceber as suas relações por meio do seu tratamento e comparação. Ao se conhecer

10 MILL, J. S. (1974b). Sistema de lógica. Cap. I: observações preliminares sobre a indução em geral. *Coleção Os Pensadores*, vol. XXXIV, p. 79.

11 MARSHALL, A. (1982b). Princípios de economia vol. II. *Coleção Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, p. 357.

as variáveis que interagem nas relações econômicas e nas perturbações que atuam no território econômico, então se obtém subsídios para inferir sobre o aumento ou retração da riqueza em diferentes momentos do tempo, inclusive numa possibilidade prospectiva.

Cabe chamar a atenção para uma particularidade: a causa primordial de perturbações no território econômico é o desejo e a busca pela riqueza, que afeta as condições de vida material. Porém, a causa da perturbação também pode surgir de outras leis da natureza humana, que não estão na esfera da Ciência Econômica. Ao analisar a economia territorial, em alguns casos deve-se ter em mente a necessidade do uso de uma interpretação interdisciplinar para explicar determinados fenômenos. Nesse caso, tanto um tratamento qualitativo quanto quantitativo das variáveis e informações pode ser usado, desde que esse tratamento tenha condições de fornecer subsídios para explicar o fenômeno dentro dos pressupostos estabelecidos.

Então, para conhecer melhor a natureza do fenômeno observado é importante notar as variáveis tangíveis ou intangíveis que sejam passíveis de descrição e mensuração ou percepção e comparação. Tanto que Alfred Marshall afirma que “(...) na economia... ‘o que não se vê’ frequentemente convém mais estudar do que ‘o que é visto’ (...)”¹². Para John Stuart Mill isso implica em observar os fatos e elementos concretos, mesmo em toda a sua complexidade, e promover “um processo de indução a partir de uma comparação de detalhes”¹³. E a indução consiste na

12 MARSHALL, A. (1982b). Princípios de economia vol. II. *Coleção Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, p. 355.

13 MILL, J. S. (1974a). Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. *Coleção Os Pensadores*, vol. XXXIV, p. 306.

“operação de descobrir e provar proposições gerais”¹⁴, em buscar as causas perturbadoras do processo, que no caso do território atuam e derivam da conduta e da natureza humana.

Em suma: para a análise sair do campo da pura abstração, na qual se formulam premissas teóricas e generalizações da experiência *a priori* por meio da indução. Após o raciocínio do comportamento do fenômeno, ela deve migrar para a verificação do aspecto empírico ou da experiência específica, *a posteriori*¹⁵. Tanto que John Stuart Mill afirma que a confiança no raciocínio *a priori* se dá pela validação dos seus resultados *a posteriori*¹⁶. A abstração teórica tenta antecipar e explicar o comportamento dos elementos que impactam no fenômeno estudado e compõem a economia territorial. Mais uma vez, cabe afirmar que as hipóteses teóricas surgidas da abstração, para serem aceitas ou refutadas, devem ser confrontadas com os fatos, aceitando ou refutando o arcabouço teórico que lhe sustenta, o que implica em ponderar a aplicabilidade do concreto abstrato no concreto real. Para a ponderação, como já observado, os elementos e fatos que compõem e influenciam a economia territorial.

No terceiro passo metodológico, os elementos decompostos que compõem o fenômeno são observados, tratados e estudados para se compreender as suas relações e pressupostos. Com isso, encontrar “as uniformidades que a observação ou a experiência mostrou existirem (...)” e “(...) só podem ser reconhecidas como

14 MILL, J. S. (1974b). *Sistema de lógica*. Cap. I: observações preliminares sobre a indução em geral. Coleção Os Pensadores, vol. XXXIV, p. 159.

15 John Stuart Mill era cético quanto a aplicação do método comparativo e a análise a posteriori dos fenômenos sociais. Porém, o avanço da ciência e das técnicas e ferramentas de análise social, tanto qualitativas quanto quantitativas, possibilitaram o seu uso. Vide a contribuição de Émile Durkheim.

16 MILL, J. S. (2020). *A lógica das ciências morais*. São Paulo: Iluminuras, p. 111.

verdadeiras dentro dos limites do tempo e do lugar (...)”¹⁷. Nessa etapa, o uso de procedimentos estatísticos, análise de discurso, comparações, de argúcias, de indicadores e de dados que se relacionam com o fenômeno assumem uma posição analítica privilegiada. Nessa etapa tanto a dedução quanto a indução podem ser usados na explicação¹⁸. Por isso Alfred Marshall afirma “a indução auxiliada pela análise e pela dedução reúne os fatos em classes apropriadas, ordena-os, analisa-os e infere deles proposições gerais ou leis”¹⁹.

Nessa etapa cabe construir um sistema de informações para observar e comparar o movimento do fenômeno, por meio das suas relações e variáveis explicativas. As variáveis explicativas podem ser *proxies*, ou seja, variáveis aproximadas e de conexão, pois nem sempre se tem um dado real que reflete perfeitamente o fenômeno. Nesse momento ocorre o confronto definitivo com a teoria ou hipótese formulada e a explicação para as causas e efeitos das perturbações, para a combinação de circunstâncias que estimulam ou não o movimento das variáveis em análise ao longo do tempo.

Em suma: metodologicamente, a decomposição dos elementos, da sua comparação e da identificação se alinha com diversos instrumentais e procedimentos para tratar de forma dedutiva e/ou indutiva as informações, conhecer e compreender os fatos, o seu estágio e o seu processo de desenvolvimento no aspecto empírico. Por isso, como já mencionado, a análise econômica territorial se utiliza tanto de procedimentos qualitativos

17 MILL, J. S. (1974b). *Sistema de lógica*. Cap. IV: das leis empíricas. Coleção Os Pensadores, vol. XXXIV, p. 233 e 238.

18 MARSHALL, A. (1982b). Princípios de economia vol. II. *Coleção Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, p. 350-351.

19 Idem, p. 357.

e quantitativos, para compreender os fenômenos que ocorrem e influenciam na busca da riqueza e na sua distribuição.

A análise econômica territorial interage com diferentes elementos, conceitos e métodos para explicar a produção, a distribuição e a localização da riqueza, dentre outros. A forma como esses conceitos interatuam em suas partes vai determinar a vitalidade, a associação, o estágio, a escala e magnitude de alguns fatos, numa gama ampla de esforços e ações que ocorrem entre os agentes econômicos e seu lugar de existência para produzir e acumular riqueza.

Frente ao exposto, a análise econômica territorial exige uma reflexão sobre a escala, a dinâmica, a interação e a vitalidade para produzirem riqueza e distribuí-la no território, entre os territórios e/ou entre os indivíduos que compõem o território. Cabe mais uma vez chamar a atenção que essa reflexão, apesar de sediada no campo da Ciência Econômica, por vezes assume um instrumental analítico interdisciplinar, pois dialoga com diversas abordagens das Ciências Humanas e Sociais. Isso enriquece a análise ao lançar olhares diferenciados para a interpretação do crescimento e do desenvolvimento econômico na escala do território.

CAPÍTULO II



ECONOMIA E ESCALA TERRITORIAL

A definição de escala territorial remete a cinco elementos: grandeza ou dimensão, representação, localização, distância e hierarquia.

A grandeza tem relação com medida, com contagem, com quantificação, com amplitude. A distância se relaciona com a dimensão, pois denota a extensão do território em sua grandeza e sua posição no espaço em relação a outros territórios. A localização, que é o lugar expresso pela representação, no qual ocorrem os fatos e ações, efetivamente a posição no espaço onde acontece o fenômeno. A representação está relacionada à ideia ou imagem que se faz ou se concebe do objeto, mas também ao elemento que se quer apresentar do objeto, o que determina os parâmetros para a grandeza. O parâmetro para a grandeza também serve de parâmetro para definir a hierarquia do território, seja em extensão, amplitude, localização ou na sua relação produtiva ou social com outros territórios. A hierarquia também é

um elemento de representação, pois traça e demonstra a posição do perfil do território em relação aos outros territórios.

Na análise econômica do território, a representação dependerá do fenômeno a ser estudado. Por exemplo: o território de atuação de uma empresa vai além do lugar onde ela produz, mas envolve o lugar que lhe fornece matérias primas ou lhe compra a produção, o lugar que lhe fornece força de trabalho e influencia suas decisões. Já o território de um grupo étnico está relacionado ao espaço físico onde habitam. Como definição da representação depende das características do objeto e do fenômeno que está sendo estudado, isso definirá a escala utilizada.

Na Ciência Econômica, a escala tem um significado particular quando associada à produção e distribuição da riqueza. Nesse caso, a escala econômica que é utilizada para medir um fenômeno depende dos parâmetros e dos pressupostos construídos para explicar o fenômeno. Já a economia de escala no território se relaciona à organização e eficiência do processo produtivo, com o objetivo de se alcançar a plena ou ótima utilização dos fatores de produção, quais sejam: trabalho, recursos naturais, capital, tecnologia. Assim, quando se analisa a economia de escala no âmbito territorial é preciso se ter bem claro a proporção que esse território ocupa no espaço e como representá-lo usando grandezas capazes de demonstrar a utilização dos fatores produtivos e seus atributos.

A utilização dos fatores também depende da localização dos recursos naturais e dos assentamentos humanos. No âmbito da localização, a inserção do elemento distância nos estudos da economia demonstrou que o espaço não é puntiforme, que o mesmo fenômeno poderia ocorrer em lugares diferentes, com dinâmicas diferentes, mas que podiam ser influenciados pela proximidade dos objetos, pelas características específicas de cada espaço geográfico ou heterogeneidade espacial e, no caso dessa análise, do

território. A proximidade dos territórios influenciam suas relações, o que remete a distância e suas fricções, ou seja, os atritos e barreiras que dificultam ou fazem fluir as trocas.

Na geografia a escala, em particular a cartográfica, se relaciona diretamente com proporção e representação. A escala vai demonstrar o quanto o território ocupa no espaço geográfico. Isso define as fronteiras do território em relação a outros territórios, e estabelece os limites para representá-lo.

Se o território tem um limite geográfico, então no âmbito da economia de escala territorial já há um fator limitante para a expansão da produção: o espaço é constante. Ampliar uma forma de produção além de um território implica em se adaptar e criar novas dinâmicas num espaço diferente. Mesmo que dois territórios tenham as mesmas características físicas, como relevo e hidrografia, os assentamentos humanos podem apresentar características étnicas, culturais e formas de produzir totalmente diferentes. A expansão da produção de forma extensiva só ocorrerá com a absorção de novos territórios. Então, os novos espaços devem ser subjugados ou tornados dóceis e pacíficos para reproduzirem a mesma cultura, o mesmo idioma, as mesmas relações de poder, etc... Ou seja, a expansão das formas de produzir para além dos territórios exige certa concertação ou cooperação²⁰ entre os atores territoriais, a fim de evitar conflitos. Mas, se há limitantes para ganhar escala com a expansão da produção de forma extensiva, então só resta outra possibilidade: crescer de forma intensiva. O que implica em fazer o uso ótimo, o uso mais eficiente e o uso mais racional dos fatores de produção disponíveis. Assim, a estrutura produtiva na escala territorial está

20 FERRERA DE LIMA, J. (2010). Las institutions et la concertation territoriale. *Revue Organisations & Territoires*, vol. 19, n° 01, p. 45-50. DOI : 10.1522/revueot.v19n1.385.

regida por formas locais de organização, conhecimento, seja ele tácito ou não, e elementos físicos e técnicos.

O conhecimento tácito ocorre ao longo do tempo, pois os indivíduos e as sociedades de forma coletiva obtêm informações e vivências ao longo do tempo, seja por meio da observação, seja na tentativa e erro, que lhes leva a compreender e a inovar. Nesse sentido, vale a ideia de John Stuart Mill²¹ de que a sociedade é dinâmica. Ao longo do tempo, ela passa por mudanças progressivas que lhe leva a incorporar conhecimento e novos valores. Isso lança as bases para que de uma geração a outra também haja evoluções no modo de produzir e de se relacionar, o que implica também em formas de se organizar, construir sinergias e gerir o território e as organizações ao longo do tempo.

Já os elementos físicos criam restrições nos rendimentos. Se um dos fatores de produção é fixo ou limitado, então há limites para o crescimento infinito da produção. Por exemplo: a extração e uso dos recursos naturais dependerão da capacidade do ecossistema em repor esses recursos no tempo hábil para manter o ritmo de produção. O esgotamento dos recursos e a crise no ritmo de produção fatalmente levarão o território a necessidade de uma nova reorganização produtiva de outra forma ou buscar uma nova especialidade produtiva. Isso também leva a uma nova forma de inserção produtiva no conjunto dos territórios, seja demandando recursos sejam ofertando recursos.

É claro que um território não necessita de uma crise ou conflito para reorganizar sua produção e buscar novas especialidades. Esse processo de mudança na estrutura da economia do território é chamado ruptura estrutural. Nesse caso, a ocupação

21 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultura: São Paulo.

da força de trabalho migra de uma atividade econômica para outra. Da mesma forma, o valor adicionado começa a ser gerado de forma mais substancial numa nova atividade econômica em detrimento das tradicionais²². A ruptura estrutural pressupõe que o cerne da economia está mudando e com ela a capacidade do território em criar e dividir riquezas. Esse processo tem efeito bem mais amplo que o econômico, pois transfere poder e liderança para novos grupos empresariais.

Em geral, a ruptura estrutural pode fazer com que duas ou mais atividades econômicas pujantes dividam a liderança na estrutura produtiva. Em alguns casos, pode surgir do decaimento de atividades econômicas causadas pelo esgotamento de matérias primas, do processo de produção ou o fim de um ciclo econômico, que levaria ao estado estacionário ou decadência produtiva, ou problemas de gestão e de adaptação ao progresso da sociedade. Um exemplo disso são práticas de produção que não são mais aceitas pela sociedade em função da mudança de valores ou hábitos. Nesse caso, o avanço da produção não implica apenas numa ruptura na estrutura econômica, mas nas relações sociais. Cabe lembrar que o esgotamento do ciclo econômico pode ser retardado ou substituído por uma ação exógena, de fora do território, na qual um fluxo de recursos financeiros externos oriundos da ação de um investimento privado ou da política pública, por meio das quais o Estado intervém, mudam o dinamismo da economia.

Então, de um lado a escala geográfica do território é um limitante de expansão da produção e da reprodução de formas culturais, podendo inclusive ser seu elemento de decadência; e

22 SILVA, A. C. da; FERRERA DE LIMA, J. (2014). O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. *Pensamento Plural*, vol. 08, nº 15. DOI: 10.15210/PPV0115.4323.

de outro, a escala pode ser mutável em função da expansão da produção e/ou de novas formas de concertação produzem uma reterritorialização e novas hierarquias. No caso da reterritorialização, o conhecimento tácito, os hábitos e as representações culturais mudam e absorvem a identidade de outros territórios.

John Stuart Mill caracteriza o processo que chamamos de reterritorialização como um estado de sociedade, ou seja, uniformidades que caracterizam a sociedade num estágio particular, mas alinhados com um conjunto de outras qualidades que coexistem e se reforçam entre si. Isso ocorre a partir de um estado a outro de sociedade, pois há uma correlação entre um estado de sociedade que se sucede e aquele que foi substituído²³. Então, a territorialização e a reterritorialização são fenômenos e fatos simultâneos que caracterizam determinado estado de sociedade num lugar específico.

Em geral, as territorializações e reterritorializações são explicadas por situações que ocorreram ou ocorrem na estrutura produtiva ou na estrutura social. Por exemplo: os territórios de mineração, nas quais a oferta e o acesso aos minérios definem o potencial produtivo e a sustentabilidade da atividade. A descoberta e o início do processo de extração mineral definem a organização e as especializações dos trabalhadores. Define zoneamentos de exploração e influencia no crescimento das áreas urbanas. Porém, após o esgotamento da jazida mineral, em geral, os territórios de mineração passam por uma reorganização ou decadência, se não conseguirem migrar para uma nova estrutura produtiva e social mais pujante. A mesma exploração mineral que leva a um estado de sociedade num lugar também lhe conduz a um novo estágio quando a fonte da riqueza se esgota.

23 MILL, J. S. (2020). *A lógica das ciências morais*. São Paulo: Iluminuras, p. 129-131.

O mesmo minério que explica o crescimento também explica o declínio do território. Outro exemplo são os territórios cujo dinamismo reside em serviços específicos, como o transporte de cargas. A concorrência entre modais ou novos modais podem levar um território que dependia do movimento portuário a decadência, quando o fluxo de comércio substitui o transporte marítimo pelo rodoviário.

Outro exemplo é a exploração agropecuária, cuja sustentabilidade e aumento de produtividade depende das boas práticas de conservação do solo e dos mananciais e do uso de soluções tecnológicas. Mesmo nesses casos, a capacidade da sociedade em avançar, em se inserir ou criar novos ciclos econômicos e se adaptar as mudanças que definirá a temporalidade da pujança econômica do território. Essas mudanças afetam a estrutura produtiva como a forma de produzir, que levam os trabalhadores a novas especializações e a novas organizações sociais. Em geral, isso modifica o perfil dos agentes econômicos.

Com a reterritorialização, a chegada de novas formas de produzir e novos agentes econômicos mudam a paisagem; as relações sociais imprimem novas formas de vida em grupo e hábitos socioculturais que não existiam dantes²⁴. Em geral uma reterritorialização não implica em mudança pacífica, pois pode ocorrer de forma acelerada ou gradual, com transformações seletivas na forma de pensar e se portar das gerações.

Cabe chamar a atenção que a reterritorialização também altera a hierarquia do território, podendo influir na sua escala física, pois hierarquia presume ordem e subordinação. O quesito ordem é um instrumento de classificação e de posição em relação

24 FERRERA DE LIMA, J. (2011). Notas sobre os territórios na análise geoeconômica. *Publicatio Ciências Sociais Aplicadas*, vol. 19, n. 01, p. 47-54. DOI: 10.5212/PublicatioCi.Soc.v.19i1.0005

ao arranjo dos territórios. Já a subordinação, ela não ocorre apenas num sentido de mando e obediência, mas também de dependência econômica, pois a estrutura produtiva de um território depende de mercados externos e de relações de troca com diferentes espaços. A forma como o território se insere nessas relações de troca definem a forma como os fatores de sua dinâmica de produção e crescimento econômico irão agir e interagir.

CAPÍTULO III



A DINÂMICA ECONÔMICA DO TERRITÓRIO²⁵

A dinâmica é compreendida como movimento derivado de uma força, que gera estímulos e induz a evolução. No caso da dinâmica econômica, ela exige mudança progressiva, que induz o território ao aumento da riqueza, aqui considerada como a prosperidade material e a melhoria das condições de vida da população. A prosperidade material está associada à expansão da produção e a geração de emprego e renda.

Ao longo do processo histórico, a força que gera a dinâmica econômica do território é determinada por fatores endógenos ou exógenos, ou seja, ela é estimulada por causas que agem de

25 Esse capítulo é uma versão modificada e ampliada do texto “Crescimento econômico territorial”, publicado originalmente no livro *Economia & Desenvolvimento Territorial*. Referência: FERRERA DE LIMA, J. (2017). Crescimento econômico territorial. In: BIDARRA, B. S.; FERRERA DE LIMA, J.; VOLL, F. P. (org.). *Economia & Desenvolvimento Territorial*. Foz do Iguaçu: Editora Parque Iguaçu, p. 28-34.

dentro ou de fora do território. Isso pressupõe que os fatores endógenos ou exógenos geram estímulos que modificam a condição de um território, lhe retirando do estado estacionário e pondo-o em movimento, desde que não haja barreiras internas a esses fatores. Então, a compreensão da dinâmica econômica do território exige a distinção de três conceitos: estado estacionário e fatores exógenos e endógenos.

Os fatores endógenos e exógenos produzem forças espaciais de atração (centrípeta) ou repulsão (centrifuga), mas somente os fatores endógenos refletem forças exclusivamente territoriais. Os fatores exógenos são externos ao território, pois resultam das intervenções vindas do alto, seja pela ação do Estado ou da iniciativa de agentes econômicos de outros lugares. Por exemplo: alguns territórios são atrativos ao capital, pois oferecem oportunidades extraordinárias de lucro. Então, o capital financeiro externo migra para o território, gera os investimentos necessários por conta dos atrativos econômicos internos e se apropria dos recursos econômicos, tais como: estoque de recursos naturais, qualificação e custo da mão-de-obra, proximidade dos mercados, potencialidades ou disponibilidade de recursos específicos, dentre outros. As possibilidades de lucro atraem investidores, mas cabe ressaltar que os agentes econômicos do território afetado devem aceitar e estar suscetíveis a receber os investimentos externos, não levantando barreiras a livre mobilidade do capital. O que forma um pacto entre os locais e os “investidores estrangeiros”, em prol do território.

Em geral, as forças exógenas se mantêm atuantes enquanto o território for atrativo e lucrativo, tanto do ponto de vista produtivo quanto político. E, as forças exógenas de caráter exclusivamente privado tendem a remeter lucros para outros territórios, gerando o que se chama de vazamento de rendas. Isso faz com que o território afetado não estimule encadeamentos com outras

atividades produtivas em função da importação de bens intermediários. Não obstante, há também o mercado externo como um elemento exógeno. Porém, o acesso ao mercado externo dependerá da competitividade e da mobilização de fatores endógenos. Por isso, o foco dessa análise vai se concentrar exclusivamente nos fatores endógenos, que são gerados no interior do território a partir da mobilização da população local ou do empreendedorismo individual. A riqueza gerada pela base econômica local é retida no interior do território.

Os fatores endógenos se relacionam diretamente com os agentes econômicos e as características locais, sejam elas geográficas ou não, tangíveis ou intangíveis. Eles representam as características internas do território que produzem riqueza, mas exclusivamente em função das suas particularidades internas e da ação dos seus atores. Ou seja, os fatores endógenos produzem e são os resultados das forças territoriais. Eles surgem pela ação do empreendedorismo individual ou coletivo, pela mobilização e cooperação dos agentes econômicos e das organizações da sociedade civil, pelo desempenho das lideranças e são desencadeadas no cerne do território. No caso, não é apenas a busca pelo lucro que motiva investidores locais, mas também o sentimento ou satisfação do progresso do lugar. O sentimento de pertencimento e a sinergia entre os agentes econômicos tem um papel essencial para criar arranjos produtivos e manter o dinamismo econômico, mesmo nas dificuldades políticas, logísticas, técnicas...

Por exemplo: empreendedores individuais domiciliados no território vislumbram oportunidades de lucro e investem mobilizando os fatores de produção iminentemente locais. Eles desenvolvem ações que resultam em encadeamentos produtivos; novos modelos de negócios e formas de acumular capital; geram oportunidades de emprego e renda ou transformações

na estrutura produtiva, sem contar com suporte externo; fortalecem a distribuição da renda no local. Esses empreendedores também geram inovações e imitadores, mas por conta da sua vivência eles mantêm um diálogo e interação permanente com seus pares, que por vezes vai além da concorrência e se fortalece como cooperação e solidariedade. Noutros casos, o empreendedorismo ocorre de forma coletiva, por meio das associações, das cooperativas ou dos movimentos sociais, que mobilizam o capital interno e estimulam o movimento da economia territorial em busca de melhores condições de vida e ampliação da riqueza. Nesse caso, o capital social, ou seja, a capacidade da comunidade se articular, cooperar e trabalhar de forma coletiva e associativa faz a diferença no progresso do território.

Por mais que hajam ações do Estado, enquanto fomentador e articulador de políticas produtivas por meio de programas governamentais ou linhas de crédito para o empreendedorismo local ou coletivo, as forças territoriais sempre serão dependentes de liderança e mobilização na base da sociedade, que entram em concertação em prol do mesmo objetivo. Ao longo da história, algumas comunidades que avançaram no seu processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico o fizeram mais por meio dos esforços próprios do que da dependência de investidores externos ou de políticas públicas²⁶.

Além da concertação interna, para compreender as forças territoriais se deve compreender também como a produção, a renda e o capital se movimentam e se dinamizam internamente nos territórios, pois ocorrem de forma diferenciada. John Stuart Mill se refere a isso ao afirmar que “o desejo efetivo de acumular tem força desigual, não somente de acordo com as variedades

26 FERRERA DE LIMA, J. (2010). Les institutions et la concertation territoriale. *Organisations & Territoires*, vol. 19, n° 1, p.45-50.

de caráter individual, mas também de acordo com o estado geral da sociedade e da civilização”²⁷. Isso implica que a concertação que leva dinâmica territorial é diferenciada entre os territórios e se dá de forma desigual. Nesse caso, em cada território há diferentes articulações e pactos entre os agentes econômicos para transformar os fatores de produção, demonstrando que as forças territoriais agem de forma distinta em cada território.

Então, para aqueles territórios econômicos que não são atraídos ao capital externo, lhes cabe estimular e fomentar as forças territoriais e criar uma sinergia interna de capitais tangíveis e intangíveis²⁸ e, conseqüentemente, que leve ao dinamismo econômico. Como as forças territoriais são ligadas a valores locais, elas têm uma concertação própria, uma ação interna que tem a capacidade de mover a economia do território²⁹.

Aqui cabe uma observação: as forças engendradas pelos fatores endógenos ou exógenos estimulam o movimento a uma determinada direção. Se a direção for o progresso e o crescimento econômico, então o estímulo produz o dinamismo, pois coloca em movimento a estrutura produtiva, lhes retirando do estado estacionário. No caso, o estado estacionário pressupõe uma situação sem progressos, estagnada, sem evolução significativa. Esse estado estacionário pode tanto representar um território econômico com altos níveis de renda, mas que já atingiu seus limites de produção e entra num ciclo de estabilidade, com crescimento modesto, até a introdução de inovações ou perturbações que lhe

27 MILL, J. S. (1986a) Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. Capítulo XI: a lei do aumento do capital. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 221.

28 HADDAD, P. (2009). Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. *Revista de Economia*, vol. 35, n. 3, p. 119-146.

29 FERRERA DE LIMA, J. (2010). Les institutions et la concertation territoriale. *Organisations & Territoires*, vol. 19, n° 01, p.45-50.

estimulem a níveis mais altos de crescimento; ou representa um território econômico em completa estagnação, associado a baixos níveis de renda.

O estado estacionário do território econômico é plausível, pois o aumento da riqueza material não é ilimitado. Para se criar ou aumentar a produção é necessário o uso e a alocação dos fatores de produção, as condições técnicas e a vontade ou estímulo para produzir, senão não há acréscimos à acumulação de capital e, conseqüentemente, de riqueza. Por exemplo: a escala geográfica do território influencia nos ganhos de produção, pois nela estão os recursos naturais e estabelece um limite para a expansão da área produtiva. Como a escala geográfica do território é fixa e estabelece uma fronteira de produção, o uso dos recursos naturais tem também um limite de exploração. Quando o limite é atingido, uma exploração predatória limitará a rentabilidade da área e vai gerar rendimentos decrescentes. Uma forma de suplantar ou até mesmo retardar os rendimentos decrescentes é a obtenção e o uso de novas tecnologias ou técnicas de produção, que permitam o aumento da produção de forma intensiva, sem alterar a dimensão da escala geográfica. O mesmo se aplica para outros fatores de produção. Ou seja, quando se tem um fator fixo, mesmo que se variem o uso de outros fatores ou até mesmo a forma como são usados os fatores de produção, a longo-prazo os rendimentos decrescentes e o esgotamento dos recursos vão influenciar a expansão da riqueza.

Outro limitante à expansão da riqueza material são os costumes da sociedade, pois ela influencia diretamente a concertação entre os agentes econômicos. A vontade de acumular ou aquilo que se considera riqueza varia de comunidade para comunidade

e de indivíduo para indivíduo³⁰. Por exemplo: para alguns agrupamentos indígenas, a acumulação de riqueza material não tem lógica. Sua visão da natureza e da comunidade lhes estimula a uma estrutura comunal primitiva, em detrimento de outras formas de organização de produção. A riqueza para alguns é paz e tranquilidade, do que o progresso moderno e o acúmulo de bens materiais. Nesse caso, o estado estacionário não deve ser visto como resultado, mas uma opção de vida no interior do território.

O patrimônio cultural, a criatividade e a forma de organização da comunidade também influenciam na forma como os fatores de produção são usados e a riqueza distribuída, pois “no estado estacionário, embora o capital não cresça como um todo, algumas pessoas se tornam mais ricas e outras mais pobres”³¹. Assim como a expansão desenfreada da riqueza, o estado estacionário também produz desigualdades. Mais uma vez, o espírito de cooperação e de associativismo tem um papel importante, pois influencia na distribuição e no acesso a riqueza produzida. Por isso, a questão da distribuição da riqueza é mais complexa do que a simples remuneração dos fatores, na qual cada um recebe algum tipo de renda, no caso: o capital, o lucro; o trabalhador, o salário; os arrendatários e proprietários ou cotistas, a renda de aluguéis ou dividendos.

Em vista do exposto, cabe chamar a atenção mais uma vez para a deterioração e o esgotamento dos recursos naturais, pois sua exaustão limita a expansão da função de produção, dentre outros, o que estaciona ou arruína o aumento

30 MILL, J. S. (1986a) Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. Capítulo XI: a lei do aumento do capital. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 226.

31 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. Capítulo XI: a lei do aumento do capital. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 228.

da riqueza e das condições de vida. Nesse caso, a exploração predatória dos ecossistemas, a ausência de ações efetivas de preservação e manutenção dos recursos naturais, a ausência de economia circular, na qual se tem a reciclagem, a reabsorção e o reaproveitamento contínuo dos resíduos e dejetos, também geram rendimentos decrescentes e o declínio da produção. O risco de colapso da estrutura produtiva em função da ausência de sustentabilidade e os hábitos de vida também remetem ao estado estacionário³².

Para John Stuart Mill, o estado estacionário pode ser superado, mas o movimento da sociedade em direção ao progresso e riqueza exige vontade e mudança. Uma sociedade que não muda e não se adapta é estática. Para sair da estática e, conseqüentemente, do estado estacionário e avançar em sinergias em prol do dinamismo econômico, Mill propõe uma teoria do movimento baseada em alguns elementos³³:

- a aplicação do conhecimento na estrutura produtiva, seja por meio da tecnologia e conhecimentos sistematizado, seja pela introdução de inovações;
- a segurança da pessoa e da propriedade, o que implica em proteger os cidadãos das arbitrariedades, dos riscos, das violações e fortalecer as instituições e a opinião pública;
- o aperfeiçoamento das forças produtivas e da capacidade comercial, que significa adaptar os meios aos objetivos;

32 FERRERA DE LIMA, J. (2004). Les limites et le potentiel du développement durable. *Interfaces Brasil Canadá*, vol. 2, n° 01, p. 187-196.

33 MILL, J. S. (1986b). *Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social*. Vol. II. Livro IV, capítulo I: características gerais de uma condição de progresso da riqueza. Coleção Os Economistas. Nova Cultural: São Paulo.

- a capacidade de trabalhar e produzir de forma cooperativa e associativa, tanto para fins de produção quanto para a filantropia.

Os elementos supracitados são capazes de assegurar a prosperidade aos territórios baseada na expansão da produção, mas desde que a prosperidade duradoura reforce a distribuição da riqueza e as liberdades econômicas e políticas³⁴. Então, a dinâmica do território está tanto ligada à produção como à distribuição da riqueza e as questões institucionais, que precisam sempre ser fortalecidos, estimulados e reestimulados ao longo do tempo. E cada território tem uma temporalidade para gerar dinâmica, pois em alguns a concertação entre os atores ocorre de forma mais rápida do que em outros. Outros territórios permanecem mais tempo submersos na estática, até que em algum momento no tempo a sociedade local se indigna e põe em marcha uma nova concertação e os elementos para mover o território.

Resumindo: os territórios economicamente prósperos, com atividades inseridas na dinâmica da economia interterritorial, tendem a se manterem pujantes e atrativos ao capital, enquanto os seus produtos forem rentáveis, seus custos de transação³⁵ baixos e não encontrarem barreiras ao comércio. Além disso, a prosperidade deve ser capaz de auferir ganhos de produtividade superiores à taxa de crescimento da população. Uma população

34 MILL, J. S. (1986b). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. II. Livro IV, capítulo I: características gerais de uma condição de progresso da riqueza. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo.

35 Custos totais que incorrem na manutenção das atividades da empresa, para que ela possa transacionar, planejar, organizar a sua estrutura produtiva e oferecer suas mercadorias ao menor custo possível e com maior competitividade. O conceito de custos de transação foi criado pelo economista inglês Ronald Coase (1910-2013).

cada vez mais produtiva fortalece a competitividade e amplia as condições da acumulação do capital e da distribuição da riqueza. Porém, territórios inseridos no comércio externo também são sensíveis aos ciclos econômicos, à exaustão dos seus recursos naturais e à manutenção da rentabilidade dos fatores de produção.

A condição estacionária pode ser suplantada, em especial por inovações territoriais, caracterizadas por novas formas de produzir, novas tecnologias, técnicas produtivas mais eficientes e a introdução de novas atividades produtivas, que diversifiquem a base produtiva e ampliem a acumulação de capital, o emprego e a renda; pela reterritorialização, com a introdução de novos modelos, costumes e formas de produção³⁶; e, ações de desenvolvimento sustentável, que trabalham a manutenção e preservação dos recursos naturais e o reaproveitamento dos resíduos. Cabe compreender como esses elementos interagem no interior do território, construindo o mecanismo da dinâmica territorial.

O mecanismo da dinâmica da economia territorial

No processo histórico de desenvolvimento econômico, a dinâmica dos territórios ocorre de forma desigual, de forma polarizada, pois o dinamismo não é homogêneo, mas ocorre em pontos no espaço econômico³⁷. O dinamismo também não é automático e permanente. As áreas atrativas para a produção, acumulação e ao movimento do capital podem perder essa

36 MILL, J. S. (1986b). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. II. Livro IV, capítulo VI: a condição estacionária. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo.

37 FERRERA DE LIMA, J. (2016). Pôles, polarisation et la diffusion du développement régional : notes de recherches. *Organisations & Territoires*, vol. 25, n° 02, p. 75-80. DOI: 10.1522/revueot.v25n2.318

atratividade, mesmo sob a ação dos fatores endógenos. Um território pode ser próspero e entrar em declínio, migrando para o estado estacionário³⁸. As causas podem ser variadas, como mudanças nos ciclos econômicos, perda de competitividade, má gestão dos fatores de produção, conflitos de poder, dentre outros. Ou seja, ao longo do tempo as economias precisam sustentar e manter o seu dinamismo econômico. Isso implica em duas variáveis importantes para manter a acumulação de capital: extensão do mercado e o capital investido.

A extensão do mercado reflete o consumo interno e externo. Para manter as atividades voltadas ao mercado externo e aquelas que ofertam ao mercado interno em expansão, a demanda e a produtividade devem se manter crescentes. A produtividade crescente fortalece a competitividade do território³⁹. Já os investimentos representam os capitais financeiros alocados nas oportunidades e inovações, com potencial de remunerar e gerar lucros, mas que também dependem das expectativas de demanda e de questões conjunturais. A demanda determinará a forma como o capital financeiro será alocado na produção, pois reflete o interesse de consumo da população e sua disposição em absorver a produção⁴⁰. A oportunidade de ampliar o comércio e auferir mais lucros vai estimular a busca das condições de

38 SILVA, J. R.; RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. (2000). A teoria dos polos de crescimento de François Perroux. *Cadernos de Economia*, vol. 4, nº 7, p. 75-96.

39 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. Capítulo IX: a produção em grande escala e a produção em pequena escala. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 196-197.

40 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. Capítulo V: proposições fundamentais sobre o Capital. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 134.

produção mais eficientes, mais lucrativas. E, com isso, estimular novos investimentos e reinvestimentos ampliando a dinâmica. Porém, por fatores conjunturais como conflitos, boicotes, barreiras comerciais, dentre outros, a demanda e o investimento podem não se realizar ou ser dificultada, inibindo a acumulação do capital. Como afirmou John Stuart Mill “o capital pode permanecer inaplicado temporariamente, como é o caso das mercadorias não vendidas, ou dos fundos que ainda não encontraram investimento; durante esse intervalo, o capital não põe em movimento nenhuma atividade (...)”⁴¹. Lembrando que o capital pode ser tanto tangível quanto intangível.

O investimento muda a estrutura da economia, pois aloca e realoca o capital e altera a composição dos fatores de produção, fazendo com que algumas atividades econômicas se sobressaiam a outras. Isso também altera a paisagem e hábitos do território. Frente a essa realidade, na economia dos territórios, o movimento de expansão e contração da economia conduz a territorializações e reterritorializações. Ou seja, além das mudanças na paisagem e nos hábitos, as reterritorializações levam também a novas formas de organização da sociedade, a novas especialidades produtivas, a mudanças na forma de alocar os investimentos e os fatores de produção.

É importante salientar que a reterritorialização traz mudanças que vão além da paisagem dos territórios. Por exemplo: infraestrutura é essencial para que determinadas atividades tenham condições diferenciadas para serem eficientes, o que implica em modificar o relevo e a hidrografia do território. Quando os investimentos em infraestrutura melhoram a eficiência do capital, ela

41 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. Capítulo V: proposições fundamentais sobre o Capital. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 121.

conduz também a mais acumulação de capital e estimula mais investimentos. Apesar do impacto positivo no processo produtivo, as modificações na paisagem afetam o modo de vida dos indivíduos, a relação com seu ambiente e o seu sentimento de pertencimento. Por isso, a dinâmica da economia territorial não é um processo perfeitamente equilibrado ou isento de conflitos.

A relação entre acumulação de capital e investimentos ocorre então numa causação circular e cumulativa⁴², até algum ponto de ruptura estrutural⁴³, no qual se alteram a especialização e a composição dos ramos de atividades produtivas, as paisagens e sua participação na geração de riqueza. No aspecto puramente econômico, a ruptura estrutural, ao alterar a especialização e a hegemonia dos ramos produtivos, também altera a forma de se produzir. Isso altera também as relações de poder, pois as alterações nas especializações produtivas empoderam os grupos que detêm investimentos nas atividades hegemônicas.

Quando a economia do território entra num ciclo virtuoso de dinâmica econômica, fazendo com que as atividades produtivas mais rentáveis se sobressaiam, o ciclo precisa ser realimentado por novos investimentos ao longo do tempo gerando mais acumulação de capital. Mas, seja por uma contração do mercado ou fatores conjunturais, a economia do território pode entrar no declínio e romper o processo de retroalimentação entre capital e investimento.

Os territórios econômicos não estão imunes às mudanças engendradas pelos investimentos nos padrões de produção, nos

42 RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (2018). Human development and underdevelopment in Brazil. *Economía Sociedad y Territorio*, nº 56, p. 77-105. DOI: 10.22136/est0939

43 SILVA, A. C. da; FERRERA DE LIMA, J. (2014). O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. *Pensamento Plural*, vol. 08, nº 15. DOI: 10.15210/PPV0115.4323.

padrões de consumo ou pelas oscilações da economia e dos seus ciclos econômicos, sejam eles internos ou externos. Para ampliar a acumulação de capital, os territórios precisam se inserir nos fluxos de comércio, se adaptar a novas formas de produzir e captar cada vez mais poupanças e com elas estimular o reinvestimento. Se o investimento saturar no território de origem, a tendência é a busca por outros territórios que sejam capazes de manter a acumulação de capital e a geração de lucros.

Em suma: a dinâmica econômica do território depende da sua inserção nos fluxos de comércio com outros territórios e da capacidade em gerar investimentos. Se a dinâmica econômica dos territórios dependesse apenas do seu mercado interno, essa dinâmica estaria condicionada ao aumento da população local e da sua renda, bem como da disponibilidade dos fatores de produção para assegurar o crescimento do mercado interno por meio do consumo e do reinvestimento. Para crescer a taxas superiores a população, os aumentos na produtividade e na expansão do mercado se tornariam necessárias, mesmo com ampla disponibilidade de recursos naturais e de capitais. Mas, as limitações da escala geográfica e da disponibilidade de fatores de produção restringem os níveis de crescimento e expansão contínua. Então, a inserção no comércio externo também se torna necessária não apenas para buscar demanda, mas também para garantir a oferta de matérias primas e força de trabalho.

A inserção no comércio exterior assegura a exportação de excedentes, a importação de insumos e a dinâmica baseada nas relações de troca. Para crescer ao ritmo do consumo externo, o território deve assegurar a disponibilidade de fatores de produção para manter o seu ritmo de produção interna. Nesse caso, o território acompanha uma dinâmica econômica que é maior que a dele próprio, fazendo com que a sua taxa de crescimento se torne dependente da sua capacidade produtiva e dos movimentos

acarretados fora do seu espaço territorial. Ou seja, o avanço da dinâmica econômica dos territórios depende de como ele se insere no movimento da economia para além das suas fronteiras.

O avanço e a permanência do território na dinâmica econômica exigem que as forças endógenas gerem e sustentem uma estrutura produtiva que desenvolva atividades econômicas motoras ou de base econômica, inseridas no comércio externo, mas também capazes de estimular outros ramos de atividades voltadas ao mercado interno⁴⁴. As atividades internas se encadeiam com as atividades motoras fornecendo matérias-primas ou bens e serviços complementares. Esse encadeamento produtivo forma um *continnum*, um conjunto conexo, entre os ramos produtivos em escala local, mas ao longo do tempo pode integrar com outras cadeias produtivas em escala interterritorial⁴⁵.

A Figura A ilustra como a atividade motora, caracterizada por uma atividade produtiva privada ou cooperativa, se insere no mercado interno e externo, por meio da demanda e oferta de bens e serviços, pela conversão dos fatores de produção em mercadorias. Os mercados interno e externo se conectam no território por meio do papel central da atividade motora, que gera encadeamentos produtivos e atrai as poupanças externas, sob a forma de demanda ou investimentos.

44 PIFFER, M. (2016). A dinâmica da base econômica regional. In: FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H.; PIACENTI, C. A. (org). *Economia & Desenvolvimento Regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p. 108-121.

45 RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. (2009). Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do Estado do Paraná. *Revista Redes*, vol. 14, nº 01, p. 136-149. DOI: 10.17058/redes.v14i1.837.

Figura A: Dinâmica Simplificada da Economia do Território



Fonte: Adaptado de FERRERA DE LIMA, J. Crescimento econômico territorial. In: BIDARRA, B. S.; FERRERA DE LIMA, J.; VOLL, F. P. (org.). Economia & Desenvolvimento Territorial. Foz do Iguaçu: Editora Parque Iguaçu, 2017, p. 28-34.

A atividade motora ou motriz é o elo entre a oferta e demanda de bens e serviços, entre o fluxo de rendas e os investimentos; a sinergia entre os indivíduos e as organizações; a geradora primaz das transações e da interdependência técnica entre os elos da cadeia produtiva. Cabe lembrar que a atividade motora ou motriz pode ser um ramo de atividade industrial, uma estrutura de prestação de serviços ou uma estrutura comercial, organizada de forma cooperativa ou privada, mas que exercem um efeito de encadeamento sobre as demais atividades a ela relacionadas e seu entorno. Sua atuação num espaço socioeconômico gera externalidades positivas, ou seja, efeitos e consequências positivas para todos os elos da cadeia produtiva. A atividade motriz, além dos encadeamentos e repercussões locais também geram elos com atividades regionais, por meio da sua competitividade e inserção no comércio inter-regional⁴⁶.

46 PERROUX, F. (1982). *Dialogue des monopoles et des nations : équilibre ou dynamique des unités actives?* Grenoble : Presses universitaires de Grenoble.

A influência da unidade motriz em relação aos encadeamentos que ela engendra é classificada em três tipos:

- Efeitos sobre a estrutura da produção, que estimula a formação de um *continuum* produtivo, que pode estimular a formação de aglomerações, também chamadas de *clusters*. Na formação do *continuum*, a estrutura produtiva forma um padrão de localização das atividades produtivas de forma sucessiva e contígua, associando geograficamente a dinâmica dos setores econômicos⁴⁷. O *continuum* produtivo ou o *cluster* também implica na formação de redes de distribuição, armazenamento e captação, criando uma infraestrutura logística como parte do eixo de crescimento e desenvolvimento, pois além da mobilidade de produtos inclui a mobilidade de serviços e capitais. Na formação de *clusters*, o encadeamento produtivo, ou seja, as relações de compra de insumos (efeito para trás) são geralmente mais importantes que os efeitos para frente (fornecimento de produtos) com as empresas satélites, porque o valor adicionado pela unidade motriz é, comparativamente ao da indústria satélite, bem maior⁴⁸.
- Efeitos sobre o mercado, que refletem os impactos de inovações, das mudanças na composição da força de trabalho, dos investimentos e reinvestimentos. O crescimento da unidade motriz afeta o tamanho do mercado interno, estimulando a formação de atividades voltadas ao consumo da população local e atraindo população de outros territórios.

47 FERRERA DE LIMA, J. (2010). *La diffusion spatiale du développement économique regional*. Saarbrücken :EUE.

48 SILVA, J.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M;. (1999). A teoria da polarização como instrumento de programação econômica a nível regional. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, vol. 1, n.02, p.48-56.

- Efeitos sobre o capital social e humano, demonstradas pela força do associativismo, da cooperação técnica, do fortalecimento das organizações e a uma mudança mental, acarretada pelo aumento no nível de conhecimento e qualificação da população. No caso específico do capital social, ele fortalece os agrupamentos e os movimentos, que buscam melhorias nas condições de vida ou nas condições de produção. Também estabelece a auto regulação, por meio de regras formais e informais de conduta entre os diversos atores produtivos e sociais. Em suma: o capital social reflete também uma mudança mental na coletividade, que trabalha de forma unida mesmo num ambiente de competição⁴⁹.

Como já mencionado, há territórios que não avançam com o suporte de atividades de transformação, mas por meio de outras atividades motoras capazes de gerar encadeamentos produtivos. Por exemplo: atividades do turismo; centros de distribuição de mercadorias ou da prestação de serviços específicos, como saúde e educação. Em ambos os casos, tanto dinamizado pela indústria ou pelos serviços, os territórios conseguem avançar num *continuum* urbano-industrial ou urbano-terciário em detrimento de um *continuum* urbano-rural. O território sai da dependência exclusiva do setor primário para atividades mais complexas e situadas no espaço urbano. A transição entre o tipo de *continuum* depende das mudanças e rupturas estruturais que ao longo da história alteram as especializações produtivas e modificam o perfil da economia territorial⁵⁰.

49 ALVES, L. R.; CRUZ, L. B.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. (2013). O capital social na microrregião de Toledo-PR – 1985/2009. Revista Desenvolvimento em Questão, vol. 11, nº 22, 139–172.

50 ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C.A. (2007). O Continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste

A existência de uma atividade motora não significa que ela inicia grande. Em geral, começam como micro e pequenas empresas estimuladas pelo mercado interno ou externo, mas servem como seu elemento de arrancada para mudanças na estrutura produtiva causando rupturas, fazendo com um ramo de atividade produtiva surja e supere outros. Ao longo do tempo vão ganhando escala e engendrando novas rupturas e novos arranjos produtivos. A unidade motora é também o embrião para o desenvolvimento de um conjunto de atividades e mudanças no padrão de especialização do território.

Em certos territórios, apesar da formação de atividades motoras inseridas no comércio externo, não ocorrem encadeamentos produtivos significativos mantendo um baixo dinamismo. Nesse caso, a renda gerada na atividade motora não estimula o mercado interno de forma significativa. Isso se observa em territórios marcados pela existência de grandes propriedades de cunho primário exportador ou de uma grande indústria de extração de recursos naturais, que monopolizam extensas áreas e são altamente tecnificadas. Essas atividades não são capazes de gerar grande volume de emprego, massa salarial e demanda interna. Por vezes, nessas atividades as rendas são fortemente concentradas ou os lucros são repatriados a outros territórios, onde são investidos e entesourados em detrimentos dos seus territórios de origem. Os territórios que ganham em termos de dinâmica econômica são aqueles que têm também a capacidade de converter rendimentos do trabalho e lucros em demanda interna, além

do Paraná. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada*, vol. 02, nº 02, p. 25-47.

FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H.; BARROS, A. H. (2011). Os territórios econômicos no Oeste do Paraná: uma análise do seu crescimento no início do século XXI. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, vol. 10, nº 18, p. 111-122.

de reinvestimentos no próprio território, ampliando a acumulação de capital e a distribuição de renda, o que estimula novas especializações e a diversificação da base produtiva.

Há o caso de economias territoriais baseadas na produção primária em pequenas propriedades rurais, mas de baixa produtividade nas quais as atividades urbanas são pouco capitalizadas e tecnificadas. Nesse caso, as atividades motoras não conseguem auferir ganhos de escala, ampliar sua participação no mercado e estimular novos investimentos. Mesmo que essa economia rural consiga avançar na assimilação de pacotes tecnológicos e aumentar sua produtividade, outros setores da economia devem ser capazes de absorver a mão-de-obra excedente das áreas rurais. A economia territorial permanece atrelada ao *continuum* urbano-rural, pois não consegue estimular a difusão da dinâmica rural para outros ramos de atividade da economia urbana, para o espaço urbano. Para superar essa situação, a capacidade da comunidade em trabalhar, auferir produtividade, produzir de forma cooperada e criar sinergias para buscar alternativas de emprego e renda possui um papel importante na ruptura estrutural da economia.

As economias territoriais dependentes exclusivamente do setor primário são economias cuja taxa de crescimento econômico fica estável ao longo do tempo e muito suscetíveis ao movimento dos ciclos agropecuários ou extrativos e a ganhos de produtividade. O crescimento do seu produto a taxas superiores à população se dá mais em função do êxodo populacional ou de baixas taxas de fecundidade. Ao longo do tempo, os territórios que ganham em termos econômicos são aqueles capazes de criar novas atividades econômicas além das originais, produzindo novas especializações e formando novos atrativos em termos de comércio, serviços ou atividades de transformação.

Resumindo: a amplitude da acumulação de capital e, conseqüentemente, da dinâmica econômica dos territórios depende

da sua capacidade de criar um processo acumulativo a partir de atividades motoras. Para isso, o fator endógeno, interno ao território se torna mais e mais decisivo, pois representa o empreendedorismo local, a cooperação e a sinergia entre os agentes econômicos. Nesse caso, a inovação surge da criatividade e da vontade de empreender, crescer e se expandir, assumindo riscos e reinvestindo recursos na ampliação da base produtiva, marcando presença em outros territórios, fortalecendo as relações inter-territoriais de produção.

A manutenção da dinâmica da economia territorial

De um lado, a arrancada no dinamismo das economias territoriais depende do empreendedorismo, que busca investimentos e alocações dos fatores de produção gerando rupturas na estrutura produtiva; de outro lado, também depende de como o território se insere no mercado externo, pois a manutenção do crescimento econômico depende da sustentação do processo de acumulação de capital, por meio de ganhos produtividade e competitividade da (s) atividade (s) motora (s), o que leva a mais lucros e reinvestimentos. Com o tempo, a alocação dos fatores de produção tem que ficar mais eficiente e sustentável, bem como a transformação na paisagem deve melhorar a competitividade e assegurar a sustentabilidade.

Porém, ao longo do tempo, um território econômico com uma estrutura produtiva monoespecializada não é o ideal, o que não significa falta de dinamismo. Mas, ele ficará susceptível as tendências dos ciclos econômicos. Ao longo do tempo, após a arrancada, o território tem que avançar para rupturas estruturais que lhe conduzam a multiespecialização, ou seja, a diversificação na sua estrutura produtiva e, em especial, na sua pauta de

exportação⁵¹. Ou seja, na sequência temporal, o território deve migrar para uma economia muito mais diversificada e complexa, menos dependente exclusivamente da atividade motora precursora do seu dinamismo. E cada território tem uma temporalidade para avançar em diferentes fases da sua estrutura produtiva. Para acompanhar o perfil da especialização do território é possível usar dois indicadores: o primeiro, exposto na equação (III.1), é o Índice de especialização de Krugman⁵² (IK):

$$IK = \sum_i |V_i^j - V^l| \quad (III.1)$$

Em que V_i^j é a proporção da variável de análise do ramo de atividade j no território i e V^l é a proporção do ramo de atividade j do grupo de referência. Como o IK compara proporções, quanto maior o índice, maior a especialização do território dentro do grupo de referência.

O IK fornece uma visão mais global da especialização territorial, mas o Quociente Locacional (QL)⁵³ fornece uma visão mais setorial, o que permite a visualização dos ramos de atividade mais especializados e que concentram uma variável de análise específica, como emprego ou valor de produção.

$$QL_j = (V_j \div V_i) \div (T_j \div T_i) \quad (III.2)$$

51 ALVES, L. R. (2016). Especialização produtiva e desenvolvimento econômico regional. In: FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H.; PIACENTI, C. A. (orgs.). *Economia & Desenvolvimento Regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p. 69-80.

52 KRUGMAN, P. (1991). *Geography and trade*. Massachusetts: MIT Press.

53 COLLA, C.; RIPLEL, R.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. (2011). Reestruturação da distribuição populacional e econômica do Oeste do Paraná, rebatimentos empregatícios e migratórios. *Informe GEPEC*, vol. 15, nº 3, p. 203-221. DOI: 10.48075/igepec.v15i3.6279.

Em que: QL = Quociente Locacional; Vj = variável de análise no ramo de atividade produtiva j no território i; Vi = variável de análise total do ramo de atividade produtiva j no espaço de referência; Tj = variável de análise do total dos ramos produtivos no território i; Ti = Variável de análise do total geral dos ramos produtivos no espaço de referência.

Os resultados do QL quando ≥ 1 apontam uma localização significativa e adensada para a atividade econômica em questão, dado que ela é relativamente e percentualmente mais importante para o território do que para o espaço de referência. A praticidade do QL é sua capacidade de apresentar informações que podem ser interpretadas tanto do ponto de vista de cada território como também do ponto de vista da distribuição das atividades. Além disso, seus resultados permitem generalizações tanto sobre a localização das atividades produtivas como da especialização do território. Outra particularidade do QL é que o mesmo pode ser usado com outras variáveis que demonstram um fluxo ou estoque, como população, investimentos, etc...

A especialização, o avanço para a diversificação produtiva e a manutenção da dinâmica econômica territorial numa fase mais madura dependerá de três situações: a primeira, da capacidade de atividades complementares ficarem mais autônomas e ganharem o mercado externo, saindo da dependência exclusiva do mercado interno. Isso significa ampliar as atividades de base ou motoras, criando um sistema territorial de dinamismo econômico mais diversificado, agregando cada vez atividades de maior valor agregado e complexidade; a segunda dependerá do fortalecimento da demanda interna do próprio território, estimulando a ampliação e diversificação do setor terciário da economia. O fortalecimento do setor terciário, com serviços e comércio de diferentes níveis e complexidade, que o deixará mais atrativo à demanda da população do entorno territorial; a terceira, da capacidade de

reinvestimento das atividades produtivas localizadas no território, o que é dependente da criatividade ou inovação, do crédito e das expectativas lucro e crescimento do mercado. E o território tem de ter vitalidade para manutenção da dinâmica ao longo do tempo.

Assim, a dinâmica econômica do território conta com elementos de vitalidade e estímulo aos fatores endógenos: o empreendedorismo, a disponibilidade de fatores de produção, o consumo interno, a criatividade ou inovação, o consumo externo e o investimento. Esses elementos são fatores endógenos, com exceção do mercado externo, e fazem a manutenção da dinâmica e do emprego no território (D_{ii}). Essa dependência pode ser ilustrada pela função (III.3):

$$D_{ii} = f(EM, FP, CI, DI, EX, IN, AI) \quad (III.3)$$

Em que: D_{ii} é o grau de dinamismo do território i ; EM é o empreendedorismo; FP são os fatores de produção; CI é a criatividade ou inovação; DI é a demanda interna ou mercado interno no território; EX é a demanda externa ou as exportações para outros territórios; IN são os investimentos no território; e, AI é o ambiente institucional.

A demanda interna depende da renda dos trabalhadores, produtores, investidores e rentistas. Afinal, não são apenas os trabalhadores que consomem, apesar de comporem a maior parcela da população. A renda dos trabalhadores se reflete na massa salarial gerada nas atividades produtivas, bem como das transferências de renda, que ocorrem tanto em programas sociais quanto no retorno de impostos. Já os produtores obtêm sua renda dos lucros; os investidores dos dividendos; e, os rentistas dos aluguéis e especulações. O perfil ou propensão de consumo varia para cada classe social e cada indivíduo, mas em geral, quanto mais renda disponível para a população, mais alta será a tendência a o

consumo. Porém, a renda adicional da população não terá efeito na dinâmica da economia territorial se houverem vazamentos de renda, ou seja, se essa renda é transferida para outros territórios sob a forma de importações, gastos ou investimentos que não repatriem lucros, dividendos ou aluguéis.

A magnitude da demanda interna será sempre dependente de forma negativa da magnitude dos vazamentos de renda para outros territórios; e dependente de forma positiva das ações para se aumentar a renda e estimular o consumo da população. Em alguns casos o aumento de renda significa apenas criar mecanismos de acesso à renda, pois em algumas economias o problema não é a disponibilidade de emprego, mas as condições de empregabilidade e de valorização do trabalho. Já em outras economias, o problema de acesso à renda reside na má distribuição da renda gerada, que depende também da valorização do trabalho, das condições de tributação, dos costumes, da concentração da propriedade e a monopolização dos meios de produção ou à falta de reinvestimentos no território. Nesses casos, mudanças estruturais na economia dos territórios se fazem necessárias para estimular e acelerar o crescimento econômico e a geração de empregos.

As mudanças estruturais são referendadas pelo avanço e a transformação no ambiente das instituições, que constroem e zelam pelas regras formais e informais, e protege a sociedade a estrutura produtiva do risco e de exercícios arbitrários, seja dos governos, dos monopólios ou daqueles que detém o poder. Porém, o ambiente institucional deve acompanhar a evolução dos tempos para reforçar o espírito coletivo e o empreendedorismo.⁵⁴

54 MILL, J. S. (1986b). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. II. Coleção Os Economistas. Nova Cultural: São Paulo, p. 277.

O empreendedorismo está ligado ao impulso em criar, idealizar, realizar novos negócios ou revitalizar negócios já existentes, mesmo num ambiente de risco e incerteza. O empreendedor ou os empreendedores mobilizam os fatores de produção e geram os investimentos para criar uma estrutura produtiva. Quanto aos investimentos, cabe uma distinção: há investimentos direcionados a manutenção, conservação e modernização da estrutura produtiva. Por mais que eles não gerem diretamente novos empregos, eles mantêm a estrutura produtiva competitiva e rentável, fazendo a sustentação dos empregos existentes. E há os investimentos direcionados para a ampliação ou para a criação de novas estruturas produtivas, que dependem tanto do espírito empreendedor e inovador, quanto da percepção de oportunidades e da rentabilidade do capital. E quando se fala em inovação, não significa necessariamente a criação de bens e serviços com grande conteúdo tecnológico, mas por vezes em simples ações que vão desde a criação de um novo produto ou a diferenciação de um produto já existente ou o estabelecimento de uma nova forma de produzir ou de uma estrutura logística diferenciada, novos modelos de negócios, etc...

Em geral, a criatividade e as inovações são novas engenhosidades e combinações de fatores de produção, que se tornam negócio e ganham o mercado. Nos territórios, a inovação está ligada aos conhecimentos tácitos e a criatividade, que se perpetuam e se aprimoram ao longo das gerações e criam atividades produtivas. Os lucros gerados nessas atividades estimulam o reinvestimento e a entrada de novos investidores. Isso pode ser percebido nos territórios que usaram o conhecimento ancestral para produzir artesanato ou o domínio de habilidades manuais, típicos da economia criativa, para criarem empreendimentos lucrativos e formarem arranjos produtivos locais.

No Brasil, dentre os exemplos de arranjos produtivos locais pode-se citar: o caso do município de Terra Roxa no estado do Paraná, em que a habilidade em bordados criou toda uma estrutura produtiva ligada a uma produção diferenciada de confecção infantil⁵⁵. Em áreas rurais do estado do Tocantins, a habilidade em transformar, trançar, amarrar e tricotar o capim dourado criou todo um mercado de produtos artesanais. Já no Vale dos Vinhedos, no estado do Rio Grande do Sul, a tradição dos imigrantes em produzir uva e vinhos diferenciados formou empreendimentos com produção em grande escala, tanto privados quanto cooperativos. Esses empreendimentos ampliaram sua escala e ganharam mercados de fora do território. Alguns têm como grande vedete das vendas a sua origem territorial, criando o que se chama de “certificados ou selos de origem”, que fortalece a imagem de qualidade e diferenciação de produtos. Nesses casos, o território se torna o instrumento de inserção nos mercados inter-regionais e a manutenção da dinâmica da economia territorial fica atrelada a manutenção de valores e padrões de produção que devem ser comuns em todos os produtores.

Mensurar a dinâmica da economia territorial

Como dinâmica pressupõe movimento e o movimento ocorre por meio de uma força, ou seja, da aplicação eficaz de algum tipo de empurrão ou energia no território por meio de fatores endógenos ou exógenos, é possível mensurar de forma aproximada o movimento do território. No caso, o dinamismo tira a estrutura produtiva da economia territorial de um estado de repouso ou letargia e o impulsiona. Nesse caso, primeiramente, há que se

55 GALI, E. L.; FERRERA DE LIMA, J.; WILLERS, E. M. (2011). Ciclo econômico e desenvolvimento local no município de Terra Roxa (PR). *Estudo & Debate*, vol. 18, nº 1, p. 37-53.

definir a variável a qual se quer analisar a dinâmica da economia do território. Dentre as variáveis comumente usadas, o Produto Interno Bruto (PIB) ou o Valor Adicionado Bruto (VAB) são *proxies* para o estoque de produção ou produto da economia, mesurado de forma monetária. Ambos estão relacionados à atividade econômica de um determinado lugar num período de tempo.

A dinâmica também pode ser percebida pelo movimento de outras variáveis, como o estoque de emprego; a formação bruta de capital fixo, que mede o aumento dos bens de capital; o montante das colheitas e do volume de produção, etc... Assim, cabe adequar o elemento a ser mensurado ao perfil daquilo que se quer analisar e a escala usada para definir a área de abrangência do território. E, em alguns casos, a área do território deve ter condições de ser comparada a dinâmica de um espaço mais amplo com outros territórios, que para fins de comparação será chamada de macrorregião, ao qual ele está inserido. A definição da macrorregião também segue as particularidades do objeto de análise. Cabe ressaltar que a análise não deve ser em termos absolutos, mas sim em termos relativos para retirar o efeito tamanho da comparação entre territórios com dimensões diferentes, que pode distorcer os resultados.

Feita essas observações, em termos de dinâmica o território pode ser analisado em ritmo, disparidades e nível de dinamismo em relação aos outros territórios ou a macrorregião na qual está inserido. Para exemplificar, os indicadores de dinamismo⁵⁶

56 RAIHER, A. P., FERRERA DE LIMA, J.; OSTAPECHEN, L. A. P. (2017). Crescimento econômico regional no Sul do Brasil. *Revista de Economia e Agronegócio*, vol. 15, nº 2, p. 224-249. DOI: 10.25070/rea.v15i2.446.
FERRERA DE LIMA, J. PIFFER, M.; OSTAPECHEN, L. A. P. (2016). O crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol.17, nº 04, p. 757-766. DOI: 10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4(16).

terão como parâmetro o crescimento econômico do território, em geral mensurado a partir do Produto Interno Bruto (PIB). A equação (III.4) apresenta um indicador para o nível da dinâmica do crescimento econômico do território (NDT):

$$NDT = (\ddot{V}_i / \ddot{V}_m) \quad (III.4)$$

Em que: NDT é o nível de dinamismo do território; \ddot{V}_i é o PIB per capita no território de análise; e, \ddot{V}_m é PIB per capita médio na macrorregião.

O NDT usa como parâmetro o PIB per capita para eliminar o efeito tamanho, ou seja, as diferenças de escala entre os territórios, da mesma maneira entre os diferentes territórios que compõem a macrorregião. Nesse caso, se supõe que a macrorregião é maior que o território em análise.

O parâmetro de análise dos resultados pode ser classificado em: significativo (> 100), alto ($80 \geq NDT \leq 99$) ou baixo ($NDT \geq 79$). Essa escala pode ser adaptada dependendo das características do objeto de análise e a variável que será o parâmetro.

A disparidade entre a dinâmica do território (DDT) e a macrorregião de análise, que considera os territórios que compõem a macrorregião no seu conjunto, é mensurada a partir da equação III.5:

$$DDT = (\ddot{V}_i - \ddot{V}_{mim}) / (\ddot{V}_{mam} - \ddot{V}_{mim}) \quad (III.5)$$

Em que: DDT é o indicador da disparidade da dinâmica do território (DDT); \ddot{V}_i é o PIB per capita do território; \ddot{V}_{mim} é o PIB per capita mínimo na macrorregião de referência; e, \ddot{V}_{mam} é o PIB per capita máximo na macrorregião de referência.

Como disparidade remete a estado ou condição do que é desigual ou aquilo que é dessemelhante entre os territórios, o

parâmetro de análise varia da pouca representatividade a maior representatividade, ou seja, de $\geq 0 \leq 1$, em que mais próximo de 0 representa o menor PIB per capita de todo conjunto em análise; já o mais próximo da unidade (1) demonstra que aquele território representa o maior PIB per capita de toda macrorregião. Um quadro de resultados do DDT para diferentes períodos demonstrará o quanto um território saiu de uma participação mínima para uma mais significativa, se aproximando do máximo PIB per capita, diminuindo sua disparidade. O efeito contrário também pode ocorrer, quando o território se afasta do PIB per capita mais significativo e fica mais desigual na macrorregião.

Para se chegar a determinado nível de dinamismo e mesmo de disparidade, há que se observar o ritmo do dinamismo dos territórios, por meio da equação III.6.

$$RD_i = [(\dot{Y}_i \div Y_i) - 1] \div [(\dot{Y} \div Y) - 1] * 100 \quad (\text{III.6})$$

Em que: RD_i = Ritmo de dinamismo do território; \dot{Y}_i = PIB per capita do território i no período final; Y_i = PIB per capita do território i no período inicial; \dot{Y} = PIB per capita médio da macrorregião no período final ; Y = PIB per capita médio da macrorregião no período inicial.

Para analisar os resultados do ritmo de dinamismo do território, os parâmetros utilizados variam conforme os valores apresentados, haja vista que a análise é de uma situação interna. Assim, se o estudo compara diferentes territórios em relação à uma macrorregião específica, o maior valor remete ao maior ritmo. Porém, em estudos que usaram esse indicador, a classificação comumente utilizada foi de território dinâmico para resultados ≥ 100 ; territórios de médio dinamismo para valores entre $\geq 50 \leq 99$; territórios de baixo dinamismo para valores $\leq 49 \geq 1$; valores negativos remetem a territórios em estado

estacionário ou estagnados. Apesar de alguns estudos⁵⁷ remeterem a classificação abaixo de 49 para territórios recessivos ou depressivos, tal classificação depende muito das particularidades do objeto de análise, pois na Ciência Econômica o conceito de recessão e depressão possuem particularidades teóricas.

Um território em estado estacionário, caracterizado pela estagnação e baixos níveis de renda, não alude falta de potencialidades ou aptidões. Em alguns casos, o que falta são elementos intangíveis para o *start*, tais como: capacidade de trabalhar de forma coletiva ou associativa, empreendedorismo ou a atuação de uma liderança visionária para mobilizar e estimular o uso dos fatores de produção de forma mais produtiva. Como o ritmo pressupõe uma sucessão regular de algum tipo de movimento ou força, cabe aos territórios encontrarem o elemento que possa imprimir o ritmo à sua capacidade de produzir e gerar emprego e renda.

Importante frisar que se podem ter territórios com alta renda, mas baixo grau de dinamismo e altos níveis de pobreza; da mesma forma territórios que avançam em alto grau de dinamismo, mas com baixo nível de renda fazendo com que não haja uma mobilidade positiva entre as classes sociais. Isso se dá em função da natureza da produção da riqueza e da distribuição de renda, ou seja, do perfil da estrutura produtiva e daqueles que detém a maior parcela da renda e da capacidade de investir e do acesso da população a parcelas superiores da renda.

Também há os territórios que chegaram a um estágio muito elevado de desenvolvimento, com uma renda melhor distribuída, e sua economia não gera mais níveis intensos de crescimento.

57 PIACENTI, C.; FERRERA DE LIMA, J. (2012). (Org.). *Análise Regional: metodologias e indicadores*. Curitiba: Camões.

Eles são territórios que mantêm um dinamismo necessário e equilibrado para a manutenção das suas condições estruturais.

Cabe lembrar que a variável PIB per capita, apesar de ser uma *proxy* para a produtividade não serve como parâmetro para distribuição de renda. Um PIB per capita elevado não significa que a população tenha um ganho equivalente. O PIB per capita é influenciado tanto pelo crescimento do valor adicionado como pelo crescimento da população. Em territórios que não geram oportunidades de emprego e renda, a migração da população tem reflexo no PIB per capita de forma positiva. Ou seja, a variação do PIB per capita nesse caso mascarou um problema humanitário. A população que ficou no território é suficiente para produzir riqueza, que em função da produtividade e do uso dos fatores de produção mantém seu ritmo de dinamismo ampliando o nível de produto por habitante. A população que migrou buscará oportunidades em territórios que oferecem mais oportunidades, ampliando o efeito de polarização.

A relação entre dinamismo e população pode ser ilustrada pelo crescimento do Produto Interno Bruto e população dos municípios que compõem o território da Cantuquiriguaçu, no estado do Paraná (Brasil). Esse território conta com 21 municípios, mas somente 20% dos municípios tiveram ganho de população acima de 1%, entre 2004 e 2014. Os municípios de Porto Barreiro e Rio Bonito do Iguaçu tiveram crescimento do PIB per capita de 11% e 10%, respectivamente, no período. Mas, sua população encolheu -2,6% e -2,3%, respectivamente⁵⁸. Por isso, há territórios que apresentam dinamismo econômico, mas não

58 CRUZ, A.; FERRERA DE LIMA, J. (2019). O crescimento econômico do território Cantuquiriguaçu. *Working paper* nº 02. Center for Regional Development (NDR). Toledo City: UNIOESTE. DOI: 10.13140/RG.2.2.27031.83363.

necessariamente com geração de empregos ou qualidade de vida para fixar sua população.

O crescimento econômico territorial se difere de desenvolvimento econômico territorial. Enquanto o crescimento econômico do território está relacionado à estrutura de produção e demanda, o desenvolvimento vai mais além, pois engloba também elementos intangíveis, qualidade de vida e relações de poder, como a governança territorial. Ambos refletem o dinamismo econômico. Uma economia territorial que não é dinâmica não cresce e vice-versa. E uma economia territorial que se desenvolve não consegue manter o dinamismo ao longo do tempo. Mesmo que a manutenção do crescimento e do desenvolvimento econômico territorial dependa de fatores endógenos e exógenos, as forças territoriais que são engendradas por esses fatores dependem da vitalidade do território. E vitalidade territorial vai além da segurança dos indivíduos e das propriedades, da capacidade de desfrutar resultados, mas também das melhorias nas condições de emprego, na distribuição da riqueza e do aperfeiçoamento das suas capacidades produtivas, da prática da cooperação e do espírito de liderança e empreendedorismo⁵⁹.

59 MILL, J. S. (1986b). *Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social*. Vol. II. Capítulo IV: a influência do progresso da sociedade sobre a produção e a distribuição. Coleção Os Economistas. Nova Cultura: São Paulo, 1986.

CAPÍTULO IV



A VITALIDADE DOS TERRITÓRIOS

A vitalidade é caracterizada como a força vital, que dá e fortalece a capacidade de existir, de se desenvolver, de avançar, de se dinamizar. A vitalidade do território envolve as condições físicas e institucionais e a sinergia entre essas condições, pois produzir vai além de se ter a disposição fatores de produção, porque exige também o tino e as condições para mobilizar, manter e renovar esses fatores, gerando progresso econômico e social. A vitalidade mantém a dinâmica e se torna pré-condição para o desenvolvimento territorial. Ou seja, a vitalidade do território não se refere apenas à capacidade de ofertar as condições produtivas, mas também às condições que propiciam a manutenção e a conservação da riqueza e da qualidade de vida da população. E isso é indiferente se o território é urbano ou rural.

Aqui cabe fazer a distinção entre territórios rurais e territórios urbanos. Os territórios urbanos têm funções, tais como: funções sociais: a habitação, trabalho, lazer e mobilidade; as funções

de cidadania: educação saúde, segurança e proteção; as funções de gestão: prestação de serviços, planejamento, preservação do patrimônio cultural e natural; e, as funções de produção: a demanda, oferta e distribuição de mercadorias. Os territórios rurais têm três funções: a função de produção, caracterizada pela transformação de fatores de produção em produtos; a função territorial, caracterizada pela ocupação, gestão, preservação do espaço, das paisagens e dos recursos naturais; e, a função social, caracterizada pela geração de emprego e renda, geração de serviços coletivos e movimentação do meio rural⁶⁰.

Alguns territórios, apesar do seu ritmo de dinamismo significativo, ao longo do tempo podem sentir os efeitos do esgotamento dos recursos naturais, de taxas de fecundidade baixas ou da carência de investimentos. Outros territórios são imersos em permanentes conflitos e disputas de poder e espaço que travam o dinamismo e as melhorias nas condições de vida. Os territórios que não conseguem garantir e manter as condições de vida também não conseguirão manter e garantir as condições de geração de riqueza, o que afetará seu dinamismo e as possibilidades de emprego e renda.

Em geral, territórios urbanos, mas decadentes ou estagnados tendem ao esvaziamento populacional, o que compromete a sua ocupação efetiva, o crescimento da força de trabalho a longo-prazo, a formação de mercado interno e as condições de manter o ritmo de acumulação de capital, dentre outros. Da mesma forma, os territórios exclusivamente rurais podem sofrer com o despovoamento das suas áreas e a decadência da sua estrutura produtiva. Indiferente ao perfil do território, a vitalidade precisa

60 JEAN, B. (2003). Réussir le développement des communautés rurales : dix conditions gagnantes. *Revue Organisations & Territoires*, vol. 12, n° 02, 19-30.

ser monitorada e vigorada, seja por meio dos agentes econômicos seja por meio da ação das organizações locais.

A vitalidade do território e as condições deficientes

Para John Stuart Mill “a produção não é algo fixo, mas algo em crescimento. Quando não é freada por más instituições ou por condição deficiente (...)”⁶¹. A condição deficiente é caracterizada pela criação de uma estrutura que não usa de forma eficiente os fatores de produção, seja pelo mau uso das técnicas produtivas ou pela criação de estruturas que travam a ascensão dos indivíduos. Porém, aquilo que é considerado uma “má instituição” depende da natureza de cada território e da sinergia entre as organizações que o compõe. Por exemplo: um grupo que detém o poder poderá manter a estrutura produtiva do território abaixo do seu potencial, pois seu objetivo é conservar seu *status quo* ou porque se acomodaram com a forma de acumular e concentrar riqueza. Com isso, as organizações e a composição de funcionamento da sociedade são estruturadas para sustentar a forma de poder dominante e condições de produção, até que em algum momento na história ocorra algum tipo de ruptura estrutural, da qual emerge um novo ambiente de negócios e de poder.

As funções e a manutenção das relações sociais no território se apresentam conforme as características produtivas e a forma como o poder é exercido. No caso específico dos territórios rurais, aqueles que são primário-exportadores nos quais a atividade motora se faz na exploração de grandes propriedades ou

61 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. Capítulo X: a lei do aumento do aumento da mão-de-obra. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 210.

grandes jazidas extrativas e com poucos proprietários, a função de produção gera a riqueza mercantil, mas as funções territoriais e sociais reforçam a concentração de riqueza. Por sua natureza produtiva, esses territórios rurais primário-exportadores não disseminam o progresso econômico e social para o conjunto da população. Apesar da tendência de altos níveis de dinamismo econômico, gerados pelos ciclos das *commodities*, esses territórios tendem a deficiência populacional, pois agregam novas técnicas e tecnologias produtivas para aumentar a produção e a lucratividade, mas não geram ocupações para a força de trabalho. Esses territórios também se fragilizam frente à decadência do ciclo econômico do produto, quando aquilo que ofertam deixa de ser atrativo aos mercados gerando assim uma condição deficiente.

Os territórios primário-exportadores, que acumulam e não distribuem riqueza, podem até fazer uma transição para territórios urbanos, mas em geral tem dificuldades em ampliar a acumulação de capital por meio do mercado interno. O fortalecimento de um *continuum* urbano-industrial ou urbano-terciário exige uma vitalidade gerada pelo acesso da população aos bens de consumo, a diversificação do mercado e o empreendedorismo popular. Porém, a diversificação do mercado é barrada na sua gênese pela deficiência da atividade motriz em criar condições para o acesso à renda. Já o empreendedorismo popular não é estimulado pela deficiência da estrutura de poder, que não instiga a criatividade e a mobilidade entre as classes sociais. As funções do território se alinham para evitar a fragmentação do poder econômico e a competição de novas formas de acumulação de capital. Nesse caso, as condições legais ou as “regras do jogo” que mantém a estrutura de poder criam as bases para a sua manutenção e sustentam uma economia altamente especializada. O resultado é que a modernização das atividades primário-exportadoras, mesmo gerando altos ganhos de produtividade,

não amplia os postos de trabalho de forma significativa, não estimula o surgimento de novas especializações e restringe a disseminação do progresso econômico.

Aqui cabe uma ressalva: o comentário sobre os territórios rurais primário-exportadores baseados em grandes propriedades rurais não significa que territórios primário-exportadores baseados em pequenas propriedades rurais gerarão vitalidade e dinamismo automaticamente. Em geral, a maioria dos territórios rurais se organiza⁶² para atender a uma estrutura primário-exportadora, apesar do seu perfil fundiário, mas eles não exercem da mesma forma suas funções e nem todos têm a mesma vitalidade e capacidade de dinamismo. Ou seja, mesmo territórios rurais baseados em minifúndios podem ter dificuldades em manter um ritmo de crescimento e desenvolvimento econômico. Apesar das suas funções, a transição de um território rural para um território urbano não é automática ou garantida, pois precisam vencer as suas condições deficientes. Vale lembrar a afirmação de François Perroux⁶³ de que o desenvolvimento não se dá em todos os lugares ao mesmo tempo, mas em pontos no espaço econômico. Ele surge em função da localização dos mercados consumidores ou das matérias-primas e das condições técnicas de produção⁶⁴.

Já os territórios rurais que conseguiram migrar para um *continuum* urbano mais significativo e se diversificar para novas funções e outras formas de acumulação, podem sentir o efeito de situações acarretadas pelo progresso social, como as baixas taxas

62 Há propriedades rurais que não produzem diretamente para a exportação, mas fornecem a matéria prima para o produto final a ser exportado.

63 François Perroux (1903-1987), economista francês. Autor da teoria da polarização e estudos na área de economia regional.

64 PERROUX, F. (1982). *Dialogue des monopoles et des nations : équilibre ou dynamique des unités actives?* Grenoble : Presses universitaires de Grenoble.

de fecundidade, o consumo predatório dos recursos, a poluição ou o desinteresse da população. Há também o impacto da competição e das oportunidades de negócios impostas por outros territórios, que levam a transferência e migração de recursos por meio dos fluxos de comércio ou da perda de competitividade ao longo do tempo. Então, a manutenção da vitalidade territorial exige que se vençam as deficiências que são acarretadas ao longo do tempo, pela transição a novas formas de acumulação e geração de riqueza.

No que tange aos territórios, sejam eles urbanos ou rurais, além dos fatores econômicos há também sempre fatores socioculturais e de manutenção de poder que afetam o desempenho das suas funções e sua competitividade. No caso específico da perda de competitividade, ela envolve fatores geográficos, institucionais e, como sempre, a superação das condições deficientes⁶⁵.

As condições deficientes se apresentam sempre quando se quer usar ou mobilizar os fatores de produção e sua produtividade. Elas agem como uma trava, uma barreira. Para manter a vitalidade econômica do território, os fatores de produção devem possuir disponibilidade, mobilidade de utilização, adaptabilidade e eficiência. O amadurecimento da estrutura produtiva do território deve garantir que esses fatores sejam alocados em diferentes formas de produzir de maneira eficiente e a qualquer momento. Ou seja, a vitalidade do território exige liberdades econômicas de produção e trabalho. O empreendedor ou o indivíduo deve ser livre para trabalhar e produzir como quiser desde que não fira as leis e as condições de emprego e renda de outrem. Mais uma vez as condições de poder e como ele se apresenta

65 MILL, J. S. (1986). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. Capítulo X: a lei do aumento do aumento da mão-de-obra. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 210.

no território tem um papel importante, pois a manutenção do poder em alguns grupos sociais lhes leva a restringir a liberdade de produção e trabalho, no caso, as condições de eficiência dos fatores de produção.

Em suma: a capacidade em manter e gerar novos dinamismos e o desenvolvimento exige a superação das adversidades que tornam deficiente a vitalidade do território, sejam elas institucionais ou relacionadas ao uso eficiente dos fatores de produção. A vitalidade dos territórios pode ser conservada, reinventada, planejada e impulsionada.

As dimensões da vitalidade dos territórios

Um dos grandes indicadores sobre a vitalidade dos territórios é o fortalecimento das suas funções urbanas e/ou rurais para que tenha capacidade em reter a população e lhes garantir condições de vida. Afinal, ninguém quer ir embora de um lugar que lhe garanta a felicidade, emprego e renda com dignidade. Os territórios em decadência ou em estado estacionário tendem ao esvaziamento populacional e a perda de possibilidades produtivas.

Para fazer frente à realidade das suas deficiências, que levam ao esvaziamento demográfico, a estagnação e ao baixo dinamismo, e, conseqüentemente, minimizar seus efeitos, é importante criar uma estratégia para tentar garantir a ocupação e vitalidade do território⁶⁶. A ocupação não se refere apenas ao

66 <http://www.bdso.gouv.qc.ca/docs-ken/vitrine/occupation-vitalite-territoire/index.html>

FERRERA DE LIMA, J. (2005). Notes sur les pôles de croissance et les stratégies territoriales au Québec. *Canadian Journal of Regional Science*, vol. 28, n° 01, p. 161-171.

povoamento, mas também a tarefa de ir conquistando e usando os espaços produtivos de forma sustentável, que surgem por meio das inovações, das demandas da unidade motriz ou da necessidade de diversificação da economia. Então, ocupação se refere tanto a conquistar o espaço econômico quanto em aproveitar as conveniências que são geradas pelo ambiente de negócios.

Para tal, a estratégia de manutenção da vitalidade dos territórios se guia pelos seguintes princípios: respeito pelas especificidades culturais e sociais; o engajamento das lideranças políticas e comunitárias; a concertação entre os atores socioeconômicos, a população e suas lideranças; a complementariedade, o planejamento e ações conjuntas entre os territórios; a coerência e a eficiência do planejamento e da intervenção sobre os territórios; e, a ação governamental modulada em função das especificidades dos territórios⁶⁷. Esses princípios se tornam visíveis por meio do monitoramento dos dados e variáveis empíricos que os refletem.

Na Figura IV.1 são expostas as funções, dimensões e as variáveis *proxies* para formar um quadro de informações para monitorar a vitalidade territorial urbana e rural. As variáveis são detalhadas na apresentação das dimensões.

67 <https://www.mamh.gouv.qc.ca/ovt/loi/>

Figura IV.1 - Territórios: funções, dimensões e variáveis de vitalidade

Territórios	Funções	Dimensões da vitalidade	Variáveis
Rurais	<ul style="list-style-type: none"> - Produção - Territorial - Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Demográfica - Emprego - Mercado interno - Condições de vida - Sustentabilidade ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil população - Perfil emprego - Perfil produção - Perfil renda familiar - Perfil da pobreza
Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> - Social - Cidadania - Gestão - Produção 		<ul style="list-style-type: none"> - Perfil domicílios - Perfil da saúde pública - Equipamentos públicos - Perfil segurança pública - Preservação do meio ambiente - Destinação dos resíduos - Condições dos recursos hídricos

Para monitorar a vitalidade e ocupação dos territórios, as dimensões propostas no Figura IV.1 seguem os parâmetros de um grupo de *experts* canadenses, que propuseram um conjunto de dimensões e indicadores que permitem o acompanhamento dos avanços dos territórios com relação à demografia, emprego, riqueza e qualidade de vida⁶⁸. Nem todas as variáveis que compõem as dimensões são positivas. Isso quer dizer que a expansão

68 TREMBLAY, S. (2019). L'austerité et la dévitalisation au Saguenay-Lac-Saint-Jean et dans les régions du Québec: un phénomène qui s'inscrit dans la longue durée. In : PROULX, M. U.; PRÉMONT, M-C. (org.) La politique territoriale au Québec : 50 ans d'audace, d'hésitations e d'impuissance. PUQ : Québec, p.221-244.
 QUÉBEC. Vitalité des territoires. In : <http://www.bdso.gouv.qc.ca/docs-ken/vitrine/occupation-vitalite-territoire/index.html>.

de algumas reflete uma situação mais danosa do que virtuosa. Por exemplo: o aumento na criminalidade tem um efeito negativo para a vitalidade, da mesma maneira que a poluição e o aumento na geração de resíduos poluentes não tratados são perigosos para a sanidade territorial.

O conjunto de variáveis da vitalidade territorial pode ser adaptada, conforme a escala e a natureza de cada território. A partir desses indicadores e variáveis é possível formar um índice da vitalidade territorial, o que permite a sociedade civil organizada ou o poder público promover ações ou políticas públicas para restringir as condições deficientes e fortalecer as funções territoriais. Na sequência, as dimensões são comentadas e são sugeridas algumas variáveis mais específicas para compor o índice de vitalidade territorial.

- Dimensão demográfica:

Thomas Malthus⁶⁹ chamou a atenção para os riscos do crescimento demográfico desordenado, haja vista que a capacidade dos recursos naturais em suprir alimentos, bem-estar e a manutenção da vida era limitada. Porém, no século XX, com a revolução verde e o aumento da produtividade agropecuária, a oferta de alimentos foi capaz de atender a população crescente, apesar de alguns territórios rurais ainda apresentarem deficiências em ampliar a produtividade e incorporar técnicas mais modernas de produção.

Ao longo do tempo, estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico demonstraram que o crescimento da população

69 Thomas Robert Malthus (1766-1834), economista, filósofo e clérigo inglês. Seu estudo sobre a população é considerada uma obra precursora da demografia.

deve ser acompanhado de crescimento da produtividade da força de trabalho e do bem-estar social. Sem contar, que crescimento da população não significa desenvolvimento humano automático e nem emprego em abundância. Cabem aos governos e a sociedade civil organizada proteger e suprir sua população com equipamentos urbanos, serviços públicos de qualidade, infraestrutura rural e outros elementos, ou seja, dos bens materiais essenciais ao pleno desenvolvimento socioeconômico. Assim, o crescimento da população deve ser acompanhado de taxas crescentes de riqueza, emprego e melhoria das condições de cidadania e de vida.

Frente ao exposto, a vitalidade demográfica é monitorada pelos seguintes indicadores: densidade da população urbana; densidade da população rural; taxa de crescimento anual da população total; taxa de crescimento anual da população por faixa etária; número de imigrantes admitidos; proporção da população imigrante admitida e presente no território observado.

Além disso, cabe ponderar se a vitalidade demográfica é acompanhada de expansão na estrutura produtiva. É certo que não existe crescimento econômico infinito, então o crescimento da capacidade de produzir deve ser suficiente para atender não apenas as demandas da sociedade, mas a expansão na população.

- Dimensão emprego:

Ao longo do tempo, a população que entra no mercado de trabalho deverá encontrar ocupações para poder subsistir, manter sua vida material e quiçá atingir patamares mais altos de renda. Na medida em que os indivíduos constituem núcleos familiares e novos domicílios, a renda familiar oriunda das suas ocupações deve ser suficiente para a subsistência e uma vida digna. Nesse sentido, conhecer o perfil dos trabalhadores e do emprego se

torna importante para se criarem políticas públicas de emprego e renda. Isso inclui também as qualificações necessárias para o mercado de trabalho e o aumento da produtividade.

No caso da vitalidade do território, alguns indicadores sobre o emprego demonstram a capacidade do espaço territorial em suprir a base produtiva de população qualificada por faixa etária e estimular a ampliação do capital humano de forma mais qualitativa. Esses indicadores são: taxa de trabalhadores de 18 a 24 anos; taxa de trabalhadores de 25 a 54 anos; taxa de trabalhadores de 55 a 64 anos; taxa de diplomação e de qualificação no ensino médio em relação ao total de estudantes que entram no ensino médio; trabalhadores ocupados por ramo de atividade econômica.

No aspecto “indicadores de emprego”, a vitalidade está ligada não apenas à ocupação, mas as condições do capital humano, o que infere o acesso da população ao conhecimento sistematizado, a condições de capacitação e qualificação, além da sua capacidade de ser produtivo e ser aproveitado como tal na estrutura produtiva mesmo na terceira idade.

- Dimensão gestão e mercado interno:

A inquietação sobre as causas e a natureza da riqueza das nações de Adam Smith⁷⁰ lançou as bases para criação da Ciência Econômica enquanto ramo de estudo, no século XVIII. Alguns séculos após a inquietação de Adam Smith sobre a natureza da riqueza, essa mesma inquietação está na ordem do dia dos governos, das sociedades e pesquisadores. Tanto que a partir da segunda metade do século XX se produziram livros, textos,

70 Adam Smith (1723-1790), filósofo e economista inglês. Considerado pai da Ciência Econômica.

artigos científicos e estudos para tentar compreender os elementos que estimularam algumas sociedades a serem mais produtivas e eficientes ou serem mais aptas à produção de riqueza específicas à sociedade de mercado, do que outras.

Assim, de forma tangível a riqueza mercantil nas sociedades de mercado pode ser monitorada por meio da sua produção, haja vista que a produção representa quantitativamente os bens que possuem valor de troca e são expressos de forma monetária. Porém, pouco adianta uma economia gerar oferta de mercadorias se não houver a demanda. Oferta sem demanda gera crises de superprodução. Então, de um lado a riqueza também tem uma expressão monetária na capacidade da população em adquirir os bens⁷¹. Como um dos fatores endógenos da dinâmica do território é a extensão do mercado, então essa dinâmica deve ser capaz de gerar emprego e renda para a população absorver o que é produzido.

Para se monitorar a vitalidade da riqueza do território no que tange as condições de renda da população, se apresentam os seguintes indicadores: taxa de crescimento anual do valor da produção dos setores econômicos; renda média das famílias; taxa de famílias com renda média igual ou inferior a linha da pobreza; proporção da população total na linha da pobreza; proporção de homens e mulheres na linha da pobreza; proporção do orçamento público por habitante.

Ao longo do tempo, os indivíduos devem ter a capacidade de evoluir nas suas condições de vida. Nesse sentido, mais que trabalho digno o rendimento deve propiciar condições de vida

71 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo.

dignas, que se refletem na pobreza da população e na sua capacidade de superá-la.

- Dimensão cidadania e condições de vida:

A qualidade é a propriedade ou natureza de algo, que determina sua essência ou excelência. Assim, quando se fala sobre qualidade de vida, está se referindo ao essencial da vida das pessoas. Mais ainda: como esse essencial reflete a excelência das condições básicas do bem-estar das pessoas. Isso se reporta tanto às condições de vida material, como a forma como os indivíduos vivem e se relacionam. Como as necessidades da população podem ser atendidas tanto por entes públicos quanto privados, em algumas sociedades as condições de vida melhoraram e avançaram pelo espírito associativo e cooperativo das comunidades.

Em algumas sociedades, o poder público provem as condições básicas necessárias à manutenção das famílias e das comunidades. Em outras, as condições de produção e do mercado de trabalho são suficientes para garantir uma renda mínima para atender as necessidades dos trabalhadores e suas famílias. Ou seja, as formas como as condições e a qualidade de vida são supridas variam de sociedade para sociedade. Por isso, os indicadores refletem o acesso da população a serviços essenciais, indiferente se é uma sociedade de mercado ou planificada.

No caso da vitalidade dos territórios, a dimensão qualidade de vida é monitorada pelos seguintes indicadores: proporção de crianças com menos de cinco anos atendidas em creches ou centros de educação infantil; longevidade da população; taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos; proporção da população atendida por médicos de família ou a proporção de médicos de família por habitante; número de alojamentos ou centros sociais, comunitários ou de sociedades; taxa de ocupação dos

imóveis de locação; taxas de criminalidade; proporção de edifícios em bom estado de conservação.

Como já foi salientado, se podem ter territórios com um Produto Interno Bruto (PIB) expressivo e mesmo uma renda média elevada, mas as infraestruturas rural e/ou urbana não oferecem à população residente espaços adequados de lazer, socialização e mesmo condições de segurança, para usufruir com dignidade os frutos do seu trabalho. No contexto da economia territorial, a qualidade de vida e o desenvolvimento territorial são mais que acumular capital, mas também dispor de condições para ser feliz em plenitude num ambiente saudável e fazer o usufruto das benesses que o território oferece.

- Dimensão sustentabilidade ambiental:

A condição deficiente pode ser gerada ou criada pela má conservação e preservação dos recursos naturais, pois a capacidade de produção é finita frente ao estoque de recursos naturais. Mesmo que um território importe recursos naturais de outro lugar, as condições de tráfego e transporte acarretam custos que podem inviabilizar o comércio e a estrutura produtiva. Outro aspecto importante a salientar é de que a qualidade de vida também está relacionada a um ambiente saudável e salubre. Nesse sentido, os indicadores da vitalidade do território que se relacionam a sustentabilidade ambiental refletem não apenas a oferta, mas o uso dos recursos naturais, quais sejam: estabelecimentos com florestas e matas naturais e/ou artificiais; poluição hídrica; oferta de recursos hídricos; abastecimento de água potável; densidade demográfica nos domicílios; domicílios com coleta de lixo; área verde por habitante; geração de resíduos sólidos urbanos.

Atualmente, o avanço para uma produção mais sustentável tem levado a melhorar o uso das matérias primas, evitando

desperdícios. Ou seja, os territórios que avançam na economia circular conseguem melhorar a eficiência da produção e gerar menores impactos ambientais. Considerando que os territórios têm áreas delimitadas, a geração de resíduos e outras formas de poluição tem um impacto direto nas condições de vida, o que se reflete na longevidade, na qualidade dos recursos e na habitabilidade do lugar.

O índice de vitalidade dos territórios

Definidas as funções, dimensões e foco das variáveis da vitalidade territorial, cabe agora construir um índice de vitalidade dos territórios, em especial que possa ser usado para comparar territórios. Apesar da gama de procedimentos estatísticos para se construir um índice, aqui se propõe o método *Fuzzy*. O método *Fuzzy* é amplamente usado para analisar o desenvolvimento regional, a pobreza e seus determinantes, o que permite a maleabilidade e confiabilidade para discutir a vitalidade territorial. Além disso, o *Fuzzy* possui maleabilidade para se tratar o rol de variáveis, o que permite a redução, alteração, aumento e ajustes nas variáveis, conforme a escala e o perfil do território.

Aqui cabe chamar a atenção para dois procedimentos para o tratamento das variáveis: o primeiro é o tratamento das variáveis, pois elas devem exprimir grandezas relativas e não absolutas. Por exemplo: variáveis como o Produto Interno Bruto (PIB), a mortalidade, a criminalidade, dentre outras, devem se expressar em valores por habitante ou a cada “x” habitantes. Esse procedimento permitirá comparar variáveis de territórios com escalas diferentes.

O segundo procedimento é a atenção mais uma vez para as variáveis que são prejudiciais ou benéficas. Então, se deve fazer a distinção e classificar o que é positivo e negativo para a

vitalidade territorial e construir indicadores adequados para cada dimensão. Há aquelas variáveis que afetam diretamente (relação positiva) a vitalidade, como o aumento da longevidade da população, nas quais quanto maior melhor. Há outras variáveis e indicadores que afetam indiretamente ou inversamente a vitalidade, como o aumento da pobreza e da criminalidade. Assim, há duas equações para a construção de cada índice: uma para indicadores que estão diretamente relacionados à vitalidade, em que quanto maior for o valor do indicador maior a vitalidade; e, outra equação para os indicadores inversamente relacionados à vitalidade, em que quanto maior for o valor do indicador, menor a vitalidade territorial⁷².

A equação (IV.01) é usada para os indicadores que afetam diretamente a vitalidade do território⁷³:

$$X_{ij} = (N_j - Min_j) \div (Max_j - Min_j) \quad (IV.01)$$

Em que: X_{ij} é o valor do indicador *Fuzzy*, para a variável “j” estimada para o território “i”; N_j representa o valor observado da variável “j” para o território “i”; Min_j é o valor mínimo observado na variável “j” e Max_j é o valor máximo observado da variável “j”.

Já os indicadores inversamente relacionados à vitalidade do território são tratados com a equação (IV.02)¹⁴:

$$X_{ij} = (Max_j - N_j) \div (Max_j - Min_j) \quad (IV.02)$$

72 GIOVANETTI, A. E.,; RAIHER, A. P. (2015). Uma análise multidimensional da pobreza dos municípios Paranaenses em 2010. *Revista de Estudos Sociais*, vol. 17, nº 33, p.228-248.

73 RAIHER, A. P.; SANTOS, R. F.; STRUMINSKI, C. E. (2018). Pobreza multidimensional e a criminalidade: uma análise espacial dos municípios do Rio Grande do Sul. *Economic Analysis of Law Review*, vol. 09, nº 3, p.66-82.

Os resultados obtidos a partir das equações IV.01 e IV.02 variam de 0 (zero) a 1 (um), sendo que agora (com a transformação realizada especialmente no caso da equação IV.2) quanto mais próximo a 0 (zero) o território tende a estar com menos vitalidade, numa condição deficiente, e quanto mais próximo a 1 (um) o território, tende a estar mais vigoroso.

As equações (IV.01) e (IV.02) não resultam em valores definidos para um limite de variação para cada indicador, mas sim o valor mínimo e máximo observado, o que exige a atribuição de pesos aos indicadores. Os pesos poderiam ser atribuídos *ad hoc*, a partir da percepção daqueles que constroem esse procedimento metodológico. Para dirimir a arbitrariedade da atribuição de pesos por percepção, se pode usar a equação (IV.03)⁷⁴:

$$v_j = \ln \left[\frac{n}{\sum_{i=1}^n x_{ij} n_i} \right] \quad (IV.03)$$

Em que: V_j é o peso do indicador; X_{ij} é o valor do indicador *Fuzzy* para a variável “j” estimado para o território “i”; n é a população total e n_i refere-se à população do território “i”.

Para se obter um único índice de vitalidade do território e compará-lo com outros territórios, se faz necessário a agregação de todas as dimensões. Essa agregação é feita por meio de uma média ponderada dos indicadores *Fuzzy* por dimensão, ressaltando que a ponderação é dada pelos pesos estimados. A

74 GIOVANETTI, A. E.; RAIHER, A. P. (2015). Uma análise multidimensional da pobreza dos municípios Paranaenses em 2010. *Revista de Estudos Sociais*, vol. 17, nº 33, p.228-248.

estimativa para a obtenção do índice *Fuzzy* multidimensional da vitalidade do território se dá na equação (IV.04)⁷⁵:

$$F\mu_i = \frac{\sum_{j=1}^n x_{ij} v_j}{\sum_{j=1}^n v_j} \quad (IV.04)$$

Em que: $F\mu_i$ é o índice *Fuzzy* multidimensional agregado para o território i ; x_{ij} é o valor do indicador *Fuzzy* para a variável j estimada para o território i ; V_i é o peso da dimensão i ; e, V_j é o peso da dimensão j .

Finalmente, o índice de vitalidade territorial é construído com base no território que apresenta o maior valor para cada variável. O indicador parcial que o território gera em cada variável está atrelado ao território que apresentou o maior valor, isto é, se um território aumentou seu índice em relação ao período anterior, este território obteve aumento proporcional maior que o território que obteve o maior valor para aquela variável. Os territórios que aumentaram sua vitalidade em relação ao período anterior se fortaleceram em um ritmo superior aos demais territórios. Já aqueles que não conseguem avançar tanto em ritmo quanto em nível de vitalidade estão numa condição deficiente.

Dada às características dos indicadores e do interesse em se conseguir padrões de comparação entre diversos territórios, também é possível fazer uma média aritmética entre o resultado

75 KLEIN, C. F. (2016). *O desenvolvimento econômico regional na Região Sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo.

do índice de vitalidade territorial dos territórios analisados. Após o cálculo da média se estima o desvio padrão e em seguida os desvios em torno da média. Isso vai gerar padrões de resultados implicando na possibilidade de classificações, tais como: vitalidade significativa, vitalidade intermediária e condição deficiente. Essa classificação pode ser adaptada, conforme a natureza do território econômico e da pesquisa.

CAPÍTULO V



INTERAÇÕES NO ESPAÇO TERRITORIAL

A organização do espaço econômico territorial remete a ideia de ordenação, modo de estruturar, integração dos meios, das áreas. Há também o sentido da ação estruturada, de agrupamentos de indivíduos que agem individualmente ou coletivamente de forma estabelecida ou não, mas que interagem entre si, sejam por meio de relações pessoais, relações organizacionais ou nas relações de trocas puramente mercantis. Ou seja, para se perceber a interação se necessita perceber o intercâmbio, as conexões e a difusão entre os lugares.

Os modelos de organização espacial da geografia e da economia espacial dão uma contribuição importante para se compreender determinadas conexões e relações entre as pessoas e as estruturas produtivas no território e entre territórios. As adaptações adequadas dos modelos e abordagens comumente usados na geografia humana e regional, bem como da economia regional e urbana contribuem para se refletirem e proporem alternativas

para se analisar o território econômico a partir da sua forma, do seu modelo de organização espacial e dos seus intercâmbios.

Relações mercantis intra e interterritoriais

Na economia territorial e suas relações mercantis, a interação se dá entre os territórios ou no interior dos territórios. Entre os territórios é a polarização e o comércio, que refletem as relações de poder e a trocas entre os territórios. O território influenciado adequa sua estrutura produtiva e social numa relação de dependência com o território que o influencia. Ambos os territórios apresentam uma relação de casualidade bidiretiva, na qual os fatos ocorridos em um afetam a realidade do outro numa forma interdependente e reativa, o que cria uma economia reflexiva⁷⁶.

Já a interação no interior dos territórios é a interdependência também reflexiva, seja ela de liderança seja ela setorial, na qual um grupo ou ramo de atividade econômica se move se outro se mover. No caso setorial, os encadeamentos produtivos geram conexões entre as atividades produtivas, seja por meio das transações na aquisição de matérias primas ou bens intermediários ou na contratação de força de trabalho. Isso não implica que a interdependência setorial vai estimular a modernização de todos os ramos produtivos.

Na interação interterritorial e intraterritorial podem se apresentar dualismos estáticos ou dinâmicos. No dualismo estático, a interação é limitada entre o setor moderno (atividades urbanas) e o setor tradicional (atividades rurais). Essa interação

76 FERRERA DE LIMA, J.. (2011). A face obscura do desenvolvimento regional. In: SIENDENBERG, D. R. ; LOCK, F. N.; LONDERO, J. C.. (Org.). *Desenvolvimento regional: discussões e reflexões*. Pelotas: EdUFPEL, p. 207-224.

limitada não produz dinamismo que rompa a dependência e o domínio. O inverso ocorre na dualidade dinâmica, pois a atividade motora do território central estimula a modernização das atividades produtivas do território periférico⁷⁷. Nesse caso, a dinâmica econômica é também fruto das possibilidades de interação entre os setores econômicos motores e aqueles que são movidos. Um dos indicadores do perfil dessa interação é a divisão social do trabalho entre os ramos produtivos. Por exemplo: a capacidade que o território possui em criar empregos e riqueza nos ramos produtivos das aglomerações demonstra o seu fortalecimento em relação às atividades rurais e a transição para atividades mais modernas.

A dualidade demonstra que o território econômico é polarizador e cria uma hierarquia de lugares. Essa hierarquia se denota pela sua dimensão, mensurada pela sua população e os efeitos dos investimentos na sua economia. Por exemplo: um território mais populoso e adensado de população demonstra sua capacidade de atrair, reter e aglomerar população e empreendimentos e, conseqüentemente, assumir a liderança na organização da rede de territórios no seu entorno. Nesse caso, a ação das forças espaciais de atração (centrípeta) e de dispersão (centrífuga) tem um papel importante na organização espacial dos territórios formando os polos. Polos são aglomerações que agregam atividades motoras com efeitos de encadeamentos em outros territórios, mas numa relação de dependência. Nesse caso, o território polarizador tem em seu espaço a localização de aglomerações urbanas significativas, em relação aos demais territórios no seu entorno, com os quais ele estabelece relações mercantis e sociais para a manutenção da sua dinâmica.

77 HAYAMI, Y.; HUTTAN, V. W (1989). *Desarrollo agrícola: una perspectiva internacional*. México: Fondo de Cultura Económica.

Além dos polos apresentarem atividades motoras e o maior contingente populacional, isso os consolida com o maior potencial de mercado. E esse potencial de mercado se amplia quanto maior for o acesso da população a renda e quanto maior a dinâmica da economia. Nesse caso, a força econômica dos polos surge do dinamismo, da vitalidade e das interações territoriais, que garantem acesso a mercados e fatores de produção. Esses elementos em conjunto fortalecem a oferta de trabalho, atraindo mais população e consolidando ainda mais o poder da polarização.

A polarização econômica e a interação entre os territórios econômicos

Como a economia capitalista tende a concentração, em geral somente pela observação da organização do espaço já se percebe o grau da homogeneidade ou heterogeneidade do território econômico. Os territórios econômicos, quando planejados, podem ser conduzidos à maior homogeneidade, ou seja, com as mesmas relações de poder, características físicas, econômicas e sociais. A homogeneidade pressupõe que não há diferenças significativas, mas uma forma de agir e um comando similar, alinhando as relações de poder, geração e distribuição de riqueza num mesmo patamar. Porém, os territórios econômicos em geral tendem a polarização, o que indica a heterogeneidade.

A polarização dos territórios tem dois prismas: o primeiro se reflete no relacionamento e na distribuição das atividades econômicas nos diferentes lugares do território, que se chama intraterritorial; ou entre os territórios, chamada interterritorial. Por exemplo: há territórios de consumo, de inovação, de transformação, de distribuição e de extração de recursos. Essas especificidades se realizam de uma forma singular ou plural, pois a

produção pode se realizar em determinado território, mas parte do consumo dessa produção está em outros territórios.

O segundo prisma são as interações que ocorrem nas relações de produção intra e entre os territórios, pois a inovação e a exploração dos fatores de produção podem ocorrer num território e sua produção em outro, o que implica em interações territoriais. Uma empresa também pode localizar sua produção e extração de insumos em determinado território e desconsiderar os benefícios de outros por conta de fatores intangíveis, como origem da família, a percepção de pertencer ao lugar, o capital social, ou seja, sua capacidade de cooperar e confiar na comunidade para realizações conjuntas. Capacidade de cooperar e confiar demanda sinergia entre os atores do território, pois exige a interação, a liderança e a governança entre as organizações e os indivíduos.

Os prismas apontados correspondem a um campo de forças e sistemas funcionais, tanto tangíveis quanto intangíveis, que influenciam não apenas as análises, mas refletem as interdependências ou intercâmbios entre os territórios. Produzem-se forças territoriais, de natureza interna, que estimulam a aglomeração ou a dispersão. As forças territoriais demonstram que há relações de produção e a sinergia entre os atores que são mais intensos em alguns territórios do que em outros. Ou seja, a existência de polarização demonstra que a economia territorial não é homogênea e a ordenação estritamente planejada é uma utopia.

A polarização remete a ideia de desequilíbrios, com efeitos diversos que produzem hierarquia, influência, dominação e dependência. Na polarização o movimento e o fluxo tendem a convergir de forma conjunta, mas sob a influência de determinado lugar, no caso o polo.

Cabe lembrar que a polarização não é um fenômeno eterno. Não há uma temporalidade específica para a hegemonia e domínio

de um território em relação aos demais. Da mesma forma que a dinamização dos territórios ocorre por fatores endógenos e exógenos, a sua decadência também ocorre pelos mesmos fatores ou pela confluência entre ambos. Por exemplo: a decadência da polarização pode ocorrer pela transição entre gerações, que não conseguem manter o poder, a liderança e os negócios; pela ação das forças da natureza, sob a forma de doenças e fatores climáticos e geológicos, que criam elementos de repulsão nos polos em favor da periferia; pela ação dos danos ao meio ambiente, que criam um local insalubre e congestionado; pelas disputas, conflitos e inseguranças, que expulsam população e criam um ambiente instável à qualidade de vida e aos negócios; pela ação do estado, que por motivos políticos intervém e freia o progresso e arrefece a dinâmica e vitalidade dos territórios polarizadores, dentre outros.

Até a teorização de François Perroux⁷⁸, na década de 1950, sobre o fenômeno da polarização, outros autores como Alfred Marshall e Walter Christaller⁷⁹ também perceberam o fenômeno, mas por prismas diferenciados. Marshall teorizou a tendência à aglomeração de empresas, formando os chamados distritos industriais. Já Christaller percebeu a hierarquia e a centralidade dos lugares por meio das áreas de mercado, ou seja, a relação entre os centros comerciais e de serviços e seu entorno. O estudo da centralidade também estimulou o uso dos chamados modelos gravitacionais, para compreender as relações entre centros e áreas de mercado, polo e periferia.

78 François Perroux (1903-1987): economista francês. Autor da teoria da polarização e diversos estudos na área de economia regional e urbana.

79 Walter Christaller (1893 – 1969): geógrafo alemão que desenvolveu a teoria dos lugares centrais ao estudar a organização espacial no sudoeste da Alemanha.

No caso dos modelos gravitacionais várias contribuições foram dadas ao longo dos anos, tanto na geografia quanto na economia, para a compreensão da hierarquia dos lugares e seus fluxos usando os postulados da gravidade teorizados por Isaac Newton⁸⁰.

Na adaptação do modelo gravitacional feita para o uso nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a interação entre dois lugares, no caso de dois territórios pode ser modelizada usando a massa e a distância. Por massa, o quantitativo de população, produção ou um estoque fornece um elemento mensurável, conforme o perfil de análise. Maior a massa do território, mais ele é atrativo em relação àqueles territórios que tem menos massa e se localizam no seu entorno. Porém, a atratividade é inversamente proporcional à distância. Nesse caso, quanto mais longe um território do outro, então menor a ação da força gravitacional, conseqüentemente, da polarização. Transplantando esse postulado para a economia territorial, a distância dificulta as trocas, as relações de produção, as relações sociais e a formação de áreas de influência. A alternativa para diminuir o efeito distância é atuar sobre a fricção espacial⁸¹, ou seja, sobre o atrito, as barreiras, os obstáculos entre os territórios, fazendo com que apesar da distância, as relações possam fluir de maneira mais rápida e ágil. Por exemplo: com o avanço das telecomunicações e das relações virtuais, a distância para a mobilidade do capital financeiro se tornou etérea e rápida, apesar da distância entre as

80 Isaac Newton (1642-1727) : físico e matemático inglês, autor de teoremas da gravitação e do movimento. Também contribuiu para o desenvolvimento do calculo diferencial e infinitesimal, dentre outros.

81 FERRERA DE LIMA, J. F. (2016). O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. de C. (org.). *Economia e desenvolvimento regional*. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu. p. 15-40.

nações. A fricção espacial do capital financeiro diminuiu com o avanço tecnológico.

Dentre os modelos gravitacionais mais convencionais e comuns na literatura se destaca o modelo de criado por William Reilly⁸². A lógica do modelo é muito simples: a interação entre dois territórios se dá em função de duas variáveis: distância e massa. Ambas já comentadas.

A distância é mensurada pelo caminho mais curto ou com a menor fricção espacial entre os dois lugares, pois a distância é a separação entre dois lugares, medida em relação à um ponto de referência ou marco⁸³. O ponto de referência ou marco entre os dois territórios são suas aglomerações humanas, no caso as cidades. Na literatura, algumas análises usando o modelo de Reilly tiveram como parâmetro da distância a linha reta entre os centros de duas cidades⁸⁴. Outros, a distância rodoviária pela via mais importante, em geral uma estrada pavimentada e com boas condições de infraestrutura. Mas, a qualidade da malha viária varia de lugar para lugar e o parâmetro pode ser adaptado conforme as particularidades territoriais, dentre elas, como já mencionado, a fricção espacial.

A grandeza utilizada para definir a massa depende da interação ou parâmetro que é analisado, por exemplo: se o interesse for a interação entre a estrutura de produção, o valor da produção poderá ser usado. Se for a interação entre a aglomeração

82 William J. Reilly (1889-1970) : economista americano que criou uma das variantes do modelo gravitacional.

83 PUMAIN, D.; SAINT-JULIEN, T. (1997). *L'analyse spatiale*. Paris : Armand Colin.

84 VERONEZE, M.; FERRERA DE LIMA, J. (2003). Notas sobre a polarização do Paraná: uma reflexão a partir da aplicação do modelo de Reilly. *Revista Redes*, vol. 08, n. 02, p. 23-44. DOI: 10.17058/redes.v8i2.10944.

populacional, pode-se usar a população total ou alguma população em particular. Para estimar a interação se usa a equação (V.1):

$$I_{xj} = M_x M_j (D_{ij})^{-2} \quad (\text{V.1})$$

Em que: I_{xj} é a interação entre as aglomerações x e j ; M é a grandeza utilizada para dimensionar a massa das aglomerações x e j , no caso pode ser população, produção,... ; D é a distância entre as duas aglomerações x e j ou ponto de estocagem da massa.

O uso da equação de Reilly para fins econômicos supõe que o território é econômico, ou seja, possui uma aglomeração humana que exerce atividades produtivas que produzem excedentes comercializáveis.

No contexto da análise territorial, se o parâmetro for o valor da produção, então se o território x conseguir expandir sua produção numa proporção superior ao território j ao longo do tempo, a sua capacidade de atração tende a aumentar o que significa ampliar sua área de influência. Isso também implica em ampliar sua posição na hierarquia produtiva dos territórios. Cabe aqui chamar a atenção para um elemento: ampliar posição produtiva não significa automaticamente ampliar poder, apesar do poder econômico e do poder político ter um vínculo muito estreito. O poder político depende das convenções, dos pactos e da legitimidade e o poder econômico da capacidade de acumular capital, de criar um ambiente de negócios para investimentos, estabelecer relações de produção e conquistar mercados com potencial.

No caso do potencial de mercado de um território, ele é dado pelo volume de consumidores. Porém, esse volume não é exclusivamente dos habitantes locais, mas também dos habitantes

de áreas circunvizinhas, influenciado pelo poder de compra e os hábitos de consumo. Ou seja, as cidades circunvizinhas contribuem para o potencial de mercado da cidade polo na proporção direta da sua renda, mas inversa à distância. Assim, para estimar o potencial de mercado se adapta o modelo Reilly conforme a equação⁸⁵ (V.2):

$$P_j = g \left(\sum_{i=1}^k Y_i Y_j \div D_{ij}^b \right) \quad (V.2)$$

Em que: P_j é o potencial de mercado da aglomeração territorial j ; Y_j é a renda global da aglomeração territorial j estimada a partir da multiplicação do rendimento médio individual pela população; Y_i é a renda global da aglomeração territorial i , que fica no entorno de j ; D é a distância entre i e j .

Os coeficientes “g” e “b” refletem a fricção espacial. O coeficiente b para um setor específico, que geralmente sofre os efeitos dos custos de transporte, o que limita sua área de mercado. E o coeficiente “g” para o mercado como um todo, pois em alguns territórios determinados produtos são mais demandados do que em outros. Quanto mais atrativo for o mercado e os produtos que oferece, maior será o coeficiente “g”. Quando a análise não leva em consideração um produto ou setor específico, os coeficientes “b” e “g” podem ser considerados como a unidade (1).

A atratividade da população e o potencial de mercado são indicadores que fornecem elementos para hierarquizar a polarização das aglomerações dos territórios. Porém, não refletem se essa relação interterritorial produz efeitos que estimulem o dinamismo e fortaleçam a vitalidade econômica. Como a polarização

85 CASTRO, M. C.; PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. (2002). Potencial de mercado das regiões paranaenses. *Revista de Ciências Empresariais da Unipar*, vol. 3, nº 02, p. 129-142.

tende a estimular a concentração, então nem todo efeito polarizador geraria forças espaciais de dispersão, ou seja, a difusão do dinamismo no conjunto dos territórios. Para a difusão espacial do dinamismo territorial alguns elementos são necessários: um território emissor, um território receptor, uma via de transmissão (redes de transporte, infraestrutura de comunicações, fluxos de pessoas e mercadorias...), interações em larga escala e uma temporalidade⁸⁶.

Frente ao exposto, se podem distinguir os tipos de polos territoriais: desenvolvimento e crescimento econômico. O polo territorial de desenvolvimento econômico possui atividades de base ou motrizes, que difundem seu dinamismo para o entorno, geram forças centrífugas e estimulam o emprego e renda nos territórios polarizados ou periféricos. A relação dual entre o polo e sua periferia é dinâmica, complementar e harmoniosa. Diferente do polo de crescimento, nos qual suas atividades de base produzem mais forças centrípetas. Com a presença de forças centrípetas muito fortes, cabe aos territórios periféricos mobilizar suas forças territoriais e gerar suas próprias atividades de base e uma dinâmica própria, se quiserem vencer a dependência e a dualidade estática⁸⁷.

Se há dois tipos de polos territoriais, cabe identificá-los. Para isso, se pode usar como referência os pressupostos propostos por Benjamin Higgins⁸⁸, quais sejam:

86 FERRERA DE LIMA, J. (2010). *La diffusion spatiale du développement économique regional*. Saarbrücken :EUE.

87 FERRERA DE LIMA, J. (2018). Pôles, polarisation et la diffusion du développement régional : notes de recherches. *Revue Organisations & Territoires*, vol. 25, p. 75-80.

88 Benjamin Higgins (1912-2001) : economista canadense, professor da Universidade de Ottawa, Canadá. Seus estudos tiveram como foco o planejamento regional, a polarização e o desenvolvimento econômico.

Primeiro: cada território possui e está integrado por centros urbanos;

Segundo: os investimentos no polo territorial de desenvolvimento reforçam a vitalidade e o bem estar dos centros urbanos dos territórios periféricos, pois a taxa de vitalidade dos territórios periféricos se torna maior que a do polo;

Terceiro: a força propulsora se dá e se sente em áreas urbanizadas, fazendo com que o efeito se amortença em territórios nos quais a agropecuária e extração sejam muito significativas e se deem em vastas extensões fundiárias;

Quarto: as atividades urbanas do território polarizador são motrizes das áreas urbanas dos territórios polarizados ou periféricos. Então, os territórios periféricos são reflexivos.

Com os pressupostos supracitados⁸⁹, se constrói o indicador de Higgins, para se identificar o polo territorial de desenvolvimento econômico no conjunto das relações interterritoriais, qual seja:

$$r = u + r' \quad (V.3)$$

Em que: r é o conjunto dos territórios; u é o conjunto dos centros urbanos do território polarizador e r' é o conjunto dos centros urbanos do território periférico.

Considere-se então F como o índice de vitalidade e do bem-estar dos centros urbanos do território periférico. Consequentemente, cada investimento (I) no espaço urbano polarizador gera variações na vitalidade no espaço urbano periférico. Então, para estimar se “ u ” é um polo territorial de

89 HIGGINS, B. (1985) ¿Existen los polos de desarrollo? In: KUKLINSKI, A. *Desarrollo polarizado y políticas regionales*. Mexico: FCE, p. 32-48.

desenvolvimento se usa o coeficiente de Higgins ($CHud$) expresso na equação (V.4):

$$CHud = (Iu \div Fr') * (\Delta Fr' \div \Delta Iu) \quad (V.4)$$

Benjamin Higgins⁹⁰ classifica os resultados superiores a zero como “polo de desenvolvimento dominante”; entre 0 e 1 como “polo de desenvolvimento subdominante”.

Mesmo que um território polarizador (u) não induza o desenvolvimento do território periférico, o mesmo pode ser de crescimento econômico. Nesse caso, a identificação do polo de crescimento econômico não leva em consideração os impactos na vitalidade (F), mas exclusivamente no estímulo a investimentos (I). O foco é exclusivamente acumulação de capital, pois investimentos pressupõe aumento da base produtiva. Nesse caso, Higgins propõe a equação (V.5) para identificar um território indutor de crescimento econômico ($CHuc$):

$$CHuc = (Ir' \div Iu) * (\Delta Iu \div \Delta Ir') > 0 \quad (V.5)$$

Cabe lembrar que há atividades de base ou motoras que não geram efeitos de encadeamento ou propulsores de forma significativa em outras atividades nos territórios periféricos. Por exemplo: o setor secundário do território polarizador será motor do território periférico se os investimentos no setor secundário do território polarizador (Iu) sejam motrizes dos investimentos motores no território polarizado (Ir), o que exige que a $\Delta Ir/\Delta Iu > 0$. Se o resultado da equação deve ser superior à zero para demonstrar a força motriz, então resultados muito próximos a zero não indicariam dominação da atividade motora e certa

90 Idem, p.34 e 35.

autonomia das áreas periféricas. Ou seja, se o resultado deve ser analisado de acordo com o perfil dos territórios analisados. O mesmo parâmetro pode ser usado para indústrias específicas em ambos os territórios.

No caso dos territórios que possuem mais de uma aglomeração urbana, o coeficiente de Higgins pode ser usado para identificar centros urbanos de crescimento econômico ($CHcj$). Para essa identificação se assume que existe um efeito multiplicador e de encadeamentos dos investimentos (I) na cidade (j) do território (u), conforme equação (V.6):

$$CHcj = (Iu \div Ij) * (\Delta Ij / \Delta Iu) \quad (V.6)$$

Quando o $CHcj$ assume valores superiores a unidade (1), a cidade do território polarizador é um centro de crescimento muito forte em relação ao seu entorno; se os resultados ficarem entre 0 e 1, isso indica que a cidade do território polarizador não é um centro de crescimento significativo⁹¹.

Cabe lembrar que a polarização atrai investimentos e cria empregos, conseqüentemente, atrai população. Nesse caso em particular, Benjamin Higgins propôs uma análise da relação em que o investimento no conjunto dos centros urbanos do território polarizador (Iu) e a variação na densidade da população no (Pr') é o conjunto dos centros urbanos do território periférico ((Pr')), na qual os investimentos nos polos reduzem a população das áreas periféricas. A equação (V.7) demonstra a capacidade de atração de população dos centros urbanos polarizadores ($CHca$):

$$CHca = (Iu \div Pr') * (\Delta Pr' \div \Delta Iu) < 0 \quad (V.7)$$

91 Idem, p. 35

Se os resultados do *CHca* forem negativos os centros urbanos do território polarizador tem uma atração forte; entre 0 e 1, os centros urbanos do território polarizador tem uma atração débil

As equações (V.4), (V.5), (V.6) e (V.7) podem ser adaptadas para relações intraterritoriais, nesse caso “u” assumiria o papel do principal centro urbano de um território específico e “r” seu entorno periférico. Ou seja, apenas um ajuste na escala da análise já permite novas relações no território.

Porém, na análise das interações intraterritoriais há um elemento importante à ser considerado: as relações internas de poder. Na análise econômica interterritorial há aspectos ligados à geopolítica e à geoeconomia que regem o diálogo entre territórios diferentes, mas no aspecto intraterritorial o diálogo e as ações ocorrem entre os habitantes que dividem e coabitam o território. Esse diálogo e as ações, o pensar e o agir são marcadas por laços internos construídos por relações familiares, aspectos históricos, associativismos e atos ligados e impostos pela necessidade de conquista do território, dentre outros. Enquanto no diálogo interterritorial se discorre com diferentes, no diálogo intraterritorial se discorre com os pares, vizinhos, companheiros de jornada. Por isso, no aspecto intraterritorial a capacidade de associativismo e todo tipo de cooperação caracterizado pelo capital social tem um papel importante na formação de ações que conduzem a mais ou menos dinamismo, que reforçam, maximizam ou minimizam a vitalidade dos territórios.

Outro aspecto importante nas relações intraterritoriais é a relação com os limites do próprio lugar. Por mais que se importem insumos, ferramentas e equipamentos usados na produção, às fronteiras do território são limites naturais para a expansão da produção e para as relações entre os ocupantes do território. Isso já demonstra dois estados da sociedade ou duas fases de

relações intraterritoriais: uma durante a conquista do território, quando a produção se expande com a incorporação de novas áreas, se estabelecem as áreas a serem ocupadas e se definem a fronteira das relações internas de poder; outra após a conquista do território, quando a produção aumenta de forma intensiva, pois não há áreas a serem ocupadas e se criam os laços mercantis e redes produtivas com todas as aglomerações que formam o território. Nesse momento, se concretiza as áreas de mercado e a hierarquia entre os lugares. Ou seja, as duas fases são complementares, pois só se concretizam relações de poder após a hegemonia de uma forma de organização social e um estado de sociedade.

Outra explicação complementar para a hegemonia intraterritorial das aglomerações aponta que as fases da formação das aglomerações e da polarização ocorrem em três etapas: a primeira, como já mencionado está ligada à conquista do território, quando ocorrem as implantações originais da produção para subsistência seguida da produção para a exportação. Essa etapa é chamada de formação das atividades de base; a segunda etapa é das economias externas ou das externalidades positivas, nas quais os recursos financeiros oriundos da organização produtiva das atividades de base fomentam novas estruturas produtivas, emprego e renda internamente no território. Essa segunda etapa representa a consolidação da fase de conquista do território, com a demarcação das aglomerações e da rede de transportes, que reforçam os efeitos de encadeamentos produtivo entre as atividades de base e as não-básicas; a terceira etapa é a consolidação definitiva de um espaço monocêntrico ou policêntrico com um ou mais polos, respectivamente. Nessa etapa se consolidam as redes de cidades, as áreas de mercado e aparecem as atividades

ligadas à metropolização para atender ao mercado interno e reforçar as atividades de base⁹².

Em cada etapa, o crescimento da rede de cidades se dá de forma diferenciada. No início as atividades de base são as mais importantes e seu crescimento é por expansão, conquistando e ocupando espaços e criando novos lugares, reterritorializando com novos estados de sociedade. Porém, na segunda e terceira etapas o mercado interno tem um papel mais importante, pois reflete um crescimento mais intensivo. Nessas etapas a distribuição de renda estimulada pela diversificação das atividades produtivas, pela oferta de postos de trabalho, pela produtividade e a novas possibilidades de empreendedorismo consolidam o estado de sociedade e a imagem do território, que se altera com nova reterritorialização.

Ao se observar as fases ou etapas se percebem a importância da associação geográfica das atividades produtivas no território. A associação geográfica demonstra que uma atividade produtiva avança se outra avançar também, ou seja, as atividades produtivas se conectam e se inter-relacionam entre si. É a interdependência das atividades intraterritoriais.

A associação geográfica de dois setores ou ramos produtivos da economia territorial pode ser estimada por meio do Coeficiente de Associação Geográfica (Cag)⁹³, exposto na

92 MARTIN, F. (1968). *La théorie de la croissance urbaine par étape*. In: Actas du Congrès des Économistes de Langue Française. Société Canadienne de Science Économique, Québec, p. 113-146.

FERRERA DE LIMA, J. (2005). Notes sur les pôles de croissance et les stratégies territoriales au Québec. *Canadian Journal of Regional Science*, vol. 28, n° 01, p. 161-171.

93 FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. (2008). Localização, concentração e vantagem competitiva dos ramos produtivos na geoeconomia paranaense. *Caderno de Geografia*, vol. 18, p. 99-126.

equação (V.8), a partir do estoque do emprego ou do produto da economia:

$$Cag_{ik} = \sum_j \left\| \left(E_{ij} \div \sum_i E_{ij} \right) - \left(E_{kj} \div \sum_i E_{kj} \right) \right\| \div 2 \quad (V.8)$$

Em que: i e k representam os ramos de atividade em análise; E_{ij} é o emprego ou produto no ramo de atividade i da aglomeração j; E_{kj} é o emprego ou produto no ramo de atividade k da aglomeração j;

A associação geográfica entre os dois ramos de atividades ou setores (i e k) é estimada a partir da comparação das distribuições percentuais de empregados ou produto entre as aglomerações, no caso as cidades. Os resultados do *Cag* variam de zero (0), que significa que a atividade “i” estará distribuída regionalmente da mesma forma que a atividade “k”, mostrando que os padrões de emprego ou produção dos dois setores estão associados geograficamente, até um (1) que demonstra ausência absoluta de associação. Em geral, os resultados são interpretados a partir do maior e menor resultado estabelecendo-se assim um parâmetro de análise para a associação mais ou menos significativa entre as atividades.

O *Cag* apresenta apenas a relação interna entre os ramos de atividade. O indicador não permite maiores generalizações sobre o impacto intraterritorial dos empregos criados ou das rendas trazidas pelas atividades de base econômica. Em outras palavras: uma parcela da renda das atividades básicas vai direto para a empresa exportadora, mas há outra renda gerada pelo negócio das atividades básicas que circula diretamente no território, em função das atividades terciárias. Outro exemplo que pode ser correlacionado nessa perspectiva é o turismo, que estimula a circulação de renda sem necessariamente afetar o setor secundário da economia, no qual está a estrutura de transformação.

Para perceber o impacto da renda que entra no território a partir das transações, se necessita relacionar o impacto de uma relação mercantil interterritorial no espaço intraterritorial, o que pressupõe dois elementos: como os polos tem efeitos de encadeamento interno entre as atividades básicas e não-básicas mais significativos que a periferia, então é correto supor que os impactos das relações mercantis serão mais intensas nas aglomerações de maior porte; os impactos econômicos tem dois efeitos: um primário e outro secundário.

O efeito primário são o resultado das despesas diretas realizadas para a realização de uma atividade produtiva, como as despesas com alimentação, pernoite ou então a contratação de serviços diretos no território. Por exemplo: o transporte de uma carga exigirá a entrada de motoristas e caminhões de outro território, acarretando a entrada de renda oriunda da permanência do motorista e a manutenção do veículo. Outro exemplo seria a visitação de turistas. Essa ação direta de aquisições de bens e serviços gera uma demanda em outros ramos de atividade da economia, como a produção de alimentos, a oferta de dormitórios, a disponibilidade de peças e acessórios. No caso, o efeito primário das despesas iniciais geradas pelos motoristas ou turistas produz um efeito multiplicador⁹⁴ expresso na equação (V.9):

$$\Delta Y_t = K_t J (1 - m^*) \quad (V.9)$$

Em que: ΔY_t é a variação da renda bruta territorial; K_t é o multiplicador econômico territorial; J é a injeção inicial de recursos financeiros; m^* é a taxa de saída de recursos financeiros com

94 DION, Y. (2019). Les retombées économiques et les multiplicateurs régionaux au Québec. In : PROULX, M-U.; PRÉMONT, M.C. *La politique territoriale au Québec : 50 ans d'audace, d'hésitations et d'impuissance*. PUQ : Québec, p. 307-308.

as importações, conseqüentemente $J(1-m^*)$ representa a injeção líquida inicial de recursos de recursos financeiros.

O efeito secundário está relacionado ao efeito multiplicador gerado pela injeção inicial de recursos financeiros, haja vista que as receitas que entram na economia se distribuem sob a forma de pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços, salários, rendas, lucros. Esses pagamentos também geram outra sucessão de pagamentos e adicionam valor na economia territorial. Então, o multiplicador econômico territorial (K_t) representa a variação da renda ou produto do território (ΔY_t) em relação a uma injeção de recursos financeiros (Y) de forma autônoma (ΔA), ou seja, $K_t = (\Delta Y_t \div \Delta A)$, que também pode ser reescrito como $\Delta Y_t = K_t * \Delta A$. Pela estimativa do multiplicador econômico territorial se percebe a relação muito forte dos territórios com o comércio exterior para manter seu dinamismo interno⁹⁵.

Nesse ponto se pode colocar o seguinte questionamento: se as atividades básicas dinamizam o território, qual é a necessidade mínima de atividades não básicas para fortalecer as interações intraterritoriais? Além dessas interações, o território deve fortalecer seu ambiente de negócios, sua viabilidade econômica e sua competitividade frente aos outros territórios. Isso ocorre também internamente, pois no capitalismo, apesar da tendência à concentração das atividades produtivas, para o consumidor um ambiente de maior competição entre empresas é melhor que o de monopólios e oligopólios. Da mesma forma, um excedente de emprego fortalece a negociação salarial e a posição dos trabalhadores no mercado de trabalho. Então, a busca por excedentes de

95 DION, Y. (2019). Les retombées économiques et les multiplicateurs régionaux au Québec. In : PROULX, M-U.; PRÉMONT, M.C. *La politique territoriale au Québec : 50 ans d'audace, d'hésitations et d'impuissance*. PUQ: Québec, p. 310.

emprego ou pleno emprego é melhor que se trabalhar na necessidade mínima de empregos não-básicos.

Assim, para responder o questionamento se propõe alguns pressupostos teóricos intraterritoriais: o primeiro, as aglomerações que fazem parte do território que serão analisadas possuem particularidades comuns; segundo, a estrutura produtiva e o potencial de mercado são convergentes; um ramo de atividade produtiva ou um setor produtivo pode responder por toda necessidade mínima de emprego no território⁹⁶. Com os pressupostos atendidos, se estima o emprego básico a partir das equações de Isserman⁹⁷:

$$EB_{it} = [(E_{it} \div E_t) - (E_{ia} \div E_a)] * E_t \quad (V.10)$$

$$ENB_{it} = [(E_{ia} \div E_a) \div (E_{it} \div E_t)] * E_{it} \quad (V.11)$$

Em que : EB_{it} é o emprego básico da atividade i no território t ; E_{it} é o emprego total na atividade i do território t ; E_t é o emprego total do território t ; E_{ia} é o emprego total da atividade i na aglomeração a , que possui menos emprego no território t ; E_a é o emprego total na aglomeração a , que possui menos emprego no território t ; ENB_{it} é o emprego não-básico da atividade i no território t .

Apesar das limitações que toda estimação de modelos econômicos possa trazer, o método da necessidade mínima de emprego fornece um parâmetro sobre o perfil do pleno emprego no território e o quanto as interações territoriais, sejam externas ou internas, tem contribuído. Além disso, as equações de

96 Idem, p. 316-317.

97 ISSERMAN, A. M. (1980). Estimating export activity in a regional economy: a theoretical and empirical analysis of alternative methods. *International Regional Science Review*, vol. 05, nº 02, p. 155-184.

Isserman (V.10 e V.11) podem ser adaptadas para o valor mínimo ou o produto mínimo gerado no território.

Outro elemento a reforçar com relação à base econômica e a polarização: as estimativas que foram propostas também fornecem um quadro de informações sobre o perfil da polarização no território e, conseqüentemente, das disparidades territoriais. Tanto a associação geográfica quanto o emprego mínimo por atividade econômica já demonstram as relações de centralidade e dependência no aspecto setorial da economia territorial.

Por outro lado, uma aglomeração específica que não expande sua economia ou não é atrativa aos investimentos externos ou não estimula investimentos internos. Mais uma vez os fatores endógenos e exógenos que reforçam aspectos da territorialidade da dinâmica e da vitalidade dos territórios e se refletem nas interações territoriais.

CAPÍTULO VI



ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A expansão da riqueza no território depende do dinamismo, vitalidade e interação com outros territórios, pois estes influenciam a produtividade, as condições de vida material e o uso dos fatores de produção. Expandir a riqueza não implica em diminuir a pobreza, seu antônimo. A economia territorial pode crescer e se expandir, mas o fato do território ter dinamismo e promover interações com outros territórios não garante em si seu processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, a redução da pobreza. Então, a expansão da riqueza exige ao mesmo tempo distribuição e justiça social para construir condições de vida para a população.

O desenvolvimento territorial vai além da simples expansão da riqueza, mesmo que os indivíduos prefiram mais a menos riqueza, pois essa riqueza tem que ser distribuída de forma equitativa para atender dignamente a população, minimizar suas

privações e modificar as estruturas sociais de forma a erradicar as condições de pobreza. O acesso à riqueza deve ser equitativo, ou seja, de forma simétrica, com senso de justiça e imparcialidade para reconhecer o direito de cada indivíduo a uma porção da riqueza gerada dentro do seu território, tanto no presente quanto no futuro. Não se confunda equidade com igualdade, que está relacionada à ausência de diferenças e incongruências. Então, se reconhece que os indivíduos são diferentes entre si, mas podem ser tratados com equidade para lhes garantir a cidadania e a justiça social.

Ora, então o desenvolvimento territorial é um processo que de um lado permite a geração de riqueza e a redução da pobreza e suas privações e, de outro, a distribuição e o acesso equitativo à riqueza gerada, mas sem prejudicar as gerações futuras. Por isso, há outros elementos que influenciam no processo de desenvolvimento territorial pelo prisma da economia territorial, que vão além do aspecto tangível caracterizado pelas condições de dinamismo, interação e vitalidade territorial. De um lado tem-se a distribuição da riqueza e seus condicionantes; de outro as condições de acesso dos indivíduos a riqueza. Esses dois elementos são muito influenciados por aspectos intangíveis, tais como: ambiente institucional, capital humano, capital social, que em conjunto formam a inteligência territorial.

Aspectos intangíveis do desenvolvimento territorial

A pobreza pode ser mensurada de forma unidimensional, associada ao quantitativo de renda que o indivíduo possui. Nessa lógica, quanto mais renda o indivíduo possui menos pobre ele será, pois ele terá acesso a bens e serviços sem depender da caridade ou da assistência social. Porém, esse aspecto unidimensional pode subestimar as condições de vida. Por exemplo: em uma

área rural a renda per capita pode ser baixa, mas isso não significa que os indivíduos tenham subnutrição ou dificuldades em obter alimentos. A própria área rural pode prover a subsistência dos indivíduos e a renda auferida é apenas um complemento. Outro aspecto é o poder de compra: em valores nominais a renda pode ser baixa, porém em termos relativos seu poder de compra pode ser alto. Da mesma forma, o indivíduo pode receber uma quantidade significativa de renda, mas o ambiente em que vive não lhe garante o acesso ao saneamento básico, à educação de qualidade, dentre outros.

Outra forma de mensurar a pobreza é pelo seu aspecto multidimensional, associado a aspectos não exclusivamente econômicos, mas às privações do indivíduo e seu acesso a melhores condições de vida. Os indivíduos, além da renda, necessitam de educação de qualidade, condições de saúde e saneamento, igualdade de direitos e de gênero, dentre outros. Nesse caso, não é apenas a renda que importa, mas as condições e a qualidade de vida.

Em ambos os casos, tanto unidimensional quanto multidimensional, há uma forte interação com o acesso a riqueza. Nesse caso, a riqueza não é apenas um item monetário e está também associada ao conforto, ao bem-estar e uma vida em plenitude.

No caso da distribuição da riqueza e a erradicação da pobreza, tanto no seu caráter unidimensional quanto multidimensional, John Stuart Mill aponta que ela “é exclusivamente uma questão de instituições humanas. Com as coisas que existem, a humanidade, individual ou coletivamente, pode fazer o que quiser⁹⁸.” Ou seja, a forma de organização social e os costumes de cada

98 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 259.

coletividade territorial determinam as condições aceitas para a produção, acesso e distribuição da riqueza. Consequentemente, a forma como ocorre a distribuição da riqueza só se dá no âmbito das relações de poder por meio do consentimento daqueles que exercem a liderança e o controle do território.

A distribuição da riqueza em cada território revela um pacto social e uma forma de organização da sociedade, que caracteriza um ambiente institucional específico. Nesse ambiente institucional, para John Stuart Mill a presença de algumas instituições em particular refletem as regras e a forma como a sociedade se organiza no entorno da geração e distribuição da riqueza, quais sejam:

A primeira instituição são as condições da propriedade privada e a forma como ela é aceita, acessada, usufruída e transferida entre gerações. Ela é um dos principais reflexos das relações de poder e um dos elementos de maior efeito sobre a distribuição da riqueza, pois o fruto que cada indivíduo colher da sua propriedade dependerá do seu esforço e empreendimento pessoal; das condições físicas para produzir e comercializar; e, a forma como os usos de outras propriedades afetam a sua. Nesse caso, seria justo que os indivíduos tivessem compensações pelas desvantagens da sua posse para equipará-los aos proprietários daquelas propriedades mais afortunadas. Por exemplo: se o proprietário de uma área de terras polui o curso de água que serve aos demais proprietários, ele está causando danos e custos às outras propriedades do seu entorno, o que exigiria algum tipo de compensação. O mal uso de uma propriedade afeta a renda das demais. Por isso, a sociedade estabelecerá os parâmetros e princípios que regerão a propriedade privada de forma que o seu uso não gere efeitos negativos nas demais propriedades. Ou seja, a sociedade precisa aceitar, apoiar e fazer concessões aqueles com dificuldades de produzir ou que sejam improdutivos. Então, a

simples existência da propriedade privada em si não garante a geração ou o acesso a mais riqueza, mas as regras que gerem essa propriedade e regula seus efeitos sobre a coletividade.

Para John Stuart Mill, a garantia da propriedade privada fortalece a necessidade de liberdade, que só aumenta com o desenvolvimento educacional e a consciência das pessoas. Mais pessoas instruídas e conscientes do seu papel na sociedade, mais a liberdade é vista como um direito incontestável. Nesse caso é a liberdade de ir e vir; a liberdade de produzir e poupar; a liberdade de trabalhar para quem quiser e como quiser; a liberdade de adquirir por contrato ou exercer um ofício; a liberdade de usufruir dos seus ganhos e de buscar novos ganhos. O direito a liberdade e a propriedade não inclui a propriedade de outros indivíduos, no caso a escravatura. Então, na economia territorial as relações de poder e as estruturas sociais devem garantir a liberdade de acesso e ao usufruto dos ganhos dos indivíduos e da propriedade, desde que não cause danos a outrem. Da mesma forma, essa mesma sociedade estabelece as regras de transição e o papel social da propriedade privada entre as gerações. Para Amartya Sen⁹⁹ a liberdade do indivíduo, em escolher seu modo de vida e de viver, vai mais além do que a sua relação com a propriedade. A garantia do que ele pode ser ou fazer é o que estabelece a sua condição como ser humano. Isso exige uma sociedade que respeite e promova o valor dos membros que a compõem¹⁰⁰. Tanto John Stuart Mill quanto Amartya Sen aceitam o “desenvolvimento como liberdade”.

99 Amartya Sen (1933-), natural da Índia, foi ganhador do prêmio Nobel de Economia. Foi professor da Universidade de Harvard. Seus estudos versam sobre desenvolvimento econômico, distribuição de renda. Foi um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

100 SEN, A. K. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

A segunda instituição é a estrutura de classes sociais. Nesse caso, as relações de poder no território devem assegurar a liberdade de mobilidade e ascensão dentro e entre as classes sociais. Um indivíduo pode migrar de uma classe a outra a partir do seu esforço pessoal ou auxílio da própria comunidade. Se a principal característica que diferencia as classes é a renda e a posse da riqueza, então a livre mobilidade entre as classes sociais demonstra a aceitação da sociedade de que os indivíduos, independente de sua raça, cor ou credo, possam auferir mais renda e riqueza ao longo do tempo, desde que não seja pela força ou a fraude¹⁰¹. Barreiras à mobilidade social criam conflitos e travas a uma melhor distribuição, conseqüentemente, o acesso a patamares mais elevados de renda. Nesse caso, a estrutura de poder que é exercida no território deve aceitar a mobilidade social e ser modificada por ela ao longo do tempo.

A terceira instituição é a concorrência e o costume. A forma como ocorre a concorrência na estrutura produtiva determina o perfil dos lucros, pois os monopólios tendem a controlar o mercado e elevar os preços, drenando e concentrando renda. Assim, os detentores dos monopólios tem acesso à posse de mais riqueza que os demais. Se o costume da sociedade vê os monopólios como uma afronta, então essa sociedade pode definir regras para a estrutura de mercado com o intuito de coibir tal prática. O costume da sociedade aceita a regulação dos mercados, como uma forma de evitar práticas danosas à concorrência e ao livre mercado.

O mesmo se aplica ao mercado de trabalho. Por exemplo: quanto mais trabalhadores estão disponíveis para executar

101 MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 293-296.

determinada atividade, então o seu poder de negociar melhores salários ficará comprometido, por conta do tamanho do exército industrial de reserva. Porém, se poucos trabalhadores dominam um ofício, então o seu poder de barganha lhe assegura maior acesso à renda e a riqueza. Da mesma maneira, os trabalhadores que contam com uma organização sindical mais atuante e com alto poder de mobilização podem auferir melhores condições de trabalho. As organizações também podem determinar uma renda mínima para os trabalhadores. Ou seja, a mesma sociedade que regulamenta monopólios também aceita a livre associação dos trabalhadores e demais membros da sociedade. Por mais que se tenham regras inerentes ao funcionamento dos mercados, seja ela de bens e serviços ou do trabalho, a sociedade por meio dos seus costumes estabelece e aperfeiçoa as regras de regulação ao longo do tempo num processo evolutivo, não permitindo abusos ou perdas pelos menos favorecidos, sem transgredir é claro a liberdade econômica dos indivíduos¹⁰².

As três instituições apontadas por John Stuart Mill formam um ambiente institucional em particular para favorecer o desenvolvimento e a distribuição da renda. Ambiente institucional no qual as relações de poder assumem uma importância primordial no estágio da sociedade no qual o território está imerso. Nesse estágio, os costumes e aquilo que é ou não aceito pela sociedade é reflexo do pacto que forma a organização social, também reflexo da mentalidade das suas lideranças, dos indivíduos e da coletividade. Esse ambiente institucional forma um capital institucional que mantém e garante a sinergia entre os diferentes fatores e elementos que interagem no processo de crescimento e desenvolvimento territorial. O ambiente institucional e

102 Idem, p. 297-302.

a sinergia entre as diferentes esferas organizacionais formam a governança territorial.

O exposto leva a outro elemento inerente ao processo de desenvolvimento territorial: a mudança de mentalidade, em especial das lideranças, daqueles que exercem o poder. Mais que aumentar a riqueza com o intuito de migrar de um estágio a outro de sociedade; de um ambiente institucional para outro ambiente; de uma sociedade fechada para outra mais aberta às liberdades; de um estágio de desenvolvimento inferior para outro mais elevado; de um perfil de renda concentrada para outro de renda mais distribuída, a sociedade e suas lideranças devem aceitar essa condição e trabalhar por ela. Isso implica que a mentalidade dos indivíduos que compõem e lideram o território deve ser evolucionária, de forma qualitativa e progressista. Isso leva a associar mudança de mentalidade ao perfil do capital humano e do desenvolvimento humano. Uma governança territorial com mentalidade inovadora, visionária, proativa e empreendedora garante as melhores perspectivas de desenvolvimento do que uma governança apática e “freativa”.

O acesso a maiores níveis de renda e da evolução da mentalidade focada no desenvolvimento humano implica não apenas em liberdade, mas em garantir, por meio da política pública e dos costumes da sociedade, as condições para que o indivíduo rompa a sua condição de pobreza e dependência. Nessa abordagem, o indivíduo pode até ser livre perante a lei e sua coletividade, mas não será suficiente para o desenvolvimento territorial se ainda houver barreiras raciais e estruturas à sua ascensão e mobilidade social. As condições de ingresso àquilo que promova o desenvolvimento humano têm de estar à disposição de toda a sociedade.

John Stuart Mill chama a atenção para o espírito coletivo, pois se o capital humano está associado a níveis educacionais, então a educação que fortalece o capital humano só será

produtiva e de qualidade se estimular a ação coletiva e o associativismo dos indivíduos. Uma educação que não promova ações de cooperação e associativismo entre os indivíduos não educa, mas apenas instrui¹⁰³. Mais que dotar os indivíduos de habilidades produtivas, a educação deve promover o fortalecimento do capital social. Então desenvolvimento humano também é uma associação evolucionária entre conhecimento e capital social.

Em suma: além de um ambiente institucional que promova a ascensão social e o acesso à renda, os indivíduos devem ter acesso a bens e serviços básicos, tais como: educação, saneamento, equipamentos urbanos, serviços judiciários, dentre outros, que refletem qualidade e manutenção da vida das pessoas¹⁰⁴; mas também construir um ambiente institucional que promova o capital social e o desenvolvimento humano.

Mesmo que uma sociedade promova o livre mercado dos fatores de produção e a concorrência, garanta a liberdade econômica e individual, mesmo assim a tendência do sistema capitalista de produção é a exclusão e concentração. Por isso, os territórios econômicos avançam e fortalecem a sua polarização, enquanto outros permanecem periféricos e, por vezes, pobres, num ciclo vicioso e cumulativo¹⁰⁵. Para romper o ciclo vicioso e cumulativo da pobreza, além da possibilidade de mobilização da comunidade que tem um caráter endógeno, há a intervenção por meio da política pública. Dentre as possibilidades de intervenção

103 MILL, J. S. (1986b). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. II. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 520.

104 OLIVEIRA, N. S. M. N.; FERRERA DE LIMA, J.; RAIHER, A. P. (2017). Convergência do desenvolvimento humano municipal no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, vol. 13, n] 03, p. 164-184. DOI: 10.54399/rbgdr.v13i3.3243.

105 MYRDAL, G. (1970). *Subdesenvolvimento*. Brasília: UnB.

do Estado por meio da política pública, o principal foco deve ser o desenvolvimento humano no território.

Cabe aqui distinguir capital humano de desenvolvimento humano. O capital humano está relacionado às habilidades e a capacidade do indivíduo ser produtivo, em função dos seus conhecimentos, da sua experiência e perícia. Mas, pouco adianta o indivíduo aprimorar o capital humano, se os indivíduos não têm oportunidades e acesso à riqueza e à qualidade de vida no território. Por exemplo: ao se tomar a renda como *proxy* de pobreza unidimensional e a educação e longevidade como *proxies* do capital humano e das condições de vida, então elas refletirão a pobreza multidimensional. Nesse caso, o desenvolvimento humano ocorre quando se associa altos níveis de renda com altos níveis de capital humano e condições de vida, pois sociedades salubres e cidadãos saudáveis tendem a ter maior expectativa de vida. Essa abordagem do desenvolvimento humano demanda que se saiba a situação dos indivíduos no território tanto em termos de capital humano quanto de condições de vida.

O desenvolvimento humano, ao fortalecer as capacidades, estimular o espírito coletivo e ampliar o conhecimento garante ao indivíduo o exercício da cidadania e maior produtividade, com rebatimentos positivos no nível de desenvolvimento territorial, tanto no aspecto tangível quanto intangível. Assim, se pode estabelecer uma escala por meio da média das variáveis usando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para hierarquizar o grau de desenvolvimento humano nos territórios, conforme Tabela VI.1.

Tabela VI.1. Grau de desenvolvimento territorial pela ótica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Classificação do território:	Parâmetro do IDH:
Tendência ao crescimento econômico	IDH- renda maior que a média
Tendência ao desenvolvimento humano	IDH- longevidade e/ou IDH- conhecimento maior que a média
Círculo virtuoso de desenvolvimento humano	IDH- renda, IDH- longevidade e IDH- conhecimento maior que a média
Círculo vicioso de pobreza	IDH- renda, IDH- longevidade e IDH- conhecimento menor que a média

Fonte: Raiher e Ferrera de Lima (2014); Oliveira, Ferrera de Lima & Raiher (2017).

Na abordagem exposta na Tabela VI.1, se o território apenas promove a expansão da renda ou PIB *per capita*, isso reflete apenas o crescimento econômico e não o desenvolvimento. A tendência de crescimento econômico territorial não se sustenta a longo-prazo, pois os ganhos de produtividade dependem do fortalecimento do capital humano, refletido no conhecimento. Já a tendência do desenvolvimento humano é um *start* para um nível maior de crescimento a longo-prazo. Porém, há territórios que não conseguem ampliar o seu dinamismo em função das forças da polarização, que além de atraírem capital financeiro também atraem mão-de-obra qualificada. Nesse caso, o território qualifica capital humano que é transferido para outros territórios mais atrativos. Então, o melhor estágio de desenvolvimento territorial é aquele no qual o território consegue gerar oportunidades de emprego e renda e associar altos níveis de dinamismo econômico e vitalidade com níveis significativos de capital humano acima da média. Nesse caso, o círculo é virtuoso para o desenvolvimento humano, pois os níveis elevados de crescimento econômico revelam dinamismo e vão fortalecer a

fixação do capital humano no território. Ao contrário, níveis baixos de renda, qualificação e longevidade demonstram um círculo vicioso de pobreza e baixo desenvolvimento.

Na Tabela VI.1 foi usado o IDH como elemento norteador, mas é claro que esse índice pode ser substituído por outro mais amplo, que desde que definidos os parâmetros para o que se considera desenvolvimento. Outra possibilidade é usar a vitalidade do território como um parâmetro das condições de vida; a dinâmica do território como parâmetro de aumento da riqueza e inserir um parâmetro inerente à liberdade a acesso às condições de vida. Nesse contexto, um território desenvolvido tem a capacidade de ser dinâmico, manter a vitalidade ao longo do tempo e assegurar aos seus cidadãos qualidade de vida.

No caso do território numa situação subdesenvolvimento e de pobreza, a intervenção do Estado por meio da política pública é uma força exógena para romper o círculo vicioso da pobreza. É claro que a temporalidade de migração de um estágio a outro de sociedade varia de território para território, mas se sabe que o processo de desenvolvimento territorial ocorre num tempo maior que o processo de subdesenvolvimento territorial¹⁰⁶. Quando o território é subdesenvolvido, os investimentos e despesas estatais no território terão um grande impacto. No entanto, à medida que o território vai melhorando as condições de vida, infraestrutura e avança no processo de desenvolvimento, o impacto dos investimentos estatais vai diminuindo e sendo substituído pela dinâmica própria do território. O processo de desenvolvimento territorial passa a se fortalecer na dinâmica endógena e se reflete

106 RAIHER, A. P; FERRERA DE LIMA, J. (2018). Human development and underdevelopment in Brazil. *Economía Sociedad y Territorio*, vol. 18, nº 56, p. 77-105. DOI: 10.22136/est0939.

nos níveis de emprego, renda, capital social e desenvolvimento humano de forma localizada¹⁰⁷.

O desenvolvimento territorial localizado

Por mais que a ação da política pública seja demandada para estimular as economias territoriais, isso não impede o avanço de ações endógenas no próprio território para reverter seu quadro de pobreza e estagnação. A ação dos atores locais por meio das suas lideranças é capaz de mobilizar os indivíduos e criar um ambiente institucional propício ao desenvolvimento territorial em suas dimensões. Nesse caso, a liderança pode surgir dos movimentos sociais; de um político ou grupo político ou de um empreendedor¹⁰⁸. Se o território consegue criar uma governança territorial proativa, com forte interação e intercâmbio entre o ambiente institucional, o capital humano e as lideranças no seu conjunto, ele está mobilizando a “inteligência territorial” em prol do seu próprio desenvolvimento. O resultado é a inter-relação entre indivíduos, empresas e organizações para desenvolver em escala local uma governança e uma dinâmica própria de desenvolvimento¹⁰⁹.

A inteligência territorial não pode ficar relegada apenas a um grupo social ou a uma organização. Como apontou John Stuart Mill “não pode haver uma combinação de circunstâncias

107 RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (2009). A influência dos investimentos estatais no desenvolvimento econômico dos municípios Paranaenses. *Informe GEPEC*, vol. 13, n 2, p. 121–137, 2009. DOI: 10.48075/igepec.v13i2.1880.

108 JOYAL, A. (2019). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). *Informe GEPEC*, vol. 23, p. 191–209, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v23i0.22753.

109 JOYAL, A.; BESSA, L. F. M. (2012). Inteligência territorial e desenvolvimento sustentável: exemplos marroquinos e brasileiros. *Informe GEPEC*, vol. 16, n° 1, p. 6–25. DOI: 10.48075/igepec.v16i1.6351.

mais perigosa para o bem estar humano do que aquela em que a inteligência e o talento se mantêm em um padrão alto dentro de uma corporação que governa, ao passo que entre a população esses dotes definham e são desestimulados”¹¹⁰. Mais uma vez as condições de equidade, mobilidade e acesso à riqueza e às condições da riqueza se tornam essenciais para a população e determinam a qualidade dos elementos intangíveis do desenvolvimento territorial. O que reforça a tese de John Stuart Mill de que a verdadeira educação promove valores coletivos e estimula a cooperação e o associativismo. Nesse caso, o empoderamento é coletivo e não exclusivamente de um grupo em particular.

Ao que pese, John Stuart Mill vê na sociedade local, com seus costumes e sua cosmovisão, o principal elemento motivador do desenvolvimento territorial. Apesar, que isso o faz se tornar cético em relação à intervenção excessiva do Estado na vida social cotidiana. O que não significa que a política pública não tenha importância e que não seja importante regular o livre mercado, mas a sociedade local deve ser estimulada a depender menos do Estado e mais das suas ações associativas em prol da coletividade¹¹¹.

Aqui cabe uma observação quanto à abordagem do desenvolvimento territorial localizado: o caso dos municípios. Diferente de cidade, na qual o foco é apenas o espaço urbano, quando se aponta município como território de análise, então se está referindo à interação de dois subespaços: o espaço urbano e o espaço rural, no qual o rural é gerenciado pelas ações que ocorrem no

110 MILL, J. S. (1986b). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. II. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo, p. 520.

111 MILL, J. S. (1986b). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. II: capítulo XVI. *Coleção Os Economistas*. Nova Cultural: São Paulo.

espaço urbano. Então, se supõe que o desenvolvimento territorial localizado ocorre na escala do município e envolve o dinamismo, a vitalidade e a interação entre o rural e o urbano. Nessa abordagem, o desenvolvimento não ocorre numa escala maior que a escala territorial do município, ou seja, ele é pontual no espaço econômico. Também se supõe que o processo de desenvolvimento territorial municipal, no seu primórdio, não é afetado pela conjuntura do que ocorre fora da escala do município, ou seja, o seu arranque em termos de desenvolvimento é inteiramente endogeneizado, pela base de baixo para cima.

Essas suposições são válidas frente à realidade dos municípios que avançaram no processo de desenvolvimento territorial localizado e indiferente às forças de polarização de outros municípios e aos elementos locais que lhe colocavam barreiras. A Figura VI.1 sintetiza o diferencial do desenvolvimento territorial localizado na escala municipal¹¹².

Figura VI.1 : Elementos do desenvolvimento territorial municipal



Fonte: FERRERA DE LIMA, J., 2019.

112 FERRERA DE LIMA, J. (2019). *Desenvolvimento municipal: o diferencial dos municípios que ganham*. Conferência proferida no PPGDRS. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Ponta Porã (MS). DOI: 10.13140/RG.2.2.14884.50565.

No desenvolvimento territorial localizado, o mais importante estágio de sociedade é aquele no qual prevalece a sinergia num conjunto de crenças e valores virtuosos, tais como: a solidariedade, o sentimento de pertencimento, a gestão pública eficiente, o associativismo e o empreendedorismo visionário, que geram inovações tanto econômicas quanto sociais. Essas crenças e valores são potencializados pelo papel da liderança pró ativa e visionária, que faz com que o município saia de um estágio atrasado para outro mais avançado. Isso ajuda a explicar o aparecimento de arranjos produtivos locais, investimentos diferenciados em equipamentos urbanos, ideias e ações inovadoras para fortalecer a estrutura produtiva, atuações que melhoram as condições de vida da população sem cercear a sua liberdade.

Notas sobre a sustentabilidade do desenvolvimento territorial¹¹³

Mesmo que a sociedade territorial avance num ambiente institucional eficaz para o desenvolvimento territorial, a longevidade do processo de desenvolvimento e crescimento territorial está sujeita as condições ambientais. A dinâmica e a vitalidade da economia e do desenvolvimento territorial são limitadas pela finitude dos recursos naturais, haja vista que elas compõem e estão inseridas em algo muito importante para a geração de riqueza: os fatores de produção. Com isso, o limite máximo do ciclo do crescimento e desenvolvimento territorial está limitado pelos estoques de recursos naturais ou serviços ambientais

113 Esse tópico é uma reflexão adaptada para economia territorial a partir da releitura do artigo FERRERA DE LIMA, J. (2021). Desenvolvimento regional sustentável. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, vol. 11, p. 132–143. <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3454>.

disponíveis para o território. Um território que não preserva, conserva e recupera seus recursos naturais está fadado ao colapso. Por isso, ações de economia circular e de economia de escopo se fazem necessários para assegurar uma maior longevidade das condições de produção e distribuição da riqueza. A economia de escopo ou de gama está relacionada ao aproveitamento da estrutura produtiva para produzir bens de forma simultânea, aproveitando as condições de produção e de aproveitamento das matérias-primas. Já a economia circular não envolve apenas a produção, mas também o consumo. Em ambas as situações, a economia circular envolve a reutilização, o reaproveitamento, a reciclagem, a reparação e a renovação de materiais e bens, reinserindo-os no processo de produção e consumo.

Na lógica da economia circular ou de escopo, os recursos naturais têm na sua composição porções recicláveis e que são matéria-prima para mais de um produto. Assim, durante o processo produtivo ou após o consumo, uma parcela desses recursos retorna a estrutura produtiva para nova transformação e, conseqüentemente, nova possibilidade de consumo. Em ambos os casos, da economia circular ou de escopo, os recursos naturais se apresentam de duas formas: renováveis, cuja oferta varia de acordo com o ritmo de exploração, conservação e preservação dos estoques; e, não renováveis ou pelo menos cuja reposição demanda uma temporalidade além da capacidade de espera do sistema produtivo, ou seja, sua oferta é constante.

Frente ao exposto, mesmo estimulando ações de economia circular ou reaproveitando a estrutura de produção para a geração simultânea de mais produtos, há uma barreira à expansão do crescimento econômico territorial: o estoque e disponibilidade dos recursos naturais. Há territórios que possuem estoques de recursos, mas não tem condições de usufruí-los. Outros podem optar em manter o estoque para as gerações futuras,

assumindo o ônus presente da sua preservação. Em ambos os casos, há um dispêndio e um custo que deve ser absorvido pela sociedade. Nesse caso, mais uma vez entra a representatividade dos costumes e os valores da sociedade com relação ao seu meio ambiente. O comportamento da sociedade em relação ao cenário prospectivo e o comportamento dos agentes econômicos frente à exaustão dos recursos determinarão o ritmo dessa sociedade e sua chegada (ou não) ao estado estacionário, agora imposto pelo esgotamento e degradação ambiental e a escassez dos recursos naturais¹¹⁴. Essa realidade exige que a estrutura produtiva promova a alocação mais eficiente possível dos fatores de produção, de modo a minimizar os danos ambientais.

Num texto chamado *Desenvolvimento regional sustentável*¹¹⁵ foi apresentado uma modelagem do impacto dos problemas ambientais na expansão da economia regional, que pode ser adaptada para a economia territorial. Para um território cujo estoque de recursos naturais é limitado e sua interação com outros territórios lhe impõe restrições para a importação de matérias-primas, então o marco econômico para a produção de riqueza, mensurada pelo Produto Interno Bruto da Economia (PIB) territorial será dependente da gestão dos resíduos, da geração de serviços de inovações ambientais e de políticas públicas. Essa dependência está exposta na equação VI.1:

$$PIB = G+A \quad (VI.1)$$

114 FERRERA DE LIMA, J. (2018). Política de desenvolvimento sustentável: elementos para reflexão. In: SERPE, B. M.; DA SILVA, L. M. (orgs.). *Desenvolvimento, gênero e pobreza*. Ponta Grossa: EdUEPG, p. 17-36.

115 FERRERA DE LIMA, J. (2021). Desenvolvimento regional sustentável. *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, vol. 11, p. 132-143. <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3454>.

Em que: “G” são as despesas com a governança territorial para a geração de inovações ambientais, gerenciamento de resíduos e a promoção da economia circular. Essa despesa é gerada tanto pelo governo quanto pelas organizações territoriais; “A” são os serviços ambientais oferecidos ao território pelos recursos naturais, quais sejam: possibilidades de produção, preservação da vida; vitalidade; armazenagem, disseminação e a absorção de resíduos produtivos e de consumo; fonte de matérias primas para a produção; nutrição e manutenção dos seres vivos. A variável “A” representa os serviços que o meio ambiente oferece ao sistema produtivo e a sociedade territorial. Nessa variável estão embutidos os investimentos produtivos (I) e o consumo (C), tanto de bens e serviços internos ou advindos da interação com outros territórios, além do estoque de recursos naturais renováveis e não renováveis. Os investimentos produtivos buscam maximizar a economia de escopo ou gama e gerar o uso ótimo dos fatores de produção. No território, a manutenção da geração de riqueza advinda do investimento e do consumo é indissociável do meio ambiente e dos recursos que ele provê¹¹⁶.

Porém, o consumismo, o desperdício, os baixos níveis de reciclagem, reaproveitamento e recuperação dos recursos demonstram um estágio de sociedade nocivo à sua própria existência, vitalidade e dinamismo. Então, esse estilo de vida nocivo deve ser computado na equação VI.1, o que leva a um desdobramento de “A” ao se inserir os impactos ambientais infligidos ao território. Ao longo do tempo, o território vai perdendo sua

116 BOUDEVILLE, J. R. (1972). *Aménagement du territoire et polarisation*. Paris: Éditions M.-Th. Génin, p. 229.

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe (1980). *Agua, desarrollo y medio ambiente en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, p. 420-430.

capacidade em oferecer e garantir bens e serviços ambientais essenciais à geração de riqueza. Isso leva a equação (VI.2):

$$A = R - D \quad (\text{VI.2})$$

Em que: “R” representa os recursos naturais disponíveis no território; “D” é o montante dos recursos naturais deteriorados ou esgotados. Essa deterioração diminui os serviços ambientais disponíveis e acelera a chegada do território ao estado estacionário.

A governança territorial necessita de uma visão clara dos impactos ambientais das suas decisões. Para visualizar e reduzir o impacto de “D”, o ambiente institucional criado pela governança territorial pode usar vários tipos de ações que implicam em despesas tanto públicas quanto privadas, tais como: ações de fiscalização, aquisições, preservação, recuperação, conservação, reciclagem, reaproveitamento, inovações ambientais... E, “T” representa o valor dos gastos que o ambiente institucional dispõe para recuperar, conservar, inovar e proteger os recursos naturais frente a uma realidade de *stress* e exaustão. Com isso, “T” representa também uma perda de receita da estrutura produtiva e da governança territorial, pois este dispêndio poderia ter sido alocado em outras ações, caso os recursos naturais fossem preservados ou conservados de forma efetiva e racional. A destruição do meio ambiente também gera impactos indiretos em outros setores da economia territorial; e “G” representa a receita dos impostos, taxas e contribuições¹¹⁷:

$$G = G' - T \quad (\text{VI.3})$$

117 FERRERA DE LIMA, J. (2021). Desenvolvimento regional sustentável. *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, vol. 11, p. 132-143. <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3454>.

Então, as equações (VI.1), (VI.2) e (VI.3) são transcritas conforme equação (VI.4):

$$PIB = (G' + R) - (T + D) \quad (VI.4)$$

Em que: (T+D) representam o custo total dos impactos ambientais sobre o território. O resultado desse impacto são restrições à sustentabilidade da vitalidade territorial e, conseqüentemente, também da dinâmica territorial.

A questão que se coloca frente a essa realidade: qual o esforço e sacrifício que a sociedade territorial está disposta a fazer para minimizar a deterioração dos serviços ambientais? Essa resposta é uma escolha ética e moral tanto para as gerações presentes quanto para as gerações futuras. Por isso, o estágio de sociedade na qual a preocupação com o bem estar coletivo do território, tanto no presente quanto futuro, é mais latente entre seus membros reflete seu grau de desenvolvimento.

Além disso, nos territórios cujos recursos naturais são compartilhados com outros territórios, uma má utilização desses recursos afetará negativamente as condições de produção e de vida em outros lugares, pois impõe limites à expansão da riqueza e geram custos adicionais de recuperação dos recursos. Nesse caso, os níveis ótimos de utilização dos recursos naturais para todos os territórios que o compartilham, sob o ponto de vista social, são aqueles obtidos através de um processo de otimização da produção e da geração de excedentes econômicos de todos os territórios tomados no seu conjunto. Ou seja, recursos naturais compartilhados exige uma governança coletiva entre os territórios, pois se um não alocar eficientemente seus fatores de produção, isso implicará em impactos negativos aos demais, tanto em custos quanto em competitividade e qualidade de vida. Então, o ambiente institucional que regula a relação entre os territórios deverá estabelecer os limites para o direito sobre o uso

e um sistema de compensações para aqueles afetados pelo mau uso desses recursos¹¹⁸.

Frente às restrições que as questões ambientais impõem aos territórios, cabe à governança territorial monitorar o uso e a disponibilidade dos recursos naturais. Para isso, um instrumento muito utilizado é o painel de sustentabilidade. Ele é capaz de apresentar os pontos fortes e fracos do território no quesito desenvolvimento territorial sustentável¹¹⁹. Nesse caso, se toma como parâmetro as variáveis que compõem a dinâmica do território e sua vitalidade. No caso da vitalidade, pode-se ampliar o rol de variáveis de cada quesito conforme as peculiaridades que se deseja analisar ou as peculiaridades do próprio território objeto de análise. As dimensões vitalidade e dinâmica podem ser desagregadas ou convertidas em mais dimensões. Isso auxilia numa visão mais focalizada da conjuntura e dos problemas que afligem o território.

Definidas as dimensões e indicadores para cada dimensão, a classificação das variáveis e seus respectivos indicadores exige a necessidade de padronização. Cabe lembrar que os dados devem ter um padrão métrico¹²⁰.

O padrão de classificação que organiza os indicadores é definido para cada variável territorial, conforme equação VI.5.

$$Q = SM \div n \quad (\text{VI.5})$$

118 CARRERA-FERNANDEZ, J.; FERRERA DE LIMA, J. (1999). O custo social dos recursos hídricos em bacias hidrográficas internacionais: o caso da bacia do Paraná. *Análise Econômica*, vol. 17, nº 32. DOI: 10.22456/2176-5456.10641.

119 BELLEN, H. M. (2006). *Indicadores de sustentabilidade: uma análise corporativa*. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV.

120 HAIR JR *et al* .(2009). *Análise multivariada de dados*. 6º ed. Porto Alegre: Bookman.

Em que, Q é o tamanho das categorias e indica quantos pontos compõem cada categoria ou situação; SM é o escore máximo; e n é o número de categorias de classificação das situações.

Na sequência, a classificação dos dados é estruturada a partir de dois valores extremos, máximo e mínimo, conforme equação VI.6.

$$P = [1000 (X-V) \div (M-V)] \quad (VI.6)$$

Em que, P é a pontuação das variáveis; X é o território que está sendo avaliado; V é o menor valor constante ou o pior; e M é o maior valor ou o melhor. O maior valor entre os indicadores recebe pontuação 1000 (mil) e o menor valor recebe pontuação 0 (zero). Todos os indicadores de cada variável devem ser comparados com os outros dois valores parâmetros (o menor e o maior). Para esta exigência, em cada variável deve ser utilizado o indicador que obteve o maior valor ou o menor valor para atribuir o valor de “melhor” e “pior” entre os territórios¹²¹.

O resultado final forma o painel. No caso, aquele território que atinge 1000 pontos ou um valor nessa proximidade, conforme escala de resultados, está com um quadro de sustentabilidade excelente. Já o pior resultado indica um quadro crítico e indicativo de colapso. Entre 1000 e zero se criam as classificações e parâmetros que se julgue adequado na comparação entre os territórios ou o território em diferentes períodos de tempo. Ou seja, esse painel permite a comparação da *performance* numa escala temporal e espacial.

121 PIACENTI, S. C. V.; FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A. (2018). O desenvolvimento sustentável do Paraná nos anos 2000 e 2012. *Semestre Económico*, vol. 21, n° 49, p. 89-114. DOI: 10.22395/seec.v21n49a4.

Outra possibilidade é criar um Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDTS) a partir de três dimensões¹²²: dinâmica territorial, demonstrando as variáveis puramente econômicas do território; dimensão vitalidade, com o rol de indicadores propostos, com exceção dos indicadores ambientais, pois formarão a terceira dimensão: a ambiental. Nesse caso, o elemento ambiental é desagregado da vitalidade para ganhar mais importância na formação do índice. Após a classificação das variáveis mensuráveis que compõem cada dimensão for determinada, se estimam os indicadores parciais referente as três dimensões, conforme equação VI.7.

$$IDTS = (ID * 0,25) + (IV * 0,25) + (IA * 0,5) \quad (VI.7)$$

Em que, ID representa o indicador parcial das variáveis de dinâmica territorial (PIB *per capita*, emprego, etc...); IV representa o indicador parcial das variáveis de vitalidade territorial; IA representa o indicador parcial das variáveis ambientais.

Para se chegar a cada indicador parcial (*ID*, *IV* e *IA*) se fazem duas estimativas:

A primeira, é a estimativa do índice parcial de cada variável “*V*” no território “*i*” (*IPVi*), que compõe cada indicador parcial, conforme VI.8

$$IPVi = (Vi - Vmin) \div (Vmax - Vmin) \quad (VI.8)$$

122 RODRIGUES, K.F.; FERRERA DE LIMA, J. (2013). Índice de desenvolvimento regional sustentável: uma análise das mesorregiões do Estado do Paraná no período de 2002 a 2008. *Revista Geografar*, vol. 8, nº 1, p.175-202.

Em que: V_i é a participação da variável “ V ” do território i ; V_{min} corresponde a participação do território com o menor valor; V_{max} corresponde a participação do território com o maior valor.

Esse procedimento é feito para cada variável considerada. E cada uma delas é feita a segunda estimativa, que consiste na ponderação de IPV_i pela participação de cada variável “ V ” referente àquela dimensão, conforme equação VI.9:

$$P = V_i \div \sum V_i \quad (VI.9)$$

Em que, P é a participação da variável “ V ” para o território “ i ” e $\sum V_i$ representa o somatório dessa variável na macrorregião, ou seja, o conjunto de todos os territórios em análise e comparação.

Em geral, o Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDTS) é classificado em avançado, transição ou retardatário. Porém, essa classificação pode ser ajustada conforme os parâmetros de análise.

Notas sobre a distribuição de renda no território

Como mencionado no início desse capítulo, a questão da distribuição de renda depende dos costumes da sociedade. Por mais que uma parcela da renda já esteja definida conforme a posição do indivíduo na estrutura produtiva, qual seja: aos trabalhadores, os salários; aos capitalistas, o lucro; aos proprietários rurais, a renda da terra; aos rentistas, os juros ou aluguéis; a sociedade pode definir regras e ações que vão além dessa divisão. No caso, há sociedades que aceitam uma maior tributação dos ricos e a menor tributação dos pobres; aceitam a tributação de bens de consumo luxuosos e uma menor tributação sobre os bens de consumo essenciais. Essa mesma sociedade aceitará

programas de renda mínima, como forma de garantir as condições de vida digna aos seus cidadãos mais pobres. Também a sociedade aceitará direitos trabalhistas, como essenciais às relações entre capital e trabalho. E essa mesma sociedade estabelecerá tributação diferenciada para o patrimônio sem uso produtivo e social, criando restrições à propriedade improdutivo. Mas, nem todas as sociedades são assim ou aceitam todas essas condições. Então a distribuição da renda e da riqueza no território demanda um pacto social e distributivo e a formação de um ambiente institucional que referende e proteja esse pacto, pois no território as relações de poder são muito latentes.

Outro aspecto a salientar: mesmo com melhorias nos indicadores sociais, a variável renda é ainda tem uma importância crucial no processo de desenvolvimento territorial. Isso significa que os territórios devem ser capazes de ampliar as condições de emprego e renda, em paralelo às melhorias nos indicadores sociais e ambientais para sustentar seus indicadores de desenvolvimento. As condições iniciais acerca da vitalidade e das condições do capital humano, dos salários e da produtividade interferem na *performance* do desenvolvimento ao longo do tempo. Conseqüentemente, a criação de empregos dignos e o aumento da produtividade do fator trabalho, por meio do fortalecimento do capital humano e melhorias nas condições de vida, também tendem a elevar a renda e o número de empregos no território. O território econômico no qual o crescimento é baseado apenas na informalidade e em trabalhos precários, não terá condições de romper o círculo vicioso da pobreza. Por isso, a política pública distributiva também deve dar atenção ao desenvolvimento humano para assegurar a dinâmica da economia. Da mesma maneira, o dinamismo econômico se apresenta como necessário para que se obtenham melhores condições de vida

e se sustente a vitalidade do território¹²³. Qualquer processo ou estímulo à dinâmica do território que não garanta a distribuição de renda não garantirá a manutenção desse processo ao longo do tempo. O mesmo vale para a vitalidade e o desenvolvimento territorial.

Agora cabe um “olhar” para além das melhorias salariais e das condições de mobilidade entre classes sociais. Cabe imaginar o trabalhador como detentor de rendimento de capital, o que leva a refletir a proposta do Equibatismo. No Equibatismo, além do salário o indivíduo poderá usufruir de rendimentos do capital, por meio da propriedade de parcela do capital produtivo rural ou urbano, definida como Equibase. A Equibase é distribuída pelo Estado a partir das suas propriedades ou da aquisição de quotas de capital. O valor da Equibase dependerá do montante de riqueza que o território é capaz de produzir e sua valorização. Pela lógica da justiça distributiva, a Equibase deveria ter como valor mínimo o mínimo para a subsistência do seu proprietário, que em algumas nações tem por convenção o valor do salário mínimo. Assim, nessa proposta, ao invés de se distribuir renda mínima se distribuem quotas fixas de capital produtivo para que os cidadãos possam usufruir dos seus rendimentos. No caso, o indivíduo é o proprietário da Equibase e não o Estado; o indivíduo além de trabalhador também tem participação nos rendimentos de capital¹²⁴.

Outro aspecto interessante da proposta do Equibatismo é a de que a Equibase é indivisível, transmitida por herança, não compõe massa falida e não pode ser comercializada, protegendo a sua propriedade da especulação e a sua capitalização ao longo

123 RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (2017). Desenvolvimento humano nas regiões brasileiras: o que fazer? *Revista Espacios*, vol. 38, nº 51, p. 28-41.

124 MOREIRA, A. (2018). *O Equibatismo: cria riqueza e elimina a miséria*. Rio de Janeiro: Instituto Mukharaj Edições.

do tempo. Isso também exigirá uma organização que regule, distribua e gerencia um fundo de Equibases. O objetivo é gerar participação no capital para todos os cidadãos como complemento de renda, o que exigirá uma implantação gradual. Em todo caso, a ideia de distribuir quotas de capital, sem alterar o *status* da propriedade privada, mas estimulando o acesso dos indivíduos a ganhos produtivos para além do salário¹²⁵. A proposta do Equibatismo vai além do convencional socialismo e capitalismo. Ou seja, propõe uma estrutura de distribuição da riqueza muito além do convencional.

Outro aspecto a salientar é que indiferente à forma como a renda se distribui é importante saber se os indivíduos, famílias, grupos sociais ou territórios estão melhorando a sua posição no conjunto da renda gerada no interior dos territórios e entre os territórios. Para isso, convém buscar instrumentos para conhecer a convergência da renda ao longo do tempo.

A convergência remete a ideia de tendência de homogeneidade, de conversão para um nível em comum ou para a mesma posição ou situação, diminuindo as tendências à dispersão. Nesse caso, uma convergência absoluta assume que todos os territórios possuem os mesmos determinantes de dinamismo, com isso todos poderiam avançar para o mesmo nível de renda e riqueza¹²⁶. Porém, a convergência pode ocorrer num sentido positivo, na qual as economias convergem para um nível superior de renda, mas também num sentido negativo, na qual as economias convergem para níveis inferiores de renda. Então, aqui será usado o termo convergência num sentido positivo, vir-

125 MOREIRA, A. (2018). *O Equibatismo: cria riqueza e elimina a miséria*. Rio de Janeiro: Instituto Mukharaj Edições, p. 17-25.

126 RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; KLEIN, C. F. (2014). A distribuição espacial da indústria no Sul do Brasil e sua convergência. *Análise Econômica*, vol. 32, n. 61, p. 81-104.

tuoso, ou seja, sempre para se aproximar e quem sabe se igualar àquele indivíduo, território ou grupo social em melhor posição. Deve-se salientar também que a ideia de convergência pode ser usada para outras variáveis, além da renda.

Uma forma simples de perceber a convergência é por meio do Indicador de Disparidade (ID)¹²⁷, exposto na equação (VI.10):

$$ID = (X_i - X_{\min j}) / (X_{\max j} - X_{\min j}) \quad (\text{VI.10})$$

Em que: X_j : é a variável do território i da macrorregião j ;

$X_{\min j}$: é a menor variável apresentada no conjunto da macrorregião j ;

$X_{\max j}$: é a maior variável apresentada no conjunto da macrorregião j .

Quanto maior for o resultado do ID, melhor a situação do território em estudo, apontando a convergência à macrorregião. A partir dessa lógica, o ID pode ser analisado num contexto de uma série histórica percebendo a tendência dos territórios a uma melhor ou menor convergência ao conjunto dos territórios, caracterizados na equação como macrorregião. Ou então, se pode analisar um único período fazendo uma estática comparativa entre os territórios em relação ao seu conjunto. O ID pode usar como variável chave a renda, emprego, um parâmetro de desenvolvimento ou crescimento econômico territorial, dentre outros, adaptando a análise ao perfil da variável escolhida, o que lhe torna simples e prático para diversos estudos.

127 HOUARD, J.; MARFOUK, A. (2000). Portrait socio-économique des régions européennes. In: BEINE, M.; DOCQUIER, F. (org.). *Croissance et convergence économiques des régions: théorie, faits et déterminants*. Bruxelles: De Boeck Université. p.19-53.

Outra metodologia simples e prática foi proposta usa como parâmetro a ideia da média de convergência (MC) por meio do coeficiente de variação¹²⁸. O coeficiente de variação tem ajustes a partir dos desvios na média, a partir da razão entre o desvio padrão e a média expressa em porcentagem¹²⁹. Para estimar a MC foi utilizada a equação (01):

$$MC = \left[\frac{CV_{t_1} - CV_{t_2}}{CV_{t_1}} \times 100 \right] \div (t_2 - t_1) \quad (VI.11)$$

Em que: MC = média de convergência por ano; CV_{t_1} = média de variação do ano inicial; CV_{t_2} = média de variação do ano final; t_1 = ano inicial; t_2 = ano final.

A diminuição no coeficiente de variação vai determinar a magnitude da convergência ao longo do tempo, desconsiderando as condições iniciais de cada território para observar o comportamento da variável em análise ao longo do tempo.

A convergência pode ocorrer em *clusters* de territórios, excluindo outros; também pode ocorrer em grupos sociais específicos dentro do território excluindo outros. Ou seja, a ideia ou noção de convergência não implica que todo o território ficará homogêneo em uma determinada característica conjuntural ou tendência. Numa macrorregião, a convergência pode seguir um

128 WILLIAMSON, J. B.; FLEMING, J. (1977). Convergence theory and the social welfare sector. *International Journal of Comparative Sociology*, vol. 18, nº 03-04, p.242-253.

TAYLOR, A.M. ; WILLIAMSON, J. (1994). Capital flows to the new world as intergenerational transfer. *Journal of Political Economy*, vol. 102, nº 2, p. 348-371.

129 FERRERA DE LIMA, J.; BIDARRA, B. S. (2021). Convergência setorial na fronteira Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, vol. 9, nº 2, p. 211-226. DOI: 10.7867/2317-5443.2021v9n2p211-226.

padrão espacial peculiar e ocorrer ao longo de um corredor de territórios ou num bloco de territórios. Mesmo assim, a análise da convergência já permite observar se a dispersão de uma variável chave ou de uma característica específica está se ampliando ou diminuindo ao longo do tempo.

No caso da economia territorial, se a riqueza e seus condicionantes estão se dispersando ao longo do território ou se mantendo concentrada. É claro que a partir da variável em estudo se perceberá a tendência à convergência, mas não necessariamente os processos internos e externos que influenciaram um território a um maior ou menor dinamismo econômico; ou a um maior ou menor nível de vitalidade e de desenvolvimento econômico.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, L. R. (2016). Especialização produtiva e desenvolvimento econômico regional. In: FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H.; PIACENTI, C. A. (org). **Economia & Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p. 69-80.

ALVES, L. R.; CRUZ, L. B.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. (2013). O capital social na microrregião de Toledo-PR – 1985/2009. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 11, nº 22, 139–172. DOI: 10.21527/2237-6453.2013.22.139-172.

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C.A. (2007). O Continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, vol. 02, nº 02, p. 25-47.

BAILLY, A. S. (1983). Espace géographique et espace vécu. In: PAELINCK, J.; SALLEZI, A. (org.) **Espace et localisation**. Paris : Éditions Economica, p. 290-303.

BELLEN, H. M. (2006). **Indicadores de sustentabilidade: uma análise corporativa**. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV.

BOUDEVILLE, J.-R.(1972). **Aménagement du territoire et polarisation**. Paris : Éditions M.-Th. Génin.

CARRERA-FERNANDEZ, J., FERRERA DE LIMA, J. (1999). O custo social dos recursos hídricos em bacias hidrográficas internacionais: o caso da bacia do Paraná. **Análise Econômica**, vol. 17, nº 32. DOI: 10.22456/2176-5456.10641.

CASTRO, M. C.; PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. (2002). Potencial de mercado das regiões paranaenses. **Revista de Ciências Empresariais da Unipar**, vol. 3, nº 02, p. 129-142.

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (1980). **Agua, desarrollo y medio ambiente en America Latina**. Santiago de Chile: CEPAL.

CLAVAL, P. (1995). Comment s'organise l'espace régional? **Revue Sciences Humaines**, nº 08, p.6-8.

CHRISTALLER, W. (1966). **Central places in southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall.

COLLA, C.; RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. ; ALVES, L. R. (2011). Reestruturação da distribuição populacional e econômica do Oeste do Paraná, rebatimentos empregatícios e migratórios. **Informe GEPEC**, vol. 15, nº 3, p. 203–221. DOI: 10.48075/igepec.v15i3.6279.

CRUZ, A.; FERRERA DE LIMA, J. (2019). O crescimento econômico do território Cantuquiriguaçu. **Working paper** nº 02. Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) Unioeste: Toledo, Brasil. DOI: 10.13140/RG.2.2.27031.83363.

DION, Y. (2019). Les retombées économiques et les multiplicateurs régionaux au Québec. In : PROULX, M-U.; PRÉMONT, M.C. (org.). **La politique territoriale au Québec : 50 ans d'audace, d'héstations et d'impuissance**. PUQ : Québec, p. 303-326.

FERRERA DE LIMA, J. (2011). A face obscura do desenvolvimento regional. In: SIENDENBERG, D. R. ; LOCK, F. N.; LONDERO, J. C.. (org.). **Desenvolvimento regional: discussões e reflexões**. Pelotas: EdUFPEL, p. 207-224.

FERRERA DE LIMA, J. (2017). Crescimento econômico territorial. In: BIDARRA, B. S.; FERRERA DE LIMA, J.; VOLL, F. P. (org.). **Economia & Desenvolvimento Territorial**. Foz do Iguaçu: Editora Parque Iguaçu, p. 28-34.

FERRERA DE LIMA, J. (2019). **Desenvolvimento municipal: o diferencial dos municípios que ganham**. Conferência proferida no PPGDRS. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS): Ponta Porã (MS). Disponível *on line* em https://www.researchgate.net/publication/343323561_Desenvolvimento_Municipal_o_Diferencial_dos_Municipios_que_Ganham. DOI: 10.13140/RG.2.2.14884.50565.

FERRERA DE LIMA, J. (2021). Desenvolvimento regional sustentável. **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, vol. 11, p. 132–143. <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3454>.

FERRERA DE LIMA, J. (2010). **La diffusion spatiale du développement économique regional**. Saarbrücken :EUE.

FERRERA DE LIMA, J. (2004). Les limites et le potentiel du développement durable. **Interfaces Brasil Canada**, vol. 2, nº 01, p. 187-196. DOI : 10.15210/INTERFACES.V2I1.6383.

FERRERA DE LIMA, J. (2010). Les institutions et la concertation territoriale. **Organisations & Territoires**, vol. 19, n° 01, p.45-50. DOI : 10.1522/revueot.v19n1.385.

FERRERA DE LIMA, J. (2011). Notas sobre os territórios na análise geoeconômica. **Publicatio Ciências Sociais Aplicadas**, vol. 19, n° 01, p. 47-54. DOI: 10.5212/PublicatioCi.Soc.v.19i1.0005.

FERRERA DE LIMA, J. (2005). Notes sur les pôles de croissance et les stratégies territoriales au Québec. **Canadian Journal of Regional Science**, vol. 28, n° 01, p. 161-171.

FERRERA DE LIMA, J. (2016). Pôles, polarisation et la diffusion du développement régional : notes de recherches. **Organisations & Territoires**, vol. 25, n° 02, p. 75-80. DOI: 10.1522/revueot.v25n2.318

FERRERA DE LIMA, J. (2018). Política de desenvolvimento sustentável: elementos para reflexão. In: SERPE, B. M.; DA SILVA, L. M. (orgs.). **Desenvolvimento, gênero e pobreza**. Ponta Grossa: EdUEPG, p. 17-36.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. (2008). Localização, concentração e vantagem competitiva dos ramos produtivos na geoeconomia paranaense. **Caderno de Geografia**, vol. 18, p. 99-126.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; SKOWRONSKI, E. R. (2000). O perfil econômico-estrutural dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Oeste do Paraná. **Informe GEPEC**, vol. 10, n° 1. DOI: 10.48075/igepec.v10i1.376.

FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H.; BARROS, A. H. (2011). Os territórios econômicos no Oeste do Paraná: uma

análise do seu crescimento no início do século XXI. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, vol. 10, nº 18, p. 111-122.

FERRERA DE LIMA, J. PIFFER, M.; OSTAPECHEN, L. A. P. (2016). O crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul. **Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol.17, nº 04, p. 757-766. DOI: 10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4(16).

FERRERA DE LIMA, J.; BIDARRA, B. S. (2021). Convergência setorial na fronteira Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, vol. 9, nº 2, p. 211-226. DOI: 10.7867/2317-5443.2021v9n2p211-226.

GALI, E. L.; FERRERA DE LIMA, J.; WILLERS, E. M. (2011). Ciclo econômico e desenvolvimento local no município de Terra Roxa (PR). **Estudo & Debate**, vol. 18, nº 1, p. 37-53.

GIOVANETTI, A. E.; RAIHER, A. P. (2015). Uma análise multidimensional da pobreza dos municípios Paranaenses em 2010. **Revista de Estudos Sociais**, vol. 17, nº33, p. 228-248.

HADDAD, P. (2009). Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, vol. 35, nº 03, p. 119-146.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. (2009). **Análise multivariada de dados**. 6º ed. Porto Alegre: Bookman.

HAYAMI, Y.; HUTTAN, V. W. (1989). **Desarrollo agrícola: una perspectiva internacional**. México: Fondo de Cultura Económica.

HIGGINS, B. (1985) ¿Existen los polos de desarrollo? In: KUKLINSKI, A. (org.). **Desarrollo polarizado y políticas regionales**. Mexico: FCE, p. 32-48.

HOUARD, J.; MARFOUK, A. (2000). Portrait socio-économique des régions européennes. In: BEINE, M.; DOCQUIER, F. (org.). **Croissance et convergence économiques des régions: théorie, faits et déterminants**. Bruxelles: De Boeck Université. p.19-53.

ISSERMAN, A. M. (1980). Estimating export activity in a regional economy: a theoretical and empirical analysis of alternative methods. **International Regional Science Review**, vol. 05, n° 02, p. 155-184.

JEAN, B. (2003). Réussir le développement des communautés rurales : dix conditions gagnantes. **Organisations & Territoires**, vol. 12, n° 02, p. 19-30. DOI :10.1522/revueot.v12n2.738.

JOYAL, A. (2019). Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). **Informe GEPEC**, vol. 23, p. 191–209. DOI: 10.48075/igepec.v23i0.22753.

JOYAL, A.; BESSA, L. F. M. (2012). Inteligência territorial e desenvolvimento sustentável: exemplos marroquinos e brasileiros. **Informe GEPEC**, vol. 16, n° 1, p. 6–25. DOI: 10.48075/igepec.v16i1.6351.

KLEIN, C. F. (2016). **O desenvolvimento econômico regional na Região Sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Toledo.

KRUGMAN, P. (1991). **Geography and trade**. Massachusetts: MIT Press.

LOPES, S. (1987). **Desenvolvimento regional: problemática, teoria e modelos**. 3º ed. Lisboa: Fundação Calouste.

MARSHALL, A. (1982a). Princípios de economia vol. I. **Coleção Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural.

MARSHALL, A. (1982b). Princípios de economia vol. II. **Coleção Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural.

MARTIN, F. (1968). **La théorie de la croissance urbaine par étape**. In: Actas du Congrès des Économistes de Langue Française. Société Canadienne de Science Économique, Québec, p. 113-146.

MILL, J. S. (2020). **A lógica das ciências morais**. São Paulo: Iluminuras.

MILL, J. S. (1974a). Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. **Coleção Os Pensadores**, vol. XXXIV. São Paulo: Abril Cultural, p. 289-315.

MILL, J. S. (1974b). Sistema de lógica. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, vol. XXXIV, p. 77-254.

MILL, J. S. (1986a). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. I. **Coleção Os Economistas**. Nova Cultural: São Paulo.

MILL, J. S. (1986b). Princípios de economia política com algumas de suas aplicações em filosofia social. Vol. II. **Coleção Os Economistas**. Nova Cultural: São Paulo.

MOREIRA, A. (2018). **O Equibatismo: cria riqueza e elimina a miséria**. Rio de Janeiro: Instituto Mukharajj Edições.

MYRDAL, G. (1970). **Subdesenvolvimento**. Brasília: UnB.

OLIVEIRA, N. S. M. N.; FERRERA DE LIMA, J.; RAIHER, A. P. (2017). Convergência do desenvolvimento humano municipal no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol. 13, nº 03, p. 164-184. DOI: 10.54399/rbgdr.v13i3.3243.

PERROUX, F. (1982). **Dialogue des monopoles et des nations : équilibre ou dynamique des unités actives?** Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble.

PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (org.). (2012). **Análise Regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões.

PIACENTI, S. C. V.; FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A. (2018). O desenvolvimento sustentável do Paraná nos anos 2000 e 2012. **Semestre Económico**, vol. 21, nº 49, p. 89-114. DOI: 10.22395/seec.v21n49a4.

PIFFER, M. (2016). A dinâmica da base econômica regional. In: FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H.; PIACENTI, C. A. (org). **Economia & Desenvolvimento Regional**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, p. 108-121.

PONSARD, C. (1988). **Analyse économique spatiale**. Paris : Presses Universitaires de France, 1988.

PORTER, M. (1988). Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**. Boston, p.77-90, 1998.

PROULX, M.-U. (1996). **Le phénomène régional au Québec**. Québec: PUQ, 1996.

PUMAIN, D.; SAINT-JULIEN, T. (1997). **L'analyse spatiale**. Paris : Armand Colin.

QUÉBEC. (2022). **Vitalité des territoires**. Disponível in: <http://www.bdso.gouv.qc.ca/docs-ken/vitrine/occupation-vitalite-territoire/index.html>. Acesso 07 de fev. 2022.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (2009). A influência dos investimentos estatais no desenvolvimento econômico dos municípios Paranaenses. **Informe GEPEC**, vol. 13, nº 02, p. 121-137. DOI: 10.48075/igepec.v13i2.1880.

RAIHER, A. P., FERRERA DE LIMA, J. (2014). Desenvolvimento humano municipal no Sul do Brasil: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza. **Acta Scientiarum Human and Social Sciences**, vol.36, nº 02, p.147-154.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (2017). Desenvolvimento humano nas regiões brasileiras: o que fazer? **Revista Espacios**, vol. 38, nº 51, p. 28-41.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. (2018). Human development and underdevelopment in Brazil. **Economía Sociedad y Territorio**, nº 56, p. 77-105. DOI: 10.22136/est0939.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; KLEIN, C. F. (2014). A distribuição espacial da indústria no Sul do Brasil e sua convergência. **Análise Econômica**, vol. 32, n. 61, p. 81-104. DOI :10.22456/2176-5456.37831.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; OSTAPECHEN, L. A. P. (2017). Crescimento econômico regional no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, vol. 15, nº 2, p. 224-249. DOI: 10.25070/rea.v15i2.446.

RAIHER, A. P.; SANTOS, R. F.; STRUMINSKI, C. E. (2018). Pobreza multidimensional e a criminalidade: uma análise espacial dos municípios do Rio Grande do Sul. **Economic Analysis of Law Review**, vol. 09, nº 3, p. 66-82.

REILLY W. J. (1931). **The law of retail gravitation**. New York, WJ: Reilly, Inc.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. (2009). Polos de crescimento econômico: notas sobre o caso do Estado do Paraná. **Revista Redes**, vol. 14, nº 01, 136-149. DOI: 10.17058/redes.v14i1.837.

RODRIGUES, K.F.; FERRERA DE LIMA, J. (2013). Índice de desenvolvimento regional sustentável: uma análise das mesorregiões do Estado do Paraná no período de 2002 a 2008. **Revista Geografar**, vol. 8, nº 1, p.175-202.

SANTOS, M. (2003). **Economia espacial**. 2º ed. São Paulo: Edusp.

SANTOS, M. (1997). **La nature de l'espace**. Paris: L'Harmattan.

SEN, A. K. (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, A. C.; FERRERA DE LIMA, J. (2014). O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. **Pensamento Plural**, vol. 08, nº 15. DOI: 10.15210/PP.V0115.4323.

SILVA, J.; FERRERA DE LIMA, J.; PIFFER, M. (1999). A teoria da polarização como instrumento de programação econômica a nível regional. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, vol. 1, n° 02, p.48-56.

TAYLOR, A.M. ; WILLIAMSON, J. (1994). Capital flows to the new world as intergenerational transfer. **Journal of Political Economy**, vol. 102, n° 2, p. 348–371.

TREMBLAY, S. (2019). L'austerité et la dévitalisation au Saguenay-Lac-Saint-Jean et dans les régions du Québec: un phénomène qui s'inscrit dans la longue durée. In : PROULX, M. U.; PRÉMONT, M-C. (org.). **La politique territoriale au Québec : 50 ans d'audace, d'hésitations e d'impuissance**. PUQ : Québec, p.221-244.

VERONEZE, M.; FERRERA DE LIMA, J. (2003). Notas sobre a polarização do Paraná: uma reflexão a partir da aplicação do modelo de Reilly. **Revista Redes**, vol. 08, n. 02, p. 23-44. DOI: 10.17058/redes.v8i2.10944.

VON THÜNEN, J. H. (1966). **The isolated state**. Oxford: Pergamon Press.

WILLIAMSON, J. B.; FLEMING, J. (1977). Convergence theory and the social welfare sector. **International Journal of Comparative Sociology**, vol. 18,n° 03-04, p.242-253.

SOBRE O AUTOR

Jandir Ferrera de Lima, natural de Palmeira das Missões (RS), é doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Universidade do Québec(UQAC)/Canadá. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Professor do Mestrado em Economia e do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE. Pesquisador associado do Grupo de Pesquisas em Intervenção Regional (GRIR) da Universidade do Québec e do Centro de Pesquisas sobre o Desenvolvimento Territorial (CRDT) do Canadá. Foi pesquisador visitante na Bolívia, Canada, Paraguai, Venezuela e Romênia. Dentre os prêmios recebidos se destacam: prêmio de excelência do departamento de Ciências Humanas da Universidade do Québec (Canadá), Economista Acadêmico do Ano (2015), Prêmio Paranaense de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Paraná (2017), Prêmio Brasil de Economia (2018), Prêmio Paraná de Economia e Prêmio BRDE de Desenvolvimento, em varias edições; Docente Honorífico (2017) da UNITEPC – Bolívia; e Pesquisador Associado do Cifacem da UNICAN – Paraguai (2022). E-mail: jandir.lima@unioeste.br

Sobre o livro

**Projeto Gráfico,
Editoração e Capa** Leonardo Araújo

Formato 15 x 21 cm

Mancha Gráfica 11 x 16,8 cm

Tipologias utilizadas Iowan Old Style 11 pt

A obra aqui apresentada aos (as) leitores (as) é fruto de duas reflexões: a primeira, oriunda da economia política de John Stuart Mill e do institucionalismo, que me influenciaram no posicionamento sobre a importância da liberdade e o papel do ambiente institucional no processo de crescimento e desenvolvimento econômico; a segunda, oriunda de um conjunto de textos empíricos, que foram produzidos ao longo de alguns anos de docência e pesquisa na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), cuja linha mestra foi o desenvolvimento e a economia regional. Por isso, uma boa parte da bibliografia referenciada e listada ao final do livro é autoral ou em parceria com discentes e/ou colegas pesquisadores (as).